



Universidade de Brasília

FACULDADE UNB PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL

ANTONIO MARCOS PANTOJA DOS SANTOS

EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DOS ESTUDANTES NO VALE DO PAMPLONA, EM GOIÁS

Brasília - DF

2023

ANTONIO MARCOS PANTOJA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DOS ESTUDANTES NO VALE DO PAMPLONA, EM GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER), da Faculdade UnB Planaltina (FUP) - Universidade de Brasília (UnB) como requisito para a obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Jörg Nowak

Brasília - DF

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SS237e Santos, Antonio Marcos Pantoja dos
Educação e migração de trabalhadores rurais: uma análise da realidade dos estudantes no Vale do Pamplona, em Goiás / Antonio Marcos Pantoja dos Santos; orientador Jörg Nowak. -- Brasília, 2023.
99 p.

Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2023.

1. Educação. 2. Migração. 3. Trabalho. 4. Trabalhadores rurais. 5. Goiás Tec. I. Nowak, Jörg, orient. II. Título.

ANTONIO MARCOS PANTOJA DOS SANTOS

EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DOS ESTUDANTES NO VALE DO PAMPLONA, EM GOIÁS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER), da Faculdade UnB Planaltina (FUP) - Universidade de Brasília (UnB) como requisito para a obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Jörg Nowak

Data da Defesa: 26/07/2023

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jörg Nowak

Presidente da Banca – Orientador (PPG-MADER-UnB)

Dra. Janaina Deane de Abreu Sá Diniz

Examinadora Interna (PPG-MADER-UnB)

Dra. Mônica Castagna Molina

Examinadora Interna (PPG-MADER-UnB)

Dr. Orlando Nobre Bezerra de Souza

Examinador Externo (GESTAMAZON-UFPA)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Tomaz dos Santos (*in memorian*) e Irene Pantoja dos Santos, e aos meus filhos, Marcos Filipe e Marcos André.

AGRADECIMENTOS

- A Deus, de quem sou dependente! Gratidão por tudo que tenho vivido e aprendido;
- Às minhas irmãs: Gracieti, Socorro, Miriam, Tereza e Maria das Graças (Maroca); e aos meus irmãos: Claurimar, Israel e Nelito (*in memoriam*). Sinto orgulho de tê-los como encorajadores;
- Às minhas sobrinhas Érica e Carla. Na verdade, irmãs do coração. Estiveram sempre presente na minha trajetória estudantil;
- Ao meu amigo, colaborador, companheiro na caminhada, jornalista Julyerme Darverson, a quem eu devo imensa gratidão pelo apoio incondicional em minhas pesquisas e nesta dissertação. Devo-te um vinho (Risos). Estendo este agradecimento à sua mãe, dona Meire Dalva e sua irmã Yanne. Obrigado por tudo;
- Às minhas amigas Abinadade (Bina) e Bruna; e ao meu amigo Railson. Sem vocês, não sei o que seria de mim (Risos, mais uma vez);
- À minha amiga, companheira de turma, Lauana (Lau). Teve significativa contribuição nesta pesquisa, pois nos conduziu aos dirigentes municipais que nos acolheram e abriram as portas de Luziânia e Cristalina para a realização deste trabalho;
- À Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por meio da Escola Classe 35 de Ceilândia e suas gestoras Maria Aparecida (Cida) e Adriana. O esforço de vocês foi muito importante para me proporcionar esse tempo de aperfeiçoamento. Estendo esse agradecimento às minhas companheiras e aos meus companheiros que estão diariamente dentro e fora de sala de aula, produzindo conhecimento para a construção de uma sociedade melhor;
- À Secretaria Municipal de Educação de Luziânia e à Secretaria de Estado de Educação de Goiás – Regional de Ensino de Luziânia e sua equipe gestora. Obrigado pelo acolhimento.
- Ao meu orientador, Dr. Jörg Nowak. Gratidão por permanecer comigo lado a lado nesta pesquisa e me direcionar em cada passo da escrita desta dissertação. Não considero que este trabalho seja fruto apenas do meu esforço, mas é seu também. Existem professores que se tornam amigos dos estudantes. Você é um clássico exemplo disso.
- Agradeço ao meu “coorientador” Lucas do Couto. Sempre pronto a ajudar nas dúvidas.
- Minha gratidão às/aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – PPG-MADER, da Faculdade Planaltina – Universidade de Brasília – UnB. São mestres de excelência!
- À todas as maderianas e aos maderianos com os quais tive o prazer de conviver nessa jornada acadêmica. Sigamos firmes!
- A todos os meus familiares, amigas e amigos, que contribuíram de forma direta e indireta pra que eu não abrisse mão de meus sonhos e chegasse ao final deste curso de mestrado. Gratidão!

RESUMO

Nesta dissertação, apresenta-se um estudo que investigou a relação entre educação, trabalho e migração no contexto do agronegócio no Vale do Pamplona, no estado de Goiás. A imersão no cotidiano de uma escola pública, que atende filhos de trabalhadores rurais, proporcionou investigar os processos migratórios dos estudantes e suas famílias em busca de trabalho e melhores condições de vida nessa região que concentra grandes fazendas e complexos agroindustriais. Sendo assim, para compreender os elementos subjetivos do cotidiano escolar local, utilizou-se a pesquisa qualitativa como aporte metodológico. A coleta de dados se deu por meio de vivências e observações *in lócus*, além da realização de oficinas pedagógicas com os sujeitos selecionados e tomada de depoimentos orais. Inicialmente, é feita a caracterização do lócus da pesquisa: o Vale do Pamplona e, em seguida, são discutidas as abordagens teóricas das categorias educação, trabalho e migração, incluindo nesse debate a evolução do agronegócio com a inserção de novas tecnologias como instrumento propulsor da expansão de suas práticas produtivas e hegemonia no campo, as configurações do trabalho na agricultura e os objetivos da educação para os jovens filhos de trabalhadores do agronegócio. Aborda-se as finalidades da educação dentro do contexto social e econômico da realidade local no que tange aos jovens estudantes filhos de trabalhadores no agronegócio, além de traçar uma discussão sobre as especificidades da educação rural corporativa em contraponto a Educação do Campo. Faz-se, ainda, uma análise da realidade educacional dos estudantes migrantes, a partir da tomada de depoimentos orais, com destaque para as suas percepções a respeito do programa Goiás Tec, apresentado como ferramenta de mediação tecnológica educacional, substitutivo de professores presenciais. Os resultados da pesquisa mostraram que os impactos do processo migratório na aprendizagem escolar dos estudantes migrantes são latentes, uma vez que a escola não dispõe de estratégias pedagógicas que atenuem as constantes mudanças de ambiente social e escolar pelos quais os jovens passam, visto que uma parte deles sofrem a interrupção da educação formal. Ademais, os jovens não se consideram aptos do ponto de vista da aprendizagem dos conteúdos abordados no currículo do Ensino Médio, pois as metodologias implementadas não são capazes de promover uma educação emancipatória e de qualidade, que considere a importância de professores presenciais na atual conjuntura escolar rural. Por fim, apresenta-se a proposta da Educação do Campo como uma alternativa de educação significativa, crítica e libertadora, que considere a realidade dos sujeitos do campo.

Palavras-chave: Educação. Migração. Trabalho. Trabalhadores rurais. Goiás Tec

ABSTRACT

This dissertation presents a study that investigated the relationship between education, work and migration in the context of agribusiness in the Pamplona Valley, in the state of Goiás. Immersion in the daily life of a public school that serves the children of rural workers allowed us to investigate the migratory processes of students and their families in search of work and better living conditions in this region, which is home to large farms and agro-industrial complexes. In order to understand the subjective elements of daily life at the local school, we used qualitative research as a methodological approach. Data was collected through on-site experiences and observations, as well as pedagogical workshops with the selected subjects and oral testimonies. Initially, the research locus - the Pamplona Valley - is characterized, followed by a discussion of theoretical approaches to the categories of education, work and migration, including in this debate the evolution of agribusiness with the insertion of new technologies as a driving force behind the expansion of its production practices and hegemony in the countryside, the configurations of work in agriculture and the objectives of education for the young children of agribusiness workers. It addresses the aims of education within the social and economic context of the local reality with regard to young students who are the children of agribusiness workers, as well as discussing the specificities of corporate rural education as opposed to rural education. There is also an analysis of the educational reality of migrant students, with emphasis on their perceptions of the Goiás Tec mediated education program, presented as a technological educational mediation tool that replaces face-to-face teachers. The results of the research showed that the impacts of the migration process on migrant students' school learning are latent, since the school does not have pedagogical strategies to mitigate the constant changes in the social and school environment that young people go through, since some of them suffer the interruption of formal education. In addition, young people do not consider themselves capable of learning the content covered in the secondary school curriculum, because the methodologies implemented are not capable of promoting an emancipatory and quality education, which considers the importance of face-to-face teachers in the current rural school environment. Finally, the proposal for Rural Education is presented as an alternative for meaningful, critical and liberating education that takes into account the reality of rural subjects.

Keywords: Education. Migration. Work. Rural workers. Goias Tec

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Figura 1: Localização do Vale do Pamplona – GO.....	19
Figura 2: Composição da RIDE – DF.....	20
Figura 3: Números da produção e comercialização de uma fazenda do Vale do Pamplona	23
Figura 4: Números da gestão ambiental e de pessoas uma fazenda do Vale do Pamplona.....	24
Figura 5: Divulgação na internet das ações de uma fazenda do Vale do Pamplona.....	43
Figura 6: Números de investimentos em projetos de educação no Vale do Pamplona.....	53
Figura 7: Escola pública reformada com recursos de fazendeiros.....	55
Figura 8: Placa com nomes de fazendas investidoras na educação pública.....	56
Quadro 1: Objetivos geral e específicos da pesquisa.....	12
Quadro 2: Estratégias para análise de dados.....	17
Quadro 3: Rendimento médio real de mulheres ocupadas com domicílio na zona rural no trabalho agrícola - Brasil, 4º trimestre de 2022 (em R\$ do 4º trimestre de 2022).....	38
Quadro 4: Panorama do emprego rural na América Latina.....	39
Quadro 5: Percepção dos estudantes do ensino médio quanto à metodologia do programa Goiás Tec.....	66
Quadro 6: Percepção dos estudantes quanto a mediação do programa Goiás Tec.....	67
Quadro 7: Percepção dos estudantes quanto ao suporte aos estudantes do Goiás Tec.....	68
Quadro 8: Trechos de depoimentos de estudantes acerca do trabalho.....	73
Quadro 9: Trechos de depoimentos de estudantes e os desafios da Educação do Campo.....	80
Tabela 1: Aspectos demográficos, econômicos, trabalho e renda e sociais dos municípios de Luziânia e Cristalina, Goiás.....	21
Tabela 2: Empregados rurais- segundo o gênero e condição de ocupação (pessoas de 14 anos ou anos ou mais de idade) – Brasil – 2º semestre 2018.....	35
Gráfico 1: Evolução da Bancada Ruralista no Congresso Nacional brasileiro.....	29
Gráfico 2: Produtores rurais quanto ao gênero e cor ou raça.....	34

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABAG** – Associação Brasileira do Agronegócio
- CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- IEM** – Instituição de Ensino Médio
- LC** – Lei Complementar
- OIT** – Organização Internacional do Trabalho
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PPG-MADER** – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural
- PROCAMPO** – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
- PRONATEC** – O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- RIDE** – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
- SEAPA-GO** – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás
- SEDUC-GO** – Secretaria de Estado de Educação de Goiás
- UFPA** – Universidade Federal do Pará
- UnB** – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 – VIVÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA	7
1.1 - Do campo à cidade: breve relato de experiências educacionais e profissionais.....	7
1.2 – Os desafios e os objetivos da pesquisa	10
2 – METODOLOGIA.....	13
3 – CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA: O VALE DO PAMPLONA	17
4. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE EDUCAÇÃO, TRABALHO E MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS.....	25
4.1. Revolução Verde e agronegócio: modernizações do campo e avanço do capital rural .	25
4.2. Trabalho assalariado e sazonal na agricultura capitalista	32
4.3. Educação rural, trabalho e a formação dos jovens do campo	40
4.4. Migração no trabalho rural e educação.....	46
5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS ESTUDANTES NO VALE DO PAMPLONA	50
5.1 - A escolha do <i>lócus</i> de pesquisa e o seu desenvolvimento.....	51
5.2. Investimentos do agronegócio na escola pública.....	52
5.3. Trabalhadores e estudantes migrantes: Questões de trabalho, currículo e gênero.....	57
5.4 – Mediação tecnológica educacional: metodologias aliadas do processo de ensino e aprendizagem ou excludentes?	62
5.5 – Políticas públicas para a educação dos jovens do campo	69
5.6 – O impacto da migração na educação dos jovens no Vale do Pamplona.....	74
5.7 – A proposta de retomada e fortalecimento da Educação do Campo	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICES	96

INTRODUÇÃO

A educação dos jovens migrantes rurais é uma temática que desperta a atenção de vários pesquisadores, visto que se trata de uma área complexa e desafiadora, envolvendo a investigação das condições de vida, trabalho e perspectivas formação educacional de uma parcela significativa da população rural em muitas partes do mundo. Esses jovens desempenham um papel crucial para as comunidades do campo em várias dimensões, porém enfrentam uma série de desafios que precisam ser compreendidos e abordados de maneira cabal.

Um dos principais desafios na pesquisa com jovens migrantes é a diversidade de contextos em que elas e eles vivem, estudam ou trabalham. As realidades podem variar consideravelmente de uma região para outra, com diferentes sistemas agrícolas, culturas, costumes e tradições. Isso torna difícil generalizar as descobertas e exige abordagens flexíveis e adaptáveis para entender as especificidades de cada contexto.

Posto isso, esta pesquisa buscou investigar a realidade educacional de jovens migrantes de várias regiões para o Vale do Pamplona, localizado no estado de Goiás, entre os municípios de Cristalina e Luziânia, caracterizado pela forte presença de fazendas produtoras de monoculturas e de complexos agroindustriais, por meio da imersão no cotidiano de uma escola pública, que atende filhas e filhos de trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Sendo assim, nas primeiras linhas deste texto, apresentamos detalhes de como esta pesquisa foi desenvolvida metodologicamente. Destacamos que, a partir de um olhar para a realidade local e considerando as metodologias que possam atender as especificidades da realidade dos jovens rurais, optou-se por uma abordagem qualitativa, visto que a intenção foi a de realizar uma investigação científica que foca no caráter subjetivo dos elementos naturais do cotidiano do lócus da investigação e da participação dos sujeitos a serem analisados, estudando as suas particularidades e experiências individuais.

Discutimos as abordagens teóricas com foco nas categorias educação, trabalho e migração. Que relação existe entre três categorias? Para responder a esta questão, apresentamos a discussão histórica sobre a evolução do agronegócio como fruto do advento da revolução verde. A partir deste ponto, abordamos as configurações do trabalho na agricultura, com foco em trabalho assalariado e os mecanismos utilizados pelo capitalismo para explorar a mão-de-obra sazonal e desqualificada pelo avanço dos recursos e equipamentos agrícolas de alta tecnologia. Abordamos, também, os fins da educação dentro do contexto social e econômico da realidade local no que tange aos jovens estudantes filhas e filhos de trabalhadores do ramo do agronegócio.

Para subsidiar o debate da temática apresentada neste trabalho, fizemos um recorte de como se dá o desenvolvimento do agronegócio com suas monoculturas no Vale do Pamplona e o processo de migração dos trabalhadores para a região em busca de trabalho e melhores condições de vida. Discutimos em quais condições socioambientais vivem os jovens estudantes que migraram juntos com suas famílias para a região, como se dá a sua formação na educação rural e quais investimentos o agronegócio tem feito na escola pública para manter sua hegemonia na formação da mão-de-obra especializada para atender às suas demandas.

Apresentamos os resultados dos estudos desenvolvidos ao longo da pesquisa, com destaque para a análise da realidade educacional dos estudantes no Vale do Pamplona, a partir da tomada de depoimentos orais, indicando a Educação do Campo como proposta de uma educação crítica da realidade local e libertadora, que contribui para a supressão de “metodologias de retrocesso” e sinaliza para a construção de Políticas públicas para a educação dos jovens no campo.

Destacamos, ainda, quais são os impactos do processo migratório vivido por jovens estudantes no desenvolvimento da aprendizagem escolar, caracterizando-os e localizando os seus estados e regiões de origem para o Vale do Pamplona. Além disso, faremos uma discussão em torno da Educação rural (corporativa) e da Educação do Campo e o uso dos recursos tecnológicos na educação rural, com ênfase no programa Goiás Tec.

Por fim, em nossas considerações finais, pautamos quais foram as principais percepções que tivemos da realidade educacional dos estudantes, filhas e filhos dos trabalhadores do Vale do Pamplona, cuja reflexão mostrou que o processo migratório produz contradições, impactos e desafios para desenvolvimento educacional dos jovens, os quais poderão ser superados a partir da proposta de implementação de uma educação que leve em consideração a realidade dos sujeitos, sendo, neste caso, a Educação do Campo.

1 – VIVÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

1.1 - Do campo à cidade: breve relato de experiências educacionais e profissionais

Desde cedo, o contato com o campo e a educação estiveram intrinsecamente ligadas à minha trajetória de vida. Cresci em uma família que valorizava a terra e o rio como fonte de subsistência, com minha mãe sendo alfabetizadora de ribeirinhos do rio Capim e meu pai como agricultor, ambos no município de Aurora do Pará, no estado do Pará. No entanto, um político

adquiriu a pequena propriedade de nossa família por um valor abaixo do mercado, e sem escolas de ensino médio na região, meus pais se viram obrigados a migrar para a capital, Belém, em busca de melhores oportunidades para si e seus filhos.

Apesar dos desafios, meus pais mostraram uma incrível resiliência, encontrando empregos em áreas completamente diferentes do que estavam acostumados: meu pai passou a trabalhar como vigilante de obras da construção civil e minha mãe como quebradeira de castanhas em uma fábrica exportadora de castanha-do-pará. Eles se sacrificaram para que eu e meus irmãos pudéssemos ter acesso a uma educação de qualidade e melhores perspectivas de vida.

Essa experiência de vida despertou em mim um profundo interesse pela Educação do Campo, que busca valorizar as especificidades e necessidades das comunidades rurais, proporcionando oportunidades educacionais significativas e contextualizadas. Tenho dedicado minha carreira a estudar e promover práticas educacionais voltadas para o campo, buscando contribuir para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais e para a formação integral dos estudantes, levando em consideração a interação entre a escola, a comunidade e a natureza.

A história de vida da minha mãe, que assumiu o árduo desafio de educar e alfabetizar ribeirinhos em situação de extrema vulnerabilidade social, me instigou a seguir seu exemplo, optar pela formação superior em Pedagogia e me tornar também professor. Porém, o acesso à uma universidade pública não foi fácil, pois não tinha condições financeiras de pagar um curso preparatório para o processo seletivo e muito menos existiam as políticas públicas de cotas sociais para o acesso ao ensino superior.

Nesse cenário, ao abordar a transição da vida campesina para a vida urbana, lembramos das palavras de Castro (2009), em seu relevante artigo intitulado "Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político", no qual expõe como a juventude rural é frequentemente associada aos desafios da migração do campo para a cidade, destacando que essa realidade é motivada, entre outros fatores, pela falta de oportunidades de prosperar na vida escolar e acadêmica nas áreas rurais. A escassez de oferta de níveis mais elevados de educação, além do ensino fundamental, é apontada como um dos principais obstáculos que dificultam o acesso dos jovens rurais ao mercado de trabalho especializado.

Sendo assim, a aproximação com as temáticas relacionadas aos problemas vividos pelos jovens no campo se deu logo após minha graduação em Pedagogia na Universidade Federal do Pará (UFPA), a partir de uma experiência internacional em Timor Leste, no período de 2000 a 2007, quando integrei uma equipe de voluntários brasileiros que foram selecionados para atuarem naquele país, por meio de um acordo de cooperação firmado entre a Organização das

Nações Unidas e o governo provisório do país, chefiado pelo brasileiro Sérgio Vieira de Melo¹.

No meu retorno ao Brasil, fiz parte da primeira turma do curso de especialização em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade na UFPA. Nesse curso, tive a oportunidade de realizar leituras de teóricos que tratam de questões relacionadas à Educação do Campo, Educação Rural e os jovens trabalhadores do campo, tais como: Antonio Munarim, Bernardo Mançano Fernandes, Elisa Guaraná de Castro, Miguel Arroyo, Mônica Molina, Roseli Caldart, entre outros, bem como a legislação vigente e os documentos oficiais normativos e institucionais.

A observância dos escritos desses autores pode ser o fio condutor que nos leva ao encontro das principais matrizes temáticas desta pesquisa: a educação, o trabalho e a migração, configurando-se como elementos do cotidiano das populações do campo. Assim, essas categorias estão interconectadas e têm um impacto significativo nas comunidades rurais, especificamente, para os jovens, pois eles também são atores sociais do campo que, muitas vezes, enfrentam desafios únicos em relação à educação e ao acesso a recursos. Compreender esses desafios por meio de estudos e pesquisas permite que sejam desenvolvidas políticas e programas mais eficazes para apoiá-los (CASTRO, 2009a; 2009b; 2012).

Ao migrar do Pará para o Distrito Federal em busca de trabalho, atuei na formação de professores da capital federal e de municípios do Entorno, o que oportunizou a constantes viagens aos centros urbanos e áreas do campo. Todavia, os municípios de Luziânia e Cristalina nos chamaram a atenção pela presença marcante do comércio e da vida das pessoas em torno do agronegócio. Ao percorrer o interior desses municípios para conhecer as escolas do campo, a visão que se tem de grandes fazendas produtoras de monoculturas, das vastas plantações de milho, da soja, dos lindos girassóis, entre outras diversas monoculturas, ainda se torna cada vez mais nítidas.

Identificamos que essa região é conhecida como o Vale do Pamplona. De longe já se avistam as modernas colheitadeiras e caminhões de grande porte, trabalhando em um movimento frenético entre as lavouras e os gigantescos silos que depositam a produção dos produtos que farão parte das commodities a serem comercializadas em bolsas de valores para a China, Europa, Estados Unidos e outras potências consumidoras.

Fomos conhecer as escolas de ensino médio da região. Naquelas que adentramos, nossa

¹ De acordo com o site da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), o brasileiro Sérgio Vieira de Melo chefiou a missão da Organização das Nações Unidas em Timor Leste, no período de 1999 a 2002, atuando como representante do Secretário-geral da ONU para Timor Leste na transição para a independência daquele país. Em 2003, quando era representante oficial do Secretário-geral das Nações Unidas para o Iraque, foi vítima de um atentado fatal à sede da ONU na capital, Bagdá (Organização das Nações Unidas – ONU, 2022).

visão foi um tanto diferente: os estudantes chegando em ônibus escolares por estradas empoeiradas, vindos de longas distâncias onde estão localizadas as casas de trabalhadores no interior das fazendas, para uma aula gravada em um *pendrive*, a qual assistirão por meio da televisão. Um deles nos chama a atenção ao se dirigir a diretora da escola e dizer: “Diretora, me dá um prato de comida pra almoçar? É que eu vim direto do trabalho e não tive tempo de comer”. Nas conversas informais com os estudantes, fomos percebendo que, dentre eles, muitos eram de origem de outros municípios goianos ou de outras regiões brasileiras. Em geral, vieram junto com seus pais, motivados pela busca de trabalho que lhes garanta a sobrevivência.

Assim, diante dessas observações feitas da realidade dos estudantes do campo, surgiu o interesse de desenvolver esta pesquisa, a qual seus resultados se concretizam e são apresentados por meio desta dissertação estruturada em quatro partes, a saber: os recursos metodológicos, a caracterização do lócus da pesquisa, as abordagens teóricas sobre educação, trabalho e migração de trabalhadores rurais e, por fim, uma análise da realidade educacional dos estudantes do Vale do Pamplona.

1.2 – Os desafios e os objetivos da pesquisa

Antes de tudo, gostaríamos de destacar que a tarefa de um pesquisador da educação do campo não é fácil. Ele enfrenta uma série de desafios significativos para alcançar os objetivos de suas pesquisas. Primeiramente, a própria natureza da educação do campo, que envolve o estudo e a compreensão dos processos educacionais em contextos rurais e agrícolas, pode apresentar dificuldades logísticas e de acesso a recursos.

Foi justamente o que enfrentamos para desenvolver esta pesquisa: Acordar semanalmente, ainda de madrugada, para percorrer em torno de 36km até o trevo de acesso ao município de Luziânia na rodovia BR-040 e encontrar com professoras e professores que aguardavam um ônibus escolar que os conduziria até uma escola rural, a 40km de distância desse local. A falta de infraestrutura adequada, a distância geográfica e a limitada disponibilidade de recursos materiais e financeiros representaram barreiras significativas para a nossa pesquisa, porém foram transpassadas. Além disso, a diversidade cultural e socioeconômica das comunidades rurais implica em considerações complexas e abordagens adaptadas às necessidades específicas de cada local. As diferenças nos sistemas de produção agrícola, o envolvimento da comunidade e as práticas educativas locais exigiram um entendimento aprofundado e uma abordagem sensível de nossa parte.

Por fim, diante das necessidades da pesquisa, estabelecemos parcerias colaborativas com as secretarias municipais de educação dos municípios de Cristalina e Luziânia, com a

Coordenação Regional de Ensino de Luziânia, da Secretaria de Estado de Educação de Goiás (SEDUC-GO) e outros atores envolvidos no percurso desta pesquisa, o que demandou tempo, confiança e negociação constante. Superar esses desafios nos exigiu dedicação, flexibilidade e um compromisso constante com o desenvolvimento da pesquisa, cujo produto traz a proposta da promoção de uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes que vivem e aprendem no campo.

A temática proposta nesta dissertação, portanto, partiu da preocupação investigativa relacionada às especificidades da educação no campo e às questões que envolvem as fragilidades socioeducacionais enfrentadas por jovens trabalhadores que residem na região do Vale do Pamplona, tais como: migração, trabalho *versus* escola, evasão escolar, exclusão/inclusão digital, entre outros (CAMPELLO, 2017).

No âmbito educacional no campo, a escola não pode se apresentar desconexa das problemáticas sociais e educacionais. Por ser composta de uma comunidade que interage entre si – estudantes, professores, servidores, pais e responsáveis de estudantes e cidadãos em geral –, os jovens que integram tal comunidade estão suscetíveis de serem afetados por fatores que lhes dizem respeito (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002).

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é analisar os impactos do processo migratório de famílias de trabalhadores rurais na formação dos jovens estudantes de uma escola do Vale do Pamplona. Temos como objetivo específico elencar e discutir as origens e as motivações que impulsionam jovens estudantes e suas famílias a migrarem para o Vale do Pamplona. Esse objetivo se correlaciona com a proposta de analisar de forma detalhada a realidade dos estudantes da escola rural, buscando compreender quem são esses jovens, suas origens e suas expectativas em relação à formação e trabalho no campo.

Posto isto, nosso segundo objetivo específico foi investigar a relação entre o processo migratório dos jovens e seu desempenho educacional e/ou evasão escolar. Busca-se compreender a possível influência da migração no contexto educacional dos jovens. Por meio dessa investigação, nossa intenção foi a de analisar como o processo migratório pode afetar o desempenho dos jovens nas escolas e se há uma relação entre a migração e a evasão escolar.

O terceiro objetivo específico foi descrever as estratégias educacionais utilizadas pela escola do campo para o acolhimento e inclusão de jovens estudantes, oriundos de processos migratórios. Isso implica em entender como a escola do campo lida com a chegada desses jovens, suas necessidades e desafios, e quais abordagens educacionais são adotadas para garantir sua inclusão e participação plena na comunidade escolar. O objetivo busca fornecer uma visão geral das práticas e políticas educacionais voltadas para a integração desses

estudantes, promovendo a equidade e a valorização da diversidade cultural e social.

A seguir, apresentamos o quadro 1, que destaca o objetivo geral e os objetivos específicos trabalhados na pesquisa:

Quadro 1: Objetivos geral e específicos da pesquisa

OBJETIVOS		
Objetivos geral		
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Analisar os impactos do processo migratório de famílias de trabalhadores rurais na formação dos jovens estudantes de uma escola do Vale do Pamplona, no estado de Goiás.</i> 		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Elencar e discutir as origens e as motivações que impulsionam jovens estudantes e suas famílias a migrarem para o Vale do Pamplona.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Investigar a relação entre o processo migratório dos jovens e seus rendimentos educacionais e/ou evasão escolar.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Descrever as estratégias educacionais utilizadas pela escola do campo para o acolhimento e inclusão de jovens estudantes, oriundos de processos migratórios.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor

Para nortear metodologicamente essa atividade investigativa, optou-se por realizar uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando-se de dados empíricos levantados, vivências e observações *in lócus*, realização de oficinas pedagógicas com os sujeitos selecionados e tomada de depoimentos orais (MENDES, MISKULIN, 2017).

Ressaltamos que o tema a que nos propomos investigar não objetiva, tão somente, a uma parcialidade social ou educacional, que supervaloriza o ambiente físico em detrimento dos valores éticos, políticos, econômicos e culturais que norteiam a sociedade moderna. Sob nossa perspectiva, é necessário revisar dialeticamente esse cenário que envolve a vulnerabilidade educacional dos jovens do campo, considerando o contexto em que ocorre e sua relação com a escola básica do campo no Vale do Pamplona.

Para contextualizar o espaço onde nossa pesquisa foi desenvolvida, é importante que se considere que a compreensão da dimensão territorial de campo vai além da concepção de rural apenas como meio de produção de mercadorias. De acordo com Fernandes (2009), quando essa realidade rural é estudada como totalidade sem levar em consideração as relações que permeiam o cotidiano dos atores sociais do campo, é equivocada e se constitui em uma pesquisa analítica extremamente parcial.

Nesse caso, estudamos os jovens do campo, filhos e filhas de trabalhadores rurais e suas relações sociais com o trabalho e a educação rural. Assim, a pesquisa foi desenvolvida em uma Instituição de Ensino Médio (IEM) localizada em uma área rural às margens da rodovia GO-436, entre os municípios de Luziânia e Cristalina, no estado de Goiás. Os sujeitos investigados são 15 estudantes das turmas do primeiro ao terceiro ano do Ensino Médio, com idade entre 15 e 19 anos, sendo 9 do gênero masculino e 6 do gênero feminino.

2 – METODOLOGIA

As abordagens metodológicas das pesquisas são utilizadas para qualificar os estudos desenvolvidos. Segundo Minayo (1994), “teoria, método e criatividade são os três ingredientes ótimos que, combinados, produzem conhecimentos e dão continuidade à tarefa dinâmica de sondar a realidade e desvendar seus segredos” (p. 7). A autora enfatiza a importância de três elementos essenciais: teoria, método e criatividade. A teoria fornece um arcabouço conceitual e um conjunto de ideias para analisar e compreender a realidade. O método representa a abordagem sistemática e estruturada utilizada para investigar e explorar a realidade. Por fim, a criatividade é destacada como um ingrediente fundamental que possibilita a inovação e a descoberta de novos conhecimentos. A combinação desses três elementos é vista como essencial para a produção de conhecimento e para a contínua tarefa de explorar a realidade e desvendar seus segredos (MINAYO, 1994).

No caso da realidade da educação campestre, os estudos desenvolvidos apontam para a existência de muitos desafios para a construção de políticas públicas da Educação do Campo. São desafios relacionados ao reconhecimento e valorização da educação rural, a falta de infraestrutura adequada, a formação e valorização dos professores, o respeito à diversidade cultural e linguística e a participação das comunidades rurais no processo decisório. Superar esses desafios é essencial para promover uma educação de qualidade e equidade nas áreas rurais (MUNARIM, LOCKS, 2012).

Assim sendo, a presente pesquisa, apoiada em uma metodologia qualitativa, buscou elementos que tragam contribuições para a reflexão sobre a situação educacional dos jovens estudantes, filhos de trabalhadores rurais no Vale do Pamplona. A dinâmica que envolve a realidade dos estudantes, dos trabalhadores rurais e da escola selecionada para a pesquisa será considerada, nas palavras de Bauer, Gaskell e Allum (2008), o nosso “campo de observação sistemática” (p. 18).

Conforme Severino (2013), a pesquisa qualitativa é um método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas

particularidades e experiências individuais dos sujeitos. Além dessa definição, Alves e Silva (1992), corroboram que a pesquisa qualitativa, também, apresenta-se como alternativa à rigidez característica de metodologias de caráter positivista.

Conforme Danna e Matos (2011), é necessário atentar para a importância da observação para que o pesquisador possa fazer um diagnóstico preliminar da situação-problema em estudo. O pesquisador analisa as deficiências existentes, identifica as variáveis que influenciam o comportamento e avalia os recursos disponíveis no ambiente de pesquisa.

Com base nessas observações, o pesquisador é capaz de tomar decisões sobre quais técnicas e procedimentos são mais adequados para alcançar os resultados desejados. Essa etapa é essencial, pois permite ao pesquisador compreender a realidade em estudo, identificar os desafios e recursos disponíveis, e planejar estrategicamente as abordagens a serem utilizadas para alcançar os objetivos da pesquisa (DANNA; MATOS, 2011).

Ainda consoante a perspectiva proposta por Danna e Matos (2011), o objetivo primordial desses contatos preliminares, visando a obtenção de dados, repousa na identificação e diagnóstico dos eventuais problemas que possam compor os elementos e categorias de pesquisa a serem considerados na segunda fase do processo de coleta de dados, subsidiando, assim, a avaliação crítica e a eventual ratificação ou revisão das técnicas e procedimentos selecionados.

Prodanov e Freitas (2013) reforçam que o caráter exploratório diz respeito ao levantamento de dados e informações de forma contínua, isto é, ao longo do desenvolvimento da pesquisa e pode se dar de diversas formas, tais como exemplificam os autores: “levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão” (p. 52). Neste ponto, gostaríamos de destacar e chamar a atenção para o fato da falta de materiais e referências bibliográficas que discutem a questão migratória e educacional de jovens na região do Vale do Pamplona. Foram poucos os trabalhos encontrados nas bases de dados ou disponíveis em bibliotecas físicas. Com isso, este trabalho traz uma contribuição para o debate da temática e coloca na forma de preenchimento de uma lacuna deixada em referências teóricas.

A partir dessas premissas, efetuamos visitas programadas à instituição de ensino selecionada, ao longo de um período de 18 meses (outubro de 2022 a abril de 2023), com o propósito de realizar minuciosas observações e coletar informações de cunho geral, por meio de diálogos informais com os estudantes, professores e gestores escolares, com vistas a obter uma compreensão abrangente da dinâmica escolar. É a fase que Prodanov e Freitas (2013) dizem ser o “momento da realização propriamente dita da pesquisa, com a coleta de dados e a

busca de informações sobre o tema escolhido; chamamos fase de desenvolvimento e execução da pesquisa” (p. 74).

Compreende-se que Prodanov e Freitas (2013) estão se referindo à etapa em que o pesquisador está efetivamente realizando o trabalho de campo, aplicando os instrumentos de coleta de dados, como entrevistas, questionários, observações, entre outros, para obter as informações necessárias para responder às questões de pesquisa. É o período em que ocorre a interação direta com os sujeitos ou fontes de dados, visando obter evidências e dados relevantes para análise e interpretação posterior. Essa etapa é fundamental para a produção de conhecimento científico, pois é onde os dados empíricos são coletados e a pesquisa é colocada em prática (PRODANOV E FREITAS, 2013)

Paralela às visitas à escola selecionada, fizemos uma pesquisa bibliográfica e documental para analisar a relação do currículo da rede de educação básica do estado de Goiás e as metodologias adotadas para o ensino nas escolas rurais na formação dos jovens (GIL, 2008).

Posteriormente, aplicamos a técnica de entrevista aberta e coleta de depoimentos orais junto aos estudantes. Trata-se de uma importante ferramenta de pesquisa, especialmente no campo das ciências sociais e humanas. Eles envolvem a coleta de informações através de entrevistas ou depoimentos diretos de pessoas sobre suas experiências, memórias, opiniões e perspectivas (SORIANO, 2004).

Ao utilizar relatos orais em uma pesquisa, é possível obter uma compreensão mais profunda e contextualizada de um determinado tema ou fenômeno. Os relatos orais podem fornecer informações detalhadas e pessoais que podem não estar disponíveis em outras fontes, como documentos escritos. Além disso, é importante considerar a ética da pesquisa ao utilizar relatos orais. Os participantes devem ser informados sobre os objetivos da pesquisa, seu consentimento deve ser obtido e medidas devem ser tomadas para garantir a confidencialidade e anonimato, se desejado pelos participantes, conforme descrevem Alves e Silva (1992):

A análise qualitativa de dados é um fenômeno recentemente retomado, que se caracteriza por ser um processo indutivo que tem como foco a fidelidade ao universo de vida cotidiano dos sujeitos, estando baseada nos mesmos pressupostos da chamada pesquisa qualitativa (p. 61).

Uma vez coletados os relatos orais, é necessário realizar a análise dos conteúdos. Isso pode envolver a categorização e codificação dos relatos, a identificação de temas recorrentes e a busca por padrões ou discrepâncias nas respostas. Nesta pesquisa, os estudantes que deram os

relatos orais não foram identificados com seus nomes próprios e, sim, por um código alfabético de A à O, para resguardar as suas identidades reais. De acordo com Alves e Silva (1992), os relatos orais podem ser usados para fornecer uma perspectiva mais inclusiva e diversificada em uma pesquisa.

Todo o levantamento das informações supracitadas, a pesquisa prosseguiu no processo de análise e tabulação dos conteúdos obtidos nos relatos orais. Ademais, é imprescindível levar em conta a representação dessas vivências e experiências, visto que os dados em si não possuem autonomia, demandando uma interpretação e análise à luz de um embasamento teórico-metodológico consistente (ALVES; SILVA, 1992).

Para análise dos dados, em consonância com as premissas de uma pesquisa qualitativa, Alves e Silva (1992) afirmam que é necessário levar em consideração a realidade pesquisada, associando com os pressupostos teóricos que dão sustentação aos elementos de interesse do estudo. Os autores ressaltam que se deve atentar para o fato de que os dados são obtidos dentro de um contexto, com questões que podem seguir um roteiro flexível.

De acordo com Gaskell (2008) A análise de conteúdo em entrevistas é um processo importante para extrair informações relevantes e compreender o significado dos dados coletados. Essa análise envolve a identificação de temas, padrões, tendências e insights presentes nas respostas dos entrevistados. O autor destaca que “a compreensão do mundo da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados é a condição *sine qua non* da entrevista qualitativa” (p. 65).

A seguir, descrevemos os passos básicos utilizados para realizar a análise de conteúdo em entrevistas:

- a) Transcrição: Iniciamos transcrevendo as entrevistas na íntegra. Fizemos de com o auxílio de ferramentas de transcrição automáticas do Google Digitação por Voz e forma manual para ajustar palavras ou termos que a ferramenta não transcreveu corretamente.
- b) Leitura inicial: Fizemos uma leitura completa das transcrições para nos familiarizarmos com o conteúdo geral das entrevistas. Isso ajudará a obter uma visão geral dos tópicos discutidos e identificar possíveis áreas de interesse. De acordo com Gaskell (2008), “à medida que as transcrições forem lidas e relidas, tome nota das ideias que vem à mente” (p. 85).
- c) Codificação: Gaskell (2008), a codificação é o processo de atribuir rótulos ou categorias a diferentes partes do texto. Essas categorias devem ser relevantes para os objetivos da pesquisa. Não utilizamos softwares de análise de dados.

- d) **Análise temática:** Essa etapa foi feita de forma gradual. O texto foi colocado em três colunas: a primeira contém a transcrição, a segunda contém a segunda redução e a terceira contém apenas palavras-chaves. Assim, identificamos os principais temas emergentes, padrões, tendências e insights presentes nas entrevistas. Organize-os em uma estrutura lógica para facilitar a interpretação e a apresentação dos resultados, observando, portanto, a análise, a realidade e a representação.
- e) **Unidades de análise:** Identificamos as unidades de análise, ou seja, palavras, frases ou parágrafos, que partiram da natureza dos dados. Essas unidades foram significativas em relação às categorias que definimos na etapa anterior.
- f) **Relatório:** Por fim, preparamos um relatório detalhado descrevendo a metodologia utilizada, os principais temas identificados e suas interpretações. Incluímos citações ou exemplos das entrevistas para apoiar suas conclusões.

A seguir, apresenta-se o quadro 2 com o resumo dos procedimentos adotados para a coleta e análises dos depoimentos orais.

Quadro 2: Estratégias para análise de dados

COLETA E ANÁLISE DE DADOS		
Fase	Estratégia qualitativa	Produto
<i>Coleta de Dados</i>	<i>Depoimentos orais (áudio) individuais</i>	<i>Transcrição em texto</i>
<i>Leitura</i>	<i>Unidades de análise</i>	<i>Corpus do texto</i>
<i>Análise</i>	<i>Interpretação</i>	<i>Modelagem teórico-gráfica</i>
<i>Protótipo</i>	<i>Entrevista em profundidade</i>	<i>Relatório</i>
<i>Qualidade</i>	<i>Soft</i>	<i>Soft</i>

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Bauer, Gaskell e Allum (2008)

Lembramos que a análise de conteúdo das entrevistas foi um processo iterativo e que a experiência e o julgamento do pesquisador desempenharam um papel fundamental, pois estivemos abertos a ajustar sua abordagem à medida que novos *insights*.

3 – CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA: O VALE DO PAMPLONA

O Vale do Pamplona é uma região localizada entre os municípios de Cristalina e Luziânia, estado de Goiás, predominantemente agrícola, caracterizada pela presença de grandes

complexos agroindustriais e por vastas extensões de terra de fazendas produtoras de monoculturas, tais como: milho, soja, girassóis, tomate e outros produtos agrícolas.

Os municípios de Cristalina e Luziânia desempenham um papel crucial na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE. Cristalina é reconhecida como uma das principais produtoras de grãos e hortaliças do país, contribuindo significativamente para a economia regional e nacional. Além disso, sua localização estratégica e infraestrutura adequada facilitam a logística de escoamento da produção agrícola para outras regiões. Já Luziânia, por sua vez, destaca-se como um importante polo industrial e comercial, atraindo investimentos e gerando empregos para a população local (BRASIL, 2021; DISTRITO FEDERAL, 2021a, 2021b; GOIÁS, 2016; 2023).

Os municípios de Luziânia e Cristalina possuem características produtivas semelhantes e se destacam, principalmente, na produção de soja, que é um dos produtos mais cultivados e comercializados nas grandes áreas das fazendas e de grandes empreendimentos agroindustriais nos municípios. A comercialização da soja e de outras commodities é gerada pelas exportações, tendo como principal destino a China, principalmente por meio de empresas multinacionais que atuam nos municípios e no Distrito Federal. Devido à proximidade com o centro da capital federal, a extensão de terras produtivas e facilidades de escoamento da produção para todas as regiões brasileiras, o agronegócio encontra terreno fértil para se expandir no Vale do Pamplona (CRUVINEL; MARINHO; SATEL, 2021; DISTRITO FEDERAL, 2020a, 2020b).

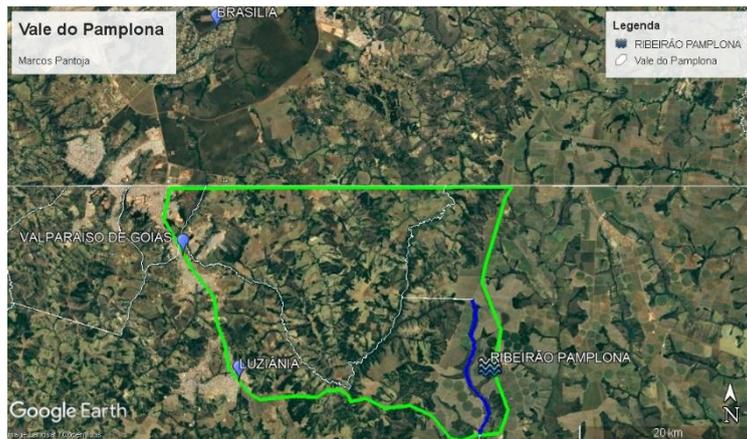
Apesar dessas marcas econômicas na área do agronegócio, os municípios apresentam déficits sociais nas áreas da saúde e da educação, pois ambos possuem relevante demanda por serviços públicos, como saúde e educação, atendendo não apenas suas próprias populações, mas também as demandas da população flutuante que se desloca diariamente para trabalhar nas áreas rurais e no Distrito Federal (CRUVINEL; MARINHO; SATEL, 2021; DISTRITO FEDERAL, 2021a, 2021b). Segundo a Lei Complementar (LC) nº 163, de 14 de junho de 2018, esses municípios fazem parte da RIDE (BRASIL, 2018, DISTRITO FEDERAL, 2020a; 2020b).

Essa Lei elenca os municípios que estão conglomerados no entorno do Distrito Federal e estabelece diretrizes e instrumentos de gestão para promover o desenvolvimento regional de forma integrada, visando aprimorar a qualidade de vida dos cidadãos e fomentar o progresso econômico e social. Por meio dessa lei, são estabelecidos mecanismos de cooperação e articulação entre os municípios, o Distrito Federal e a União, proporcionando uma abordagem conjunta e estratégica para a solução dos desafios e o aproveitamento das potencialidades da região. A LC 163/2018 reforça o compromisso com a integração territorial e o fortalecimento

das políticas públicas na RIDE, promovendo o desenvolvimento sustentável e a construção de um futuro próspero para toda a região (BRASIL, 2018).

A seguir, a figura 1 mostra a localização do Vale do Pamplona, abrangendo partes dos municípios de Cristalina e de Luziânia, que recebeu esse nome em função do ribeirão Pamplona, com destaque de cor azul no mapa.

Figura 1: Localização do Vale do Pamplona – GO



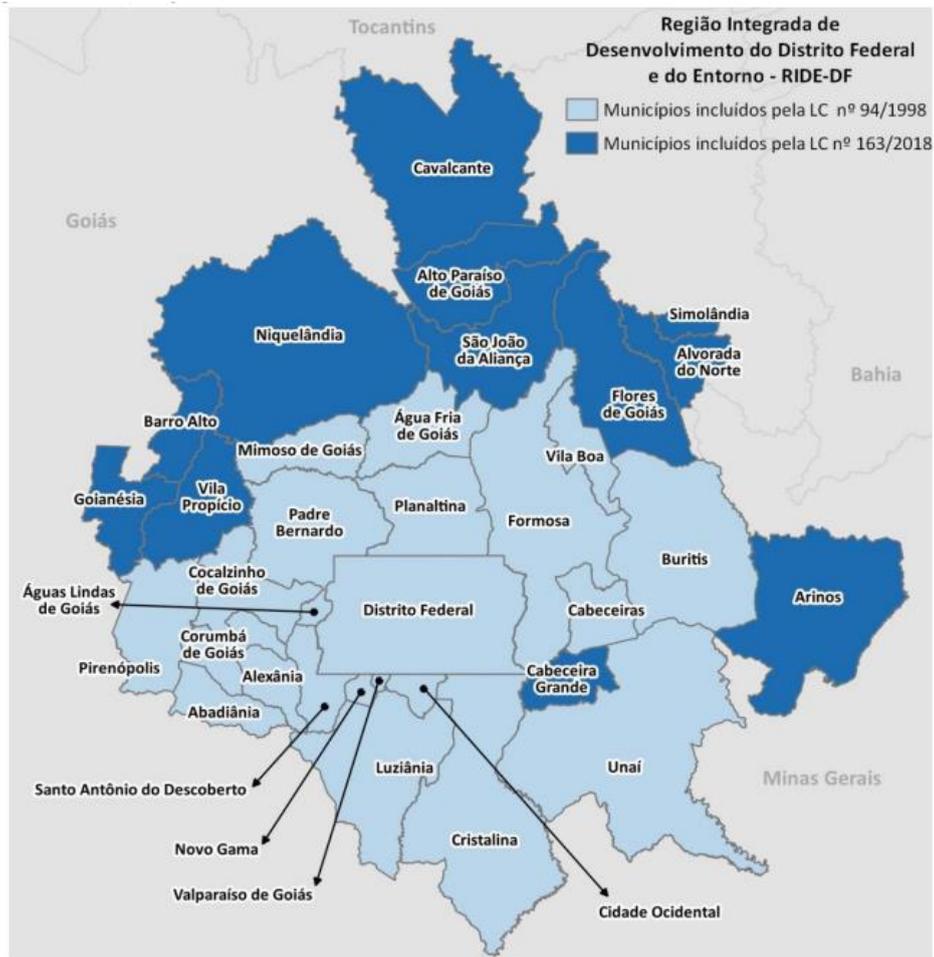
Fonte: Elaborado pelo autor com base no Google Maps (2023)

Pode-se afirmar que a produção agrícola no Vale do Pamplona tem contribuído consideravelmente para o crescimento da produção de commodities do tipo exportação, destacando-se com os recordes de produção de grãos previstos para os próximos anos (ESCHER; SCHNEIDER, 2019). Elas também são utilizadas como instrumentos de investimento, permitindo que investidores comprem contratos futuros desses produtos visando lucrar com as variações de preço diante das dinâmicas do sistema agroalimentar mundial (ROMANO; VEGA, 2019).

Essa região, assim como aquelas que apresentam crescimento econômico, são atrativas para as populações que se encontram em situação desemprego, subemprego ou em condições de ilegalidade ou informalidade, pois o trabalho na agricultura é heterogêneo e pode oferecer trabalho com relações de assalariamento ou trabalho familiar. A agricultura brasileira foi impulsionada por políticas públicas que proporcionam o aumento da produtividade e ganhos econômicos consideráveis, porém, no que se refere aos trabalhadores rurais, os desafios para oferecer trabalho com dignidade ainda requer o enfrentamento consistente pelo conjunto de atores sociais e políticos (BALSADI; DEL GROSSI, 2016).

Para situar o Vale do Pamplona no estado de Goiás, é necessário localizar os municípios de Cristalina e Luziânia e sua relação com os demais municípios da RIDE e Distrito Federal, apresentamos a figura 2 a seguir:

Figura 2: Composição da RIDE - DF



Fonte: (BRASIL, 1998, 2018)
Elaboração: DEURA/Codeplan.

Tanto o município de Luziânia quanto Cristalina possuem grandes empreendimentos agroindustriais, compradores de grãos da região, que se destacam na comercialização com o mercado externo internacional, operacionalizados pelo agronegócio, que cuida das etapas da produção e comercialização – importação de insumos, equipamentos e maquinários - exportação da produção dos alimentos de origem animal e vegetal (DISTRITO FEDERAL, 2021a; 2021b).

A seguir, com o objetivo de dar uma visão ampla das principais características dos municípios de Cristalina e Luziânia, apresenta-se a tabela 1 com os aspectos gerais que envolvem a demografia, os aspectos econômicos, números sobre trabalho e renda e os aspectos

sociais desses municípios.

Tabela 1: Aspectos demográficos, econômicos, trabalho e renda e sociais dos municípios de Luziânia e Cristalina, Goiás.

ASPECTOS	CARACTERIZAÇÃO	CRISTALINA	LUZIÂNIA
Demográficos	População estimada (2021)	61.385 pessoas	214.645 pessoas
	População do último censo (2010)	46.580 pessoas	174.531 habitantes
	Densidade demográfica (2010)	7,56 hab/km ²	40,06 hab/km ²
	Área	6.153 km ²	3.961 Km ²
Econômicos	Participação no Produto Interno Bruto (PIB) estadual	1,2%	2,1%
	Setor de serviços	0,8%	2,0%
	Setor industrial	0,6%	2,8%
	Setor agropecuário	4,6%	1,5%
Trabalho e renda	Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2019]	2,1 salários	2 salários
	Pessoal ocupado [2019]	19,4	24.672 pessoas
	Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]:	35,5%	35%
Sociais	Taxa de crescimento populacional	2,6%	2,2% a.a.
	A expectativa de vida	73,8 anos	74,9 anos
	Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (2010)	0,699 (74° - Posição no ranking dos municípios goianos).	0,701 (109° - Posição no ranking dos municípios goianos).
Educacionais	Nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - (Anos Iniciais Rede Pública) – 2021	5,6	5,4
	Nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (Anos Finais Rede	5,2	5,2

	Pública) – 2021		
--	-----------------	--	--

Fonte: IBGE (BRASIL, 2023; GOIÁS, 2016).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), Luziânia é um município brasileiro do estado de Goiás, conta uma população estimada em 2021 de 214.645 habitantes e é o sexto município mais populoso do estado e a oitava maior economia do estado de Goiás, com participação relativa de 2,1% no PIB estadual. Embora com menor participação na economia (8,8%), o setor agropecuário se revela competitivo, com produção de feijão, soja e milho (BRASIL, 2021a).

Já o município de Cristalina, conta com uma população estimada de 61.385 pessoas, é a décima maior economia do estado de Goiás, contribuindo com 1,2% do PIB estadual. A agropecuária é o setor econômico principal do município. Cristalina se destaca como o maior produtor de trigo, sorgo, feijão, batata-inglesa, cebola, alho e tomate em Goiás. Além disso, é o segundo maior produtor de algodão herbáceo e o terceiro maior produtor de milho, sorgo, soja e café (GOIÁS, 2016).

Os resultados positivos da agricultura em Cristalina e Luziânia são atribuídos a vários fatores, como temperaturas amenas, excelente qualidade do solo, presença de nascentes e rios, e o uso de pivôs de irrigação. Essa ampla utilização de sistemas de irrigação torna esses municípios com maior uso de irrigação na América Latina, permitindo colheitas mesmo em períodos de escassez de chuvas e resultando em altos níveis de produtividade (GOIÁS, 2016).

No que tange à dimensão da economia, os municípios de Cristalina e Luziânia possuem bons desempenhos, corroborando para obterem resultado significativos do PIB. Esses resultados trazem impactos no mercado de trabalho, uma vez que os setores da indústria de transformação, de serviços industriais de utilidade pública e da agropecuária possuem rendimento médio superior à média do estado, fato esse que tem atraído trabalhadores de diversas regiões do estado de Goiás e de outras regiões do país em busca de oportunidades e de trabalho (CRUVINEL; MARINHO; SATEL, 2021, DISTRITO FEDERAL, 2021a, 2021b).

Outro produto de larga produção nesses municípios é o tomate. O Censo Agropecuário do IBGE de 2017 indicou que os municípios de Cristalina e Luziânia são importantes na produção de tomate industrial no estado de Goiás, com destaque para a presença de grandes indústrias processadoras de tomate industrial. Entretanto, quando procuramos referenciais teóricos e dados numéricos que demonstrem o avanço do agronegócio e produção agrícola especificamente do Vale do Pamplona, não os encontramos disponíveis em plataformas de trabalhos acadêmicos. Por isso, vamos descrever as atividades agrícolas e números relacionados

ao emprego de trabalhadores rurais nas fazendas, agroindústrias e logísticas do agronegócio na região a partir das informações disponíveis nos sites destas. Algumas das principais estão localizadas em Luziânia (Goiás Verde e SLC – Fazenda Pamplona) e Cristalina (Fugini e Sorgatto Alimentos). Todas essas indústrias estão em pleno funcionamento (BRASIL, 2021a).

Vamos descrever as atividades de uma dessas fazendas localizadas no Vale do Pamplona: a SLC Agrícola – Fazenda Pamplona. Em seu site, orienta seus clientes como chegar até à sede da fazenda, em Cristalina, a partir do aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília. São 90 km de distância até a entrada da Fazenda. A sede encontra-se a 900 metros da rodovia GO-436, no Km 60, na zona rural de Cristalina (GO).

Na região do Vale do Pamplona, diversas fazendas são reconhecidas por sua significativa produção agrícola e pelos resultados positivos em suas operações comerciais. Na safra 2021/2022, uma das fazendas demonstrou produtividade em suas atividades, alcançando resultados expressivos.

A seguir, na figura 3, temos um recorte dos números da produtividade da safra de 2021/2022 e dos resultados do negócio e comercialização das commodities de milho, soja e algodão de uma fazenda do Vale do Pamplona.

Figura 3: Números da produção e comercialização de uma fazenda do Vale do Pamplona



Fonte: Site da fazenda SLC. Disponível em: <https://www.slcagricola.com.br/relatorio-integrado/>

Com base em relatórios e dados disponíveis de 2021, a fazenda obteve um desempenho em diversas culturas, como soja, milho e algodão. A produção dessas monoculturas foi amplamente favorável, impulsionada por fatores como a utilização de técnicas avançadas de

cultivo, adoção de tecnologia agrícola de ponta e diz que usou uma equipe altamente qualificada.

Além disso, a fazenda se destaca pela eficiência em sua cadeia de comercialização, estabelecendo parcerias estratégicas no agronegócio na comercialização de seus produtos agrícolas no mercado. Esses resultados evidenciam o tamanho da lucratividade que essa fazenda opera em suas atividades agrícolas.

O site da agroindústria mostra em seu site na internet que emprega trabalhadores rurais na produtividade da fazenda. A empresa diz que investe mão de obra qualificada e os identifica como colaboradores dedicados em todas as etapas do processo produtivo, desde o preparo do solo até a colheita e a logística. A figura 4 a seguir mostra números relativos à gestão ambiental, à gestão de pessoas e aos impactos sociais promovidos pela agroindústria.

Figura 4: Números da gestão ambiental e de pessoas de uma fazenda do Vale do Pamplona



Fonte: Site da fazenda SLC. Disponível em: <https://www.slcagricola.com.br/relatorio-integrado/>

A fazenda em questão mostra que procura de oferecer boas condições de trabalho e valorizar seus colaboradores, mas não mostra se paga salários justos, se dá treinamento adequado e dá condições de segurança no ambiente de trabalho. Além disso, o engajamento dos trabalhadores rurais e sua expertise contribuem para a eficiência e a qualidade das operações agrícolas da fazenda e enriquecimento de sua lucratividade, porém não percebemos informações sobre a divisão de lucros entre os trabalhadores.

O trabalho em equipe e a sinergia entre os funcionários são fatores-chave para maximizar a produtividade e alcançar resultados positivos na comercialização dos produtos agrícolas de uma agroindústria. Entretanto, é importante ressaltar que estas empresas

reconheçam direitos dos trabalhadores rurais, seu valor humano em suas atividades, promovam a valorização e o desenvolvimento dos trabalhadores rurais como parte essencial de seu sucesso nas safras. Por isso, os trabalhadores não podem ficar alienados e explorados pelo capital do campo, sendo usados apenas como mão-de-obra cativa para garantir o avanço e a prosperidade do agronegócio e o empobrecimento destes como consequência desse processo.

4. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE EDUCAÇÃO, TRABALHO E MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS

Abordar a interseção entre educação, trabalho e migração é essencial para a compreensão dos processos que envolvem a dinâmica e o movimento de trabalhadores rurais no campo em busca de qualidade de vida, bem como compreender suas realidades social e educacional.

Isso inclui pensar as seguintes questões: quais investimentos estão sendo feitos em educação rural de qualidade? Por quais motivos os trabalhadores rurais migram de um determinado lugar onde estão estabelecidos para outro? Como ocorre a proteção dos direitos trabalhistas, a criação de empregos estáveis no setor agrícola e o desenvolvimento de habilidades para lidar com a automação e a tecnologia? E ainda, como se dá a implementação de políticas que garantam a inclusão e o bem-estar dos trabalhadores rurais e migrantes?

Na busca por referenciais bibliográficos encontramos diversos trabalhos que tem discutido essas importantes questões nos últimos anos e suscitam inquietações para explorar contextos históricos e econômicos pelos quais o agronegócio se consolidou por um processo de modernização conservadora do campo, também chamado de Revolução Verde. Assim, com base nessas referências, tratamos do trabalho na agricultura, com foco no trabalho assalariado e da sua relação com a educação rural e migração de trabalhadores rurais.

4.1. Revolução Verde e agronegócio: modernizações do campo e avanço do capital rural

Historicamente, no Brasil, as transformações nas dinâmicas sociais e educacionais do campo se deram simultaneamente ao desenvolvimento de processos industriais e expansão capitalista em escala mundial, por meio do acúmulo de capital proveniente dos processos de expropriação da terra e exploração do meio ambiente e dos sujeitos do campo (NEVES; PIGNATTI, 2021).

Para além disso, essas transformações foram intensificadas a partir do século XX, com a chegada da Revolução Industrial na década de 1930, impactando as grandes das técnicas produtivas em larga escala. Em meio à essa expansão da produção cafeeira, em 1934, é

aprovado o primeiro Código Florestal, com o objetivo de obrigar os produtores a manterem 25% das terras de suas propriedades com mata nativa. Além disso, essa legislação criava as matas protetoras, que poderiam manter a existência de rios e lagos, figurando com um caráter ambiental (MOURA, 2013). Os impactos da Revolução Industrial foram agravados pelo movimento conhecido como “Revolução Verde” a partir da década de 1950, nos centros urbanos e no campo, respectivamente (CASTRO; FREITAS, 2021).

As mudanças na produção agrícola no contexto do dito “desenvolvimento econômico” impactaram a dinâmica industrial nos centros urbanos e também chegou ao campo, impulsionado pelas diversas formas de exploração ambiental e humana, provocando uma crise socioambiental cada vez mais intensa, sem precedentes. Em se tratando das populações do campo, a história passada não é tanto diferente dos dias atuais, visto que parte desses sujeitos ainda continua sendo subjugada pelos grandes latifundiários capitalistas e grandes empresas do agronegócio, pois “uma das implicações da matriz tecnológica e de produção do modo capitalista de fazer agricultura é a degradação ambiental e das pessoas (CALDART *et al*, 2012, p. 30).

Observando os movimentos do processo da Revolução Verde em outros países, percebemos que ela se deu de maneira específica em cada um. Tomemos os exemplos da China e Índia baseados no texto *Epic narratives of the Green Revolution in Brazil, China, and India*, de Cabral (2021). Nele, a autora busca explorar os procedimentos pelos quais atores – indivíduos, organizações e governos – em países do Sul constroem suas próprias narrativas épicas acerca da Revolução Verde. Inicialmente, os governos desses países – e os governos de outros em crescimento – tem a visão de que esse fenômeno agrícola trouxe o desenvolvimento da produção nas grandes propriedades rurais por meio da ciência e da tecnologia, evitando o agravamento da fome no mundo e a insegurança alimentar (CABRAL, 2021).

Nesse contexto, não se objetiva esclarecer os discursos contraditórios da Revolução Verde, mas discutimos as perspectivas analíticas para a compreensão da política do conhecimento, na tentativa de entender como e por que o agora distante mantém seu poder de inspirar e influenciar as dinâmicas da produção agrícola no campo. Dessa forma, a Revolução Verde trouxe impactos em todo o mundo, principalmente nestes três países: China, Índia e Brasil. Segundo Cabral (2021), esses países construíram narrativas institucionalizadas que retratam um momento de glória em um passado de transformação agrícola liderada pela ciência. Para esses países, foi um tempo de pressão nacional e conquistas tecnológicas sem precedentes, protagonizado por pessoas e organizações heroicas, tornando-se um modelo a ser exportado para a África e outros continentes de suas adjacências (CABRAL, 2021).

Entretanto, esse fenômeno agrícola acaba se convertendo no grande vilão ambiental e social. Essa atividade industrial percebeu que poderia explorar as terras e florestas com os vastos plantios de café e os sujeitos do campo também.

Nesse contexto, o período que vai do final dos anos 1940 até 1980 ocorreu um processo de cima para baixo, liderado pelo Estado em todo o país, que envolveu a implantação de variedades de alto rendimento responsivas a altos insumos de fertilizantes químicos e irrigação. Embora tenha havido um senso de sucesso nessas novas formas de produzir alimentos, muitos estudos chegaram a conclusões equivocadas, ignorando os impactos ambientais e outros problemas associados a essa abordagem. Um dos problemas mencionados é o papel desempenhado pela irrigação, que poderia ter consequências negativas, como a escassez de água e a degradação do solo. Essa crítica aponta para a necessidade de considerar os aspectos ambientais e os impactos socioeconômicos das práticas agrícolas intensivas (CABRAL, 2021).

Na década de 1990 houve uma crise severa na agricultura brasileira, resultando na falência generalizada de agricultores e agroindústrias. Isso foi causado pelas medidas neoliberais que retiraram subsídios, reduziram créditos e expuseram a agricultura à competição de outros países devido à redução de taxas alfandegárias. A partir desse cenário, surgiram esforços para elevar o agronegócio como um dos principais pilares da economia brasileira. Ao mesmo tempo, a reforma agrária foi considerada obsoleta, e os movimentos sociais do campo foram retratados como violentos e atrasados, consolidando o processo de construção da hegemonia do agronegócio, tal como descreve Alentejano (2020):

Essa década é marcada por uma forte crise da agricultura brasileira, com a falência generalizada de agricultores e agroindústrias, no rastro das medidas neoliberais que retiraram subsídios, reduziram créditos e expuseram a agricultura à competição de outros países com a redução de taxas alfandegárias (p. 253).

Configura-se a partir de então um movimento para elevar o agronegócio à condição de um dos pilares da economia brasileira, ao mesmo tempo em que a reforma agrária é apresentada como anacrônica e os movimentos sociais do campo como violentos e atrasados (p. 254).

Todavia, esse movimento visava apenas o avanço do capitalismo sobre o campo. Apontamos esse fato em um trabalho que escrevemos acerca dessa temática, no qual destacamos que a premissa de que a problemática agrária no território brasileiro se fundamenta na expansão do poderio econômico no âmbito rural. Seu início se concretizou na segunda metade do século XX e estabeleceu um conflito antagônico entre os que se dedicam à exploração e aqueles submetidos à condição de explorados (LIMA, SANTOS, 2022).

De acordo com Alentejano (2020), o movimento do ruralismo contribuiu

significativamente para o surgimento do agronegócio e detalha a origem e a evolução do termo "agronegócio" no Brasil na década de 1990, destacando sua tradução do termo "agribusiness". É interessante observar que a própria Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) passou por uma mudança de nome, antes sendo chamada de Associação Brasileira do Agribusiness até os anos 2000. Essa mudança foi parte de uma estratégia de marketing para popularizar a noção de agronegócio. Esse fato reflete o reconhecimento crescente da importância e complexidade da atividade agrícola e suas relações com o mercado e o setor empresarial. Ao adotar o termo "agronegócio", há uma clara intenção de enaltecer o caráter empresarial e econômico da agricultura, afastando-se da noção tradicional de apenas produção e cultivo, tal como vinha fazendo o ruralismo.

A urbanização crescente no século XX resultou em uma migração em massa de trabalhadores rurais para as cidades em muitos países. A modernização da agricultura e a mecanização reduziram a demanda por trabalho agrícola, levando muitos trabalhadores rurais a buscar emprego em setores urbanos, como a indústria e os serviços. Isso resultou em uma transformação significativa nas comunidades rurais e na dinâmica do trabalho agrícola (MENDONÇA, 2005).

Ao longo do século XIX e XX, movimentos de reforma agrária e sindicalismo rural ganharam força em várias partes do mundo. Lutas por melhores condições de trabalho, salários justos, direitos de propriedade e acesso à terra ocorreram em muitos países. Organizações sindicais e cooperativas rurais foram estabelecidas para defender os interesses dos trabalhadores rurais e promover a justiça social no campo (MENDONÇA, 2005).

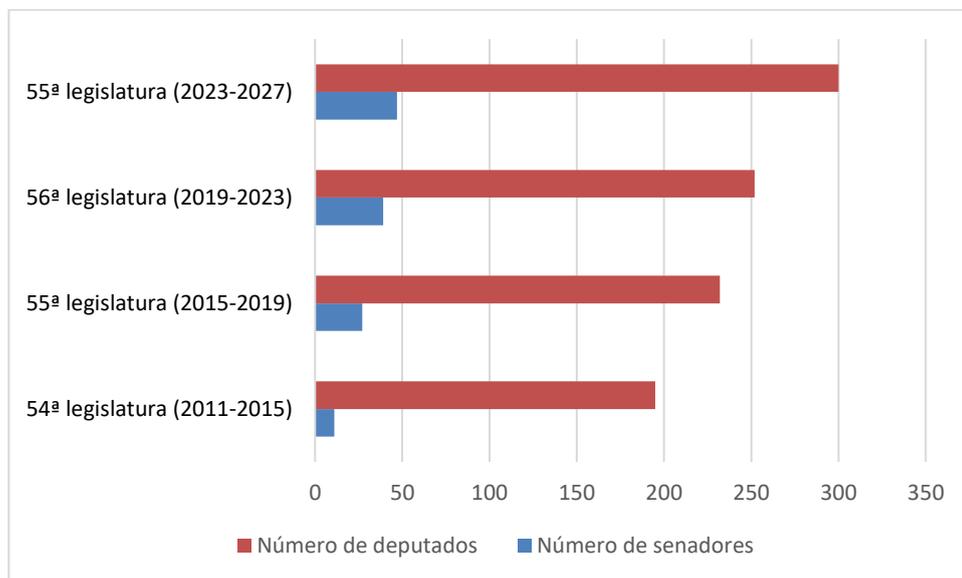
De acordo com Alentejano (2020), visão que se tem em relação ao modelo agrário expressa sua hegemonização pelo agronegócio no Brasil. O autor argumenta que esse modelo contribui para o aumento da desigualdade social, a redução de empregos, a contaminação de alimentos, trabalhadores, solos e águas, e a concentração do controle da produção de commodities por corporações transnacionais. Além disso, destaca a diminuição da área destinada à produção de alimentos para os brasileiros e a prática da grilagem de terras. O autor defende a superação desse modelo por meio da reforma agrária e do desenvolvimento da agroecologia, a fim de combater a violência, a devastação ambiental, a superexploração do trabalho e as profundas desigualdades no campo brasileiro (ALENTEJANO, 2020).

Atualmente, para continuar com seu projeto de expansão e domínio hegemônico no campo brasileiro, o agronegócio busca intensificar sua influência sobre as políticas públicas brasileiras por meio de seus representantes nas esferas políticas e institucionais. No Congresso Nacional, está presente com a Bancada Ruralista, que vem crescendo a cada legislatura,

elaborando e apresentando projetos de criação de Políticas Públicas que visam o favorecimento da produção e comercialização dos produtos do agronegócio, bem como trabalha intensamente para o enfraquecimento dos movimentos sociais do campo, desmonte da Reforma Agrária e flexibilização das leis que garantem direitos para os trabalhadores rurais (ALENTEJANO, 2020).

A seguir, apresenta-se o gráfico 1, cujos dados mostram os números e a evolução da Bancada Ruralista no Congresso Nacional nas últimas quatro legislaturas.

Gráfico 1: Evolução da Bancada Ruralista no Congresso Nacional brasileiro



Fonte: Frente Parlamentar Agropecuária (FPA)

O crescimento da bancada ruralista no Congresso Nacional tem sido um fenômeno observado ao longo dos últimos anos. Composta por parlamentares que representam os interesses do agronegócio e do setor rural, essa bancada tem ganhado cada vez mais força e influência política. O aumento do poder econômico e da relevância do agronegócio na economia brasileira contribuiu para esse crescimento, uma vez que os setores agropecuário e agrícola têm sido fundamentais para o país, tanto na geração de empregos quanto nas exportações. A bancada ruralista busca defender e promover políticas que beneficiem o setor, como flexibilizações ambientais e a redução de regulamentações que possam limitar a expansão do agronegócio. No entanto, essa ascensão também gera debates acerca da sustentabilidade ambiental e dos impactos socioeconômicos, destacando a necessidade de encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento rural e a preservação ambiental (RIBEIRO NETO, 2021; VIGNA, 2001).

Entretanto, as atividades agrícolas do “agronegócio” tendem a gerar controvérsias e

debates sobre a sua abrangência e implicações sociais e ambientais. Enquanto alguns argumentam que o agronegócio impulsiona o desenvolvimento econômico e a segurança alimentar, outros levantam preocupações sobre os trabalhadores pela concentração de poder e a exploração de mão de obra. O fenômeno da migração no campo está intimamente relacionado aos tipos de trabalho disponíveis nessa área e a forma como o trabalho é estruturado e remunerado no campo influencia diretamente os padrões de migração (BALSADI; DEL GROSSI, 2016).

Apesar do aumento da produtividade agrícola seja importante para suprir a demanda crescente por alimentos, é fundamental avaliar e mitigar os impactos negativos que podem surgir, como a degradação do meio ambiente e a dependência excessiva de insumos químicos (CABRAL, 2021).

A Revolução Verde na China se deu através de uma combinação entre “pesquisas de ponta, lideradas pelo Estado, notadamente no arroz híbrido, com um forte impulso para conectar cientistas e a tecnologia moderna com as raízes da base” (CABRAL, 2021, p. 21). Segundo a autora, atualmente a China ainda continua despontando em sua produção agrícola de larga escala, mesmo tendo seu ápice nos anos de 1970 que tornou a produtividade do seu arroz como referência para a região e para o mundo, mantendo a alta nos ganhos produtivos chinês nas últimas quatro décadas (CABRAL, 2021).

No caso do Brasil, a Revolução Verde também ficou conhecida como “revolução tropical” pela introdução das tecnologias de produção no campo e ficou latente pela expansão da agricultura no Cerrado a partir da década de 1970, que ficou vista como marco do advento da modernização agrícola (NEHRING, 2016).

O crescimento das demandas por alimentos e pela sua produção cresceram em larga escala dando origem a um fluxo frenético e cada mais dinâmico no campo, com as agroindústrias tendo que atender não apenas o mercado interno, mas mercado externo também. Conforme Ribeiro Neto (2018), a agricultura, portanto, necessitava de maior fluidez na produção e passou pelo processo de industrialização, massificando as relações comerciais nacionais e internacionais e dando origem ao termo *agribusiness*, atualmente conhecido como agronegócio. O autor enfatiza que:

Esse processo de industrialização, por sua vez, havia tido como fator condicionante a internalização, no país, dos setores de máquinas, equipamentos e insumos para a agropecuária, o que permitia que essa fase do processo de modernização da agricultura deixasse de depender da capacidade de importar. A agricultura tornou-se cada vez mais, nesse sentido, um ramo da produção, como compradora de insumos e máquinas e vendedora de produtos agropecuários para

a indústria de transformação (RIBEIRO NETO, 2018, p. 109).

Assim, no campo, as sequelas de cunho ambiental e social são, portanto, decorrentes de um novo modelo de produção predatório que se instalou e permanece em evidência, o agronegócio. Os problemas ambientais são diversos, frequentes e de efeitos devastadores. Eles dizem respeito àqueles que causam a poluição dos lençóis freáticos pelo uso dos agrotóxicos nas lavouras, promoção de queimadas, aumento da desertificação do solo, extinção de diversas espécies da fauna, entre outros (SAUER; SILVA; DUARTE, 2021).

Um bioma brasileiro bastante afetado pelos problemas ambientais é o Cerrado. Segundo Cabral (2021), “a razão do Cerrado foi parte integrante da estratégia do Estado de modernizar o sertão e conectá-lo ao litoral” (p. 12). O Estado brasileiro também teve participação ativa na transformação do Cerrado, visto que houve investimentos em instituições, sobretudo na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Houve ainda a implementação de um “pacote de políticas para a transformação do Cerrado”, o que também incluiu o subsídio de créditos para a compra de insumos modernos, serviços de extensão e infraestruturas de transporte para permitir que os produtos cheguem aos mercados interno e internacional.

Essas ações acabaram transformando o Cerrado em espaço para a especulação fundiária com a formação de grandes áreas de monoculturas como a soja e o milho, por exemplo, além de extensas fazendas de pastagens agropecuária, tornando um negócio profissionalizado e lucrativo para grandes incorporações produtoras e exportadoras de *commodities* (ALENTEJANO, 2020).

Sendo assim, comparando as narrativas épicas de sucesso da Revolução Verde no Brasil, China e Índia por meio de símbolos, heróis e criação de heranças, levam a crer que são semelhantes no que tange aos investimentos em ciência e tecnologia, mesmo que em contextos políticos diferentes. Ademais, percebe-se que ainda existem dois processos simultâneos de criação épica: um que glorifica o passado e o outro reformula a narrativa sobre a modernização agrícola, alegando que o primeiro foi ambientalmente benéfico ou por apresentar a inovação científica e tecnológica para a agricultura como fonte de novos épicos mais verdes (CABRAL, 2021).

Além dos impactos e sequelas deixadas no espaço por esse movimento caracterizado pela modernização conservadora no campo, nos elementos naturais, há também as consequências para a vida humana. São problemas que atuam diretamente na determinação social dos sujeitos do campo e não se configuram como estáticos, isolados ou eventuais. Portanto, os problemas socioambientais são todos aqueles relativos “a um processo de

desenvolvimento de situações de riscos, vulnerabilidades, acidentes e danos ambientais como efeitos cumulativos das formas agressivas de inter-relações humanas com a natureza” (PIGNATI, 2021, p. 96).

4.2. Trabalho assalariado e sazonal na agricultura capitalista

O advento do sistema capitalista de produção agrícola trouxe profundas mudanças no mundo do trabalho, realocando-o em uma dinâmica imbuída de complexidade (ANTUNES; SOTELO, 2003). Dentro dessa nova configuração, o capital passou a comprar a mão-de-obra de trabalhadora e pressionou a transição de sua condição de trabalho coletivo e social para a condição de expropriados, ou seja, refere-se a uma mudança na forma como esses sujeitos estão envolvidos na produção e no sistema econômico “do processo destrutivo de forças produtivas, intrínsecas ao metabolismo do capital” (THOMAZ JÚNIOR, 2014, p. 192 – tradução nossa).

Todavia, esses trabalhadores já não eram mais donos das terras que cultivavam, pois trabalhavam em fazendas pertencentes a governantes ou proprietários de terras e, muitas vezes, pagavam tributos em forma de alimentos ou serviços (CAVADAS, 2021). Durante o século XIX, esse conjunto de práticas e representações dos setores dominantes não-hegemônicos no meio rural produziram efeitos políticos concretos sobre a estrutura institucional do Estado republicano e deram origem a uma vertente que se denominou ruralismo (MENDONÇA, 1997).

No campo, há de se considerar que o trabalho na agricultura desempenha um papel fundamental na produção de alimentos e no desenvolvimento econômico de muitos países ao redor do mundo, porém os direitos dos trabalhadores não têm sido respeitados e seu trabalho não tem sido valorizado, do ponto de vista de suas garantias e bem estar humano social e educacional (RIBEIRO NETO, 2018).

Nesse sentido, faz-se necessário abordar as questões relacionadas às condições de trabalho e aos direitos dos agricultores, garantia de um ambiente de trabalho seguro, justa remuneração e acesso a recursos e serviços adequados. Além disso, investimentos em educação e treinamento são cruciais para capacitar os agricultores e promover práticas agrícolas sustentáveis. Educação que deve ser pensada a partir da realidade dos trabalhadores, de suas lutas, de sua cultura e formas de organização social (ALENTEJANO, 2012).

A agricultura emprega uma parcela significativa da força de trabalho global e desempenha um papel vital na subsistência de comunidades rurais. Isso se reflete no cenário agrícola brasileiro. No estado de Goiás, por exemplo, a agropecuária está presente em seus 246 municípios, favorecendo a geração de emprego, fortalece o comércio e a indústria e incentiva a busca pela qualificação profissional (BRASIL, 2021). O caderno de caracterização do estado de Goiás

elaborado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF –, mostra números do desempenho agrícola do estado.

O Estado de Goiás é o 4º maior produtor de soja e o 3º maior produtor de milho do Brasil. O Estado responde por 10,1% da produção nacional de soja, com um Valor Bruto da Produção da ordem de 34,5 bilhões de Reais e 10,9% da produção nacional de milho, com um Valor Bruto de Produção de 14,3 bilhões de reais. O Estado tem uma estimativa de produção da safra 2021/2022 de 388,0 milhões de litros de etanol a partir do milho, 11,1% da produção Nacional (BRASIL, 2021, p. 31).

Olhando para esses números, percebe-se que o volume produtivo agrícola no estado de Goiás é intenso e possui posição de destaque como produtor de soja, milho e etanol, mas se concentra principalmente nos valores brutos de produção e nas porcentagens em relação à produção nacional. Esses números são relevantes em termos econômicos, porém não fornecem uma visão completa da realidade agrícola do estado, pois não consideraram outros aspectos, como sustentabilidade, impactos ambientais e sociais, além gerar a distribuição dos benefícios gerados pela produção àqueles que são essenciais à cadeia produtiva: os trabalhadores rurais (ALENTEJANO, 2012).

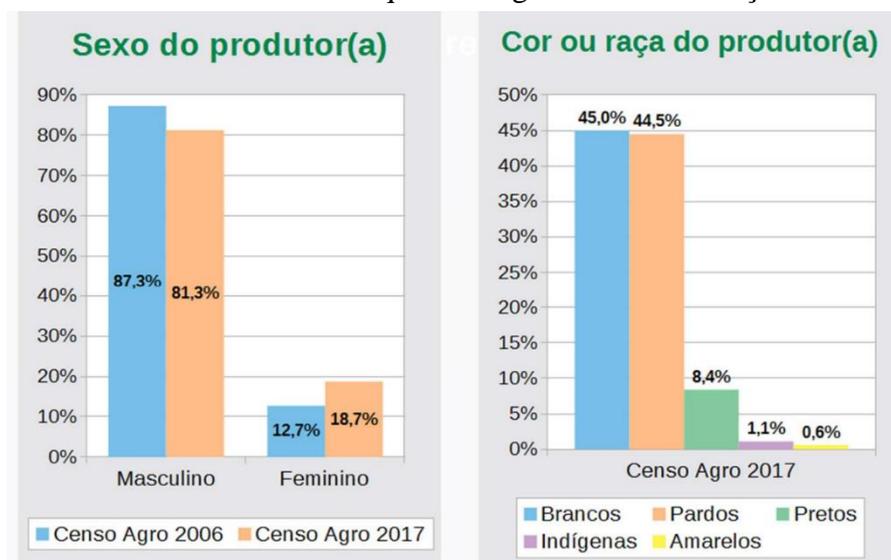
Ao longo do tempo, a agricultura passou por mudanças significativas devido a avanços tecnológicos e mudanças nas práticas agrícolas. Na contemporaneidade, o trabalho na agricultura requer habilidades e conhecimentos específicos, tanto em termos de técnicas agrícolas quanto de gestão dos recursos disponíveis. Isso inclui o conhecimento para lidar com as tecnologias que estão cada vez mais em evidência no trabalho dentro das grandes fazendas produtoras de monoculturas (WANDERLEY, 2000).

Apesar da forte presença dos aparatos da tecnologia para melhorar e agilizar a produção no campo, o trabalho humano ainda é necessário, mesmo que a relação entre tecnologia e trabalho humano na agricultura venha passando por mudanças significativas nas últimas décadas. A tecnologia desempenha um papel cada vez mais presente na transformação do setor agrícola, afetando tanto as tarefas diárias dos trabalhadores quanto a forma como a produção de alimentos é realizada (DELGADO, 2010).

Os trabalhadores rurais têm função primordial no cultivo agropecuário, criação de animais e produção de alimentos. Eles são responsáveis por todas as etapas do processo produção, desde o plantio e cultivo até a colheita e processamento dos produtos agrícolas. Esses profissionais são essenciais para garantir a segurança alimentar, a sustentabilidade e a viabilidade econômica do setor agrícola. São eles que realizam o trabalho braçal necessário para o cultivo e a colheita de alimentos (THOMAZ JUNIOR, 2014).

Ao realizar o Censo Agropecuário de 2017, o IBGE classificou os trabalhadores rurais com e sem laços de parentesco com o produtor. Todos os que trabalham no estabelecimento são classificados como trabalhador permanente, trabalhador temporário, trabalhador parceiro ou mão de obra utilizada no estabelecimento agropecuário no período de referência. A pesquisa também revelou os números de produtores rurais quanto ao gênero e a cor ou raça no ano de 2017 e fez uma comparação com os números do Censo Agropecuário de 2006. O gráfico 2 mostra os percentuais dessas duas categorias (BRASIL, 2019).

Gráfico 2: Produtores rurais quanto ao gênero e cor ou raça



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (BRASIL, 2019)

O gráfico mostra que houve uma redução do número de produtores rurais do gênero masculino, saindo de 87,3% em 2006 para 81,3% em 2017. Já as mulheres, eram 12,7% em 2006 e passou para 18,7%. Mesmo assim, é um número ainda que menor que o dos homens. Quando a cor ou raça dos produtores rurais, a maioria é de cor branca e parda, totalizando 89,5%. Já os pretos e indígenas somam apenas 9,5% dos produtores rurais (BRASIL, 2019).

No caso dos trabalhadores rurais, contratados para trabalhos permanentes ou temporários, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE de 2018, mostra que existem 3,4 milhões de assalariados rurais no Brasil, tal como apresentado na tabela 2.

Tabela 2: Empregados rurais- segundo o gênero e condição de ocupação (pessoas de 14 anos ou anos ou mais de idade) – Brasil – 2º semestre 2018

Gênero	Empregados Rurais		Empregados Rurais Com Carteira Assinada		Empregados Rurais Sem Carteira Assinada	
	Nº absoluto	Em %	Nº absoluto	Em %	Nº absoluto	Em %
Masculino	3.005.815	89,5	1.296.729	43,1	1.709.086	56,9
Feminino	353.311	10,5	170.573	48,3	182.738	51,7
Total	3.359.126	100,0	1.467.302	43,7	1.891.824	56,3

Fonte: Pnad Contínua / IBGE. Elaboração: Dieese

Dentre esses assalariados rurais, 56,3% trabalham sem carteira de trabalho assinada, o que significa que estão em empregos informais no setor agrícola. A informalidade é elevada tanto entre os homens (56,9%) quanto entre as mulheres (51,7%) que trabalham no setor agrícola. Homens representam cerca de 90% dos ocupados no mercado de trabalho rural, enquanto as mulheres compõem o restante (DIEESE, 2019).

Ao observar os dados descritos na tabela, percebemos que, no ano de 2018, um número considerável de assalariados rurais trabalhava sem ter a proteção e os benefícios proporcionados pela carteira de trabalho assinada. A taxa de ilegalidade ou informalidade de 56,3% indica a prevalência de empregos informais no meio rural, o que pode ter impactos na segurança e nos direitos trabalhistas desses indivíduos (DIEESE, 2019).

Indubitavelmente, esses dados corroboram com a ideia de que os trabalhadores rurais enfrentam uma série de desafios, incluindo as condições climáticas adversas, pragas, doenças das plantas, acesso a recursos e mercados, além de ter que manipular produtos extremamente prejudiciais à saúde. Estamos falando do uso dos fertilizantes, pesticidas e técnicas de irrigação têm ajudado a aumentar a produtividade e melhorar a eficiência (CARNEIRO, 2012).

Os insumos químicos no solo e a pulverização aérea nas lavouras causam doenças para os trabalhadores e diversos problemas ambientais, frequentes e de efeitos devastadores. Eles dizem respeito àqueles que causam a poluição dos lençóis freáticos pelo uso dos agrotóxicos nas lavouras, promoção de queimadas, aumento da desertificação do solo, extinção de diversas espécies da fauna, entre outros (SAUER; OLIVEIRA, 2021). Com a introdução dos agrotóxicos e de grandes maquinários, o capital agrícola tenciona, entre outros objetivos, a substituição do trabalho manual, o aumento da produtividade e preparação da terra em maiores dimensões para o cultivo de grandes commodities (WOLFORD, 2021).

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho rural também trouxeram outros desafios para os trabalhadores. Além do impacto ambiental e da necessidade de equilibrar a

produtividade com a sustentabilidade, houve a necessidade da formação adequada para lidar com as questões tecnológicas e a sazonalidade (BALSADI; DEL GROSSI, 2016).

No que tange ao uso das novas tecnologias na produção agrícola, esta afeta tanto as tarefas diárias dos agricultores quanto a forma como a produção de alimentos é realizada. Avanços tecnológicos, como a mecanização, a automação, o uso de sensores e a aplicação de dados e análise, têm o potencial de aumentar a eficiência, a produtividade e a precisão das atividades agrícolas. Máquinas e equipamentos agrícolas modernos podem executar tarefas que antes exigiam trabalho manual intenso, reduzindo o tempo e o esforço necessários para realizar determinadas atividades (SAUER, 2008).

A automação também está desempenhando um papel cada vez mais importante na agricultura, com o surgimento de robôs agrícolas que podem realizar tarefas como plantio, colheita, pulverização de culturas e monitoramento de lavouras de forma autônoma. Isso pode liberar os agricultores de tarefas repetitivas e permitir que eles se concentrem em atividades de maior valor, como tomada de decisões estratégicas e gestão da fazenda (FIRMIANO, 2014).

Além disso, a tecnologia está transformando a coleta e o uso de dados na agricultura. Sensores, drones e imagens de satélite podem fornecer informações detalhadas sobre o solo, as plantas, o clima e outros aspectos relevantes para a produção agrícola. Com base nesses dados, os agricultores podem tomar decisões mais informadas sobre o uso de insumos, irrigação, controle de pragas e doenças, otimizando o desempenho da lavoura (NEHRING, 2016)

Todavia, onde estão os trabalhadores rurais qualificados para operar esses sistemas, equipamentos e maquinários agrícolas com o uso das novas tecnologias? Desde o início do século XXI, segundo Frigoto (2001), já havia a necessidade da educação voltada para a formação humana e social que pudesse interagir com as questões da tecnologia.

Vivemos, neste início de século e de milênio, um tempo de profundas contradições e, sobretudo, de uma inaceitável situação onde o avanço científico e tecnológico é ordenado e apropriado pelos detentores do capital em detrimento das mínimas condições de vida de mais de dois terços dos seres humanos (p. 72).

Portanto, embora a tecnologia do campo possa resultar em certa desqualificação dos trabalhadores rurais em algumas áreas, ela também cria novas oportunidades e demanda por habilidades diferentes. É fundamental que haja investimentos em educação e formação profissional para garantir que os trabalhadores rurais possam se adaptar às mudanças

tecnológicas e desenvolver novas competências para não estar apenas a serviço da tecnologia, mas que esta possa atender as suas necessidades e apropriar-se dela, no sentido de “transformar, criar e recriar, mediado pelo conhecimento, ciência e tecnologia” (FRIGOTO, 2001, p. 74).

Portanto, não basta preparar os trabalhadores para lidar com as tecnologias. Para além disso, é importante reconhecer e valorizar o trabalho árduo dos trabalhadores rurais, bem como sua contribuição para a produção de alimentos para o mundo. São eles que estão vivendo a exclusão do direito à terra, submetendo-se ao trabalho alienado e cativo. É o que salienta Delgado (2010):

Conquanto o trabalho humano venha sendo crescentemente mitigado nos processos produtivos tipicamente capitalistas ou de agronegócio, as relações de trabalho que se estabelecem na produção agropecuária parecem configurar um estilo de “super-exploração”, seja pela imposição de jornadas excessivas (corte de cana, por exemplo), seja pelo manejo de materiais agrotóxicos altamente nocivos à saúde humana, seja pelas relações de precária contratação de trabalhadores migrantes nos picos da demanda sazonal das safras agropecuárias (p. 121).

O trabalho no mundo rural possui características distintas em relação ao trabalho nas fábricas, no comércio e outras tipologias do mundo do trabalho. Muitas atividades agrícolas, como o plantio, a colheita e a colheita de safras, são sazonais por natureza. Essas atividades dependem das condições climáticas, do ciclo de crescimento das plantas e de outros fatores sazonais, ou seja, o trabalho agrícola é descontínuo e segue ritmos diferentes ao longo do ano agrícola (TESSARI, 2011).

No trabalho rural, os salários podem variar de acordo com diferentes fatores, como o tipo de atividade agrícola, a região geográfica e as qualificações dos trabalhadores. No entanto, é importante destacar que existe uma diferença salarial significativa entre homens e mulheres nesse contexto. Tradicionalmente, as mulheres enfrentam desigualdades salariais, recebendo salários inferiores em relação aos homens, mesmo desempenhando as mesmas funções e possuindo qualificações semelhantes. Essa disparidade salarial reflete desafios mais amplos de desigualdade de gênero no mercado de trabalho rural, que incluem acesso limitado a oportunidades de emprego, discriminação e estereótipos de gênero. A luta pela igualdade salarial entre homens e mulheres continua sendo um desafio relevante na busca por equidade no trabalho rural.

O quadro 3 mostra o rendimento médio real de mulheres e homens ocupados com domicílio na zona rural no trabalho agrícola no Brasil, no 4º trimestre de 2022, com destaque para a diferença salarial entre homens e mulheres.

Quadro 3: Rendimento médio real de mulheres ocupadas com domicílio na zona rural no trabalho agrícola - Brasil, 4º trimestre de 2022 (em R\$ do 4º trimestre de 2022)

Grupamento de atividade econômica	Homem	Mulher	Diferença entre homens e mulheres (%)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.657,23	1.388,31	16,20%

Fonte: Elaboração própria com dados do DIEESE (2023) e IBGE-Pnad (2022)

Conseqüentemente, a demanda por mão de obra nessas áreas varia ao longo do ano, resultando em períodos de trabalho intenso durante as colheitas e em momentos de menor demanda durante outras épocas do ano. Essa sazonalidade na demanda por mão de obra é uma característica marcante nas áreas rurais do agronegócio, diante da necessidade de trabalho manual. Algumas tarefas agrícolas exigem trabalho manual intensivo, como a colheita manual de frutas, vegetais e outros produtos agrícolas. Embora haja desenvolvimentos na automação agrícola, muitas dessas tarefas ainda são mais eficientes quando realizadas por trabalhadores humanos. Essas atividades requerem uma grande quantidade de mão de obra durante períodos específicos (TESSARI, 2011).

Por se tratar de uma mão-de-obra “descartável” para as atividades do agronegócio, os trabalhadores rurais contratados a cada safra se tornam mais econômico para os empregadores, pois eles só precisam contratar trabalhadores temporariamente para atender às demandas pontuais. Além disso, em muitos casos, a disponibilidade de mão de obra local é limitada, e os empregadores dependem de trabalhadores migrantes ou sazonais que estão dispostos a se deslocar para as áreas rurais durante os períodos de pico de trabalho. Conforme Pereira (2012), o capital rural visa, portanto, maiores resultados de produção e lucratividade e menores despesas com os trabalhadores.

A posse dos meios de produção e os resultados dos frutos do trabalho são usufruídos de forma diferente pelos donos do capital e do trabalho: pouco para estes e muito para aqueles.

É, então, característica do modo de produção capitalista essa tensão entre a produção e a escala cada vez maior e as relações de produção aprisionadas aos interesses de acumulação de lucro (p. 146).

Além da desvalorização da mão-de-obra migrante, temporária e sazonal, os trabalhadores rurais enfrentam condições de trabalho precárias. Durante os períodos de alta demanda, são submetidos a longas jornadas de trabalho exaustivas, muitas vezes sem descanso adequado. Essas condições podem levar a altos níveis de estresse físico e mental,

contribuindo para a exaustão e a saúde precária dos trabalhadores (PEREIRA, 2012).

Outro aspecto negativo é a dependência de mão de obra migrante ou temporária. A escassez de trabalhadores locais disponíveis leva muitas vezes à contratação de migrantes ou trabalhadores sazonais, que podem estar em situações vulneráveis. Vale lembrar o agravamento social que o mundo viveu nesses últimos com o surgimento da Covid-19, quando boa parte da população mundial perdeu seus empregos, tanto no campo, quanto nos grandes centros urbanos. A Organização Internacional do Trabalho – OIT (2020) faz um relato sobre o agravamento da condição de vulnerabilidade de trabalhadores e trabalhadoras rurais vivida durante a pandemia de Covid-19.

Os trabalhadores e trabalhadoras migrantes estão entre os grupos mais vulneráveis. Vários relatórios documentam níveis crescentes de discriminação e xenofobia contra a população migrante e, em alguns casos, precariedade alimentar, despedimentos, agravamento das condições de trabalho, incluindo redução ou não pagamento de salários, más condições de vida, e maiores restrições aos movimentos ou regressos forçados (onde pode ser estigmatizada por poder trazer o vírus) (OIT, 2020, p. 1).

Esses trabalhadores podem enfrentar exploração, salários baixos, falta de direitos trabalhistas e dificuldades para acessar serviços básicos, como saúde e educação. A falta de proteção social e a ausência de medidas regulatórias adequadas contribuem para essa exploração (THOMAZ JUNIOR, 2014).

O quadro 4 apresenta um panorama do emprego rural na América Latina, trazendo os números absolutos de trabalhadores ocupados no emprego rural e os percentuais gerais sobre os empregos formais e informais no espaço rural.

Quadro 4: Panorama do emprego rural na América Latina

Trabalhadores ocupados no emprego rural	52 milhões de pessoas
Pessoas ocupadas no emprego rural	19,2%
Trabalho informal rural	76,2%
Emprego rural agrícola	52%
Emprego rural não agrícola	48%
Trabalhadores ocupados no setor agrícola (informais)	85,7%
Trabalhadores ocupados no setor não agrícola (informais)	65,8%
Geração de renda do emprego no setor agrícola	41,5%
Geração de renda do emprego no setor não agrícola	58,5%

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2020)

Embora tenha se concentrado principalmente nas áreas rurais, essa transformação também teve impactos significativos na educação rural. No próximo tópico faremos uma discussão sobre o papel da Educação Rural e seus principais aspectos formativos para o trabalho, com foco na formação dos jovens do campo e na produção de conhecimentos que lhes permita atuar como protagonista das transformações de sua realidade e da realidade local, ao mesmo tempo em que valorizam a preservação ambiental e a valorização da cultura local.

4.3. Educação rural, trabalho e a formação dos jovens do campo

Desde os tempos remotos, o trabalho tem se entrelaçado com as atividades humanas, permeando os anais da história. As famílias, outrora, congregavam-se em torno da produção de seus próprios alimentos, com o intuito de garantir sua própria subsistência. O conhecimento sobre as artes do plantio e colheita era transmitido de uma geração a outra, prescindindo de uma formação escolar formal. Entretanto, o advento do sistema capitalista desvirtuou a natureza educativa familiar e comunitária, cooptando-a para o propósito de forjar mão-de-obra adequada ao mercado laboral. Nesse contexto, a educação, antes uma ferramenta emancipatória, passou a se tornar um instrumento subserviente à própria exploração dos indivíduos pelo labor (CATINI, 2016).

Durante muitos períodos da história, os trabalhadores rurais foram submetidos à escravidão ou servidão, onde eram forçados a trabalhar nas terras de senhores feudais ou proprietários de terras em condições de opressão. Eles eram frequentemente considerados como pertencentes à propriedade e sofriam exploração, pobreza e abusos. Com o advento da Revolução Industrial, começando no século XVIII, ocorreram mudanças significativas na agricultura e na vida dos trabalhadores rurais. Com a mecanização da agricultura, a introdução de máquinas e a concentração de terras em grandes propriedades, muitos trabalhadores rurais perderam suas terras e foram forçados a migrar para as cidades em busca de emprego nas indústrias em rápida expansão. Essa transição resultou em mudanças sociais e econômicas profundas nas comunidades rurais (CASTRO, 2012).

De acordo com Antunes (2011), desde a Revolução Industrial, os camponeses que tinham mais terras conseguiram uma independência financeira e se tornaram patrões com a mecanização da produção agrícola. Por outro lado, aqueles que não tinham tantas extensões de terra, tiveram que vender o pouco que tinham e passaram a vender a sua mão-de-obra como trabalhadores.

Ainda conforme o autor, esse processo trouxe grande impacto para a força de trabalho de forma geral, pois quem mais sofre com toda essa transformação no mundo do trabalho foram as mulheres e jovens, que tiveram que sair de suas casas e optar pelo êxodo rural, buscando trabalhos nos centros urbanos e tendo que disputar os postos de trabalhos com os homens, os quais antes eram somente ocupados por eles. Como a demanda de trabalho nos centros urbanos não era grande, surgiu um grande número de pessoas que não tinham onde trabalhar, morar e sobreviver (ANTUNES, 2011).

Esse percurso histórico das relações de trabalho no campo trouxe para o século XX a herança de um trabalho degradante e precário nas propriedades rurais, permanecendo em evidência. O movimento ruralista, em busca de maiores produtividades e lucratividade, se intensificou nas décadas 1950 e 1960 e seguiu avançando para a exploração do latifúndio brasileiro, envolto a conflitos e contradições internas, especialmente em relação a questões como a expansão do agronegócio, a utilização de transgênicos e a defesa de interesses específicos de grandes produtores rurais em detrimento dos pequenos agricultores e comunidades tradicionais (MENDONÇA, 2005).

As populações do campo que eram expropriadas de suas terras, passaram a vender a sua força de trabalho para os grandes fazendeiros. Por muito tempo essa prática se configurou como a transformação da educação escolar em mercadoria, onde os sujeitos que procuravam se apresentar “educados” para trabalhar tinham a liberdade de vender a sua força de trabalho para os detentores dos meios de produção (CATINI, 2016).

Atualmente, além de absorver a mão-de obra como instrumento de propulsão de sua prosperidade, o agronegócio ainda se apresenta como um investidor na educação dos trabalhadores rurais e dos jovens do campo, tonando-se uma estratégia para o desenvolvimento e expansão do setor agropecuário (THOMAZ JÚNIOR, 2014). No entanto, essa questão também apresenta alguns pontos de análise que merecem atenção, visto que nem sempre esses investimentos são para promover a emancipação e transformação social dos sujeitos do campo.

Muitas vezes, os programas de capacitação e treinamento oferecidos pelo agronegócio são voltados para jovens que já possuem certo nível de escolaridade ou acesso a recursos financeiros, suplantando aqueles que enfrentam dificuldades socioeconômicas e educacionais. Isso pode agravar desigualdades e limitar o acesso de jovens mais obtiveram oportunidades de formação profissional, perpetuando a exclusão social no campo (VIERO; MEDEIROS, 2018).

Além disso, é importante questionar a abordagem desses programas de educação do agronegócio em relação à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente. Nem sempre esses programas enfatizam a importância da agricultura e pecuária ambiental, da proteção dos

recursos naturais e do uso responsável de insumos agrícolas. A formação dos jovens do campo deve incluir uma compreensão holística e crítica dos impactos ambientais do agronegócio e promover práticas que garantam a preservação do meio ambiente para as futuras gerações (JESUS, 2006).

Outra questão crítica é a abordagem muitas vezes voltada apenas para o desenvolvimento técnico e tecnológico, deixando de lado a formação humanística e social dos jovens do campo. A educação no campo deve ir além das habilidades técnicas e incluir também a formação cidadã, o estímulo ao pensamento crítico, a promoção da igualdade de gênero e o respeito à diversidade cultural e social. É fundamental que os programas de educação do agronegócio abordem questões sociais, políticas e culturais, preparando os jovens para serem cidadãos engajados e conscientes de seu papel na sociedade. De acordo com Jesus (2006), as transformações tecnológicas do campo não podem estar a serviço apenas da aceleração da produtividade do capital agrícola, mas também às comunidades. A autora destaca que:

Por sua vez, os(as) camponeses(as) têm feito uma leitura crítica da utilização das técnicas e tecnologias, principalmente, uma preocupação com a criação ou socialização das novas matrizes tecnológicas que contribuam para um desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável no campo. Analisar os seus usos e consequências ambientais, políticas, sociais, tem sido fundamental para a construção desse modelo (JESUS, 2006, p. 54).

Por fim, é importante questionar a longevidade daqueles programas de educação do agronegócio. Muitas vezes, os investimentos podem ser pontuais e temporários, o que pode comprometer a sustentabilidade e continuidade dos programas de formação dos jovens do campo. É fundamental garantir a continuidade dos programas de educação, por meio de parcerias duradouras, políticas públicas consistentes e envolvimento da sociedade civil, para que os jovens possam ter acesso a oportunidades de formação de forma contínua e consistente (JESUS, 2006).

Com a intenção de suprir lacunas de políticas de formação e educação tecnológica no campo, o Governo Federal implementou programas e políticas públicas nessa direção, tais como a apresentação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), além do Caminho da Escola (Transporte Escolar). Porém, percebemos que esses programas não demonstram uma relação das políticas de educação do campo com as políticas educacionais em geral. Ademais, vê-se o direcionamento para o projeto educacional do capital por meio da

flexibilização, fragmentação e precarização da formação humana, tanto em nível do ensino superior, quanto técnico profissionalizante (D'AGOSTINI; VENDRAMINI, 2014).

A figura 5 apresenta imagens que estão disponíveis na página da internet de uma das grandes agroindústrias do Vale do Pamplona, as quais fazem alusão ao histórico e projetos implementados por essa empresa.

Figura 5: Divulgação na internet das ações de uma fazenda do Vale do Pamplona

Histórico, projetos e pesquisa



Histórico

A Fazenda Pamplona foi adquirida em 1980 e foi a primeira Fazenda da Empresa no Cerrado brasileiro. A Fazenda iniciou com o plantio de soja, milho e arroz. Nesse período, eram plantados aproximadamente 500 ha de terra. A sua estrutura era formada por um escritório, um armazém, um alojamento e dois barracões de madeira. Hoje, a Fazenda Pamplona possui um sistema de irrigação próprio



Projetos Sociais

A Fazenda Pamplona realiza ações sociais tanto na Fazenda como na Comunidade de Marajó, bairro carente de Cristalina (GO). Na Escola Souza Lima, 20 voluntários realizam um projeto de incentivo à leitura e escrita, que atende aproximadamente 600 crianças. Também são realizadas ações sociais na Escola Municipal Argeu Paim Hoffaman que fica a 9 km da Fazenda e é onde estudam os filhos dos



Pesquisa

A Fazenda Pamplona é a unidade que possui a estação de Pesquisa mais antiga, começando suas atividades em 1988. A área de pesquisa da Fazenda Pamplona ocupa aproximadamente 178 ha, onde são desenvolvidos estudos com as culturas do algodão, soja, milho e trigo, em áreas de sequeiro e irrigadas. Na linha de fertilidade de solo estão sendo conduzidos ensaios de manejo de solo e rotação, assim como ensaios com

Fonte: Site slcagricola.com.br.

Por conseguinte, resta aos trabalhadores rurais buscar se organizar e lutar por seus direitos, por políticas públicas que atendam a formação dos trabalhadores rurais e de seus filhos. Seus principais objetivos incluem a defesa dos direitos dos agricultores, educação emancipadora, a promoção da agricultura familiar e sustentável, a luta pela reforma agrária, cuja situação de expropriados já vem de décadas, conforme reverbera Caldart (2004): “A condição (individual) de sem (a) terra, ou seja, a de trabalhador ou trabalhadora do campo do campo que não possui a terra sua terra de trabalho, é tão antiga quanto a existência da apropriação privada deste bem natural (p. 19). São sujeitos que aspiram por políticas públicas que incentivem o desenvolvimento do campo.

Ao estudar as categorias que envolvem as motivações da permanência ou migração dos jovens do campo, outras pesquisas apontam que a formação dos jovens na educação rural é um aspecto considerado importante para a construção das identidades locais e resistência ante a pressão hegemônica do agronegócio brasileiro. Os estudos sobre a juventude do campo corroboram que a educação visa fornecer aos jovens as habilidades e conhecimentos necessários para prosperar dentro de suas próprias realidades (BARCELO; SILVA; SILVA, 2020; GADEA et al, 2017; CASTRO; ABRAMOWAY, 2002; CASTRO, 2009).

Existem várias abordagens e estratégias utilizadas na formação dos jovens na educação rural. Entre elas, uma pesquisa conjunta realizada por pesquisadores de duas universidades que apresenta uma reflexão sobre o contexto do campo e as políticas de educação do campo em Santa Catarina. A pesquisa também destaca a importância da educação do campo como uma abordagem que reconhece a diversidade e busca valorizar as identidades dos povos do campo. No entanto, enfatiza os desafios enfrentados na implementação das políticas educacionais e destaca a influência do contexto cultural e das estruturas políticas e jurídicas na garantia do direito à educação no campo (MUNARIM; LOCKS, 2012).

A pesquisa traz ainda um importante exemplo do Movimento de Renovação Pedagógica da Catalunha – comunidade espanhola autônoma -, no qual os “maestros rurales” têm sido presença efetiva, massiva e organizada, a educação rural se sobressai, comparativamente, em todas as avaliações, seja em forma de índices oficiais, seja em análises acadêmicas, como demonstra o texto em destaque a seguir:

Em outra resposta, esta colhida de uma diretora de uma escola rural, diz-se que à escola rural na Catalunha, de maneira precípua, cabe a tarefa de garantir a (re) construção das identidades locais e da identidade catalã, diante da diversidade de imigrantes advindos de outros países para suprir a lacuna de mão-de-obra, e diante do fenômeno recente dos chamados “neo-rurais”, que preferem as escolas rurais como garantia de qualidade na educação de seus filhos (MUNARIM; LOCKS, 2012, p. 93).

Os autores nos esclarecem que a Educação Rural visa a formação dos jovens nas práticas agrícolas, técnicas de cultivo, manejo de recursos e equipamentos para o manejo integrado de pragas. Além disso, os jovens podem aprender sobre novas tecnologias agrícolas e inovações que podem ajudar a melhorar a produtividade e a rentabilidade do agronegócio (MUNARIM; LOCKS, 2012).

Entretanto, Munarim e Locks (2012) nos apresentam outra proposta de formação da juventude do campo, construída pelo Movimento Nacional de Educação do Campo, que busca fortalecer a resistência e emancipação dos povos do campo, lutando pelo direito a uma educação que valorize suas identidades. No entanto, a implementação dessas conquistas formais enfrenta desafios locais. O texto prioriza a análise de dois principais desafios: o contexto cultural do campo e a operacionalização de políticas estatais para garantir o direito à educação dos povos do campo (MUNARIM; LOCKS, 2012).

No contexto cultural, são identificados diferentes valores e princípios que influenciam escolhas, projetos de vida e concepções de espaço campo/cidade, afetando, por exemplo, a

sucessão nas gerações das famílias rurais. Quanto à operacionalização das políticas, além das limitações técnicas na gestão pública, a estrutura política e jurídica do Estado brasileiro dificulta a realização do direito social à educação (MUNARIM; LOCKS, 2012).

Para a Educação do Campo, a formação dos jovens deve estar enraizada na realidade e nas necessidades da comunidade local, estabelecendo uma conexão forte entre a escola e a comunidade, promovendo a participação dos jovens em atividades práticas, projetos comunitários e intercâmbios de conhecimento com agricultores experientes. Isso permite que os jovens entendam as necessidades da comunidade e contribuam para o desenvolvimento sustentável da região, tal como destaca Ribeiro (2012):

Aqueles que propunham uma pedagogia diferenciada para as populações rurais, identificados com o “ruralismo pedagógico”, defendiam a existência de uma escola que preparasse os filhos dos agricultores para se manterem na terra e que, por isso mesmo, estivesse associada ao trabalho agrícola e adaptada às demandas das populações rurais. Porém, essa concepção, como outras carregadas de “boas intenções”, permaneceu apenas no discurso (p. 295).

A Educação Básica do Campo tem sido alvo de inúmeros debates e reflexões teóricas no Brasil e no mundo. Essas discussões estão relacionadas à visão mecanicista e reducionista presente no mundo moderno que tem dado origem a diversas formas de crise, seja nas questões éticas, sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais (CALDART, 2012).

Os principais objetivos do movimento de Educação do Campo incluem a defesa dos direitos dos agricultores, a promoção da agricultura familiar e sustentável, a luta pela reforma agrária e a busca por políticas públicas que incentivem o desenvolvimento do meio rural. O movimento Por Uma Educação do Campo também tem sido um importante ator político em debates sobre questões ambientais, como o uso de agrotóxicos e a conservação dos recursos naturais (CALDART, 2012).

Portanto, a Educação do Campo propõe que o acesso à tecnologia e recursos educacionais possam desempenhar um papel com a finalidade de garantir o acesso dos jovens a recursos educacionais digitais, como acesso à internet, computadores e dispositivos móveis, pode ajudar a melhorar sua aprendizagem e ampliar suas oportunidades de conhecimento. Além disso, programas de capacitação em tecnologia podem preparar os jovens para utilizar as ferramentas digitais de maneira eficaz em suas atividades agrícolas, em seus empreendimentos rurais e numa perspectiva de emancipação da classe trabalhadora da opressão do capital agrário (FRIGOTO, 2021).

A seguir, finalizaremos este capítulo de abordagens teóricas falando sobre em que contexto se dá o fenômeno da migração com os tipos de trabalho que se tem no Vale do Pamplona,

quais projetos estão em disputa nas dinâmicas do agronegócio na região e quais impactos a migração dos trabalhadores rurais produz para a educação dos jovens.

4.4. Migração no trabalho rural e educação

É surpreendente constatar que grande parte da literatura que aborda a questão da migração dos trabalhadores rurais não menciona ou explora adequadamente os efeitos desse processo na educação. A falta de ênfase nessa temática cria uma lacuna significativa no conhecimento disponível, pois a educação desempenha um papel crucial na vida dos camponeses, especialmente das crianças e jovens que migram junto com suas famílias. Sendo assim, nos propomos a discutir o assunto a partir do levantamento bibliográfico realizado e das informações coletadas em sites de órgãos públicos, movimentos sociais e das agroindústrias instaladas na região do Vale do Pamplona.

Tal como estamos discutindo nesta pesquisa, a migração dos trabalhadores rurais não se restringiu apenas no espaço rural-rural. Os trabalhadores rurais também passaram pela mobilidade rural-urbana. A urbanização crescente no século XX resultou em uma migração em massa de trabalhadores rurais para as cidades em muitos países. A modernização da agricultura e a mecanização reduziram a demanda por trabalho agrícola, levando muitos trabalhadores rurais a buscar emprego em setores urbanos, como a indústria e os serviços. Isso resultou em uma transformação significativa nas comunidades rurais e na dinâmica do trabalho agrícola e dos trabalhadores e teve impacto direto na permanência ou não dos filhos dos trabalhadores rurais no campo (CALDART, 2004, p. 19).

Ao longo da história, a migração de trabalhadores rurais no Brasil tem sido influenciada por diversos fatores, como mudanças aceleradas, mudanças no setor agrícola, condições climáticas, políticas governamentais, movimentos sociais lutando pelo direito à terra e outros aspectos sociais e demográficos. Várias regiões do Brasil foram experimentando fluxos de migração de trabalhadores rurais, com destaque para o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste do país (MARTINS, 1981; NERI, 2019).

No Nordeste do Brasil, por exemplo, a migração de trabalhadores rurais é muitas vezes motivada pela seca e pelas condições climáticas adversas, que sofreram a agricultura e a pecuária na região. A falta de empregos e oportunidades de renda também é um fator determinante para a migração, com muitos trabalhadores rurais buscando emprego em áreas urbanas mais capacitadas do país, como o Sudeste (GUANAIS, 2023).

No Norte do Brasil, a migração de trabalhadores rurais é influenciada principalmente pela expansão da fronteira agrícola na região, com a abertura de novas áreas para a agricultura,

pecuária e exploração madeireira. Essa expansão atraiu trabalhadores rurais em busca de emprego nas atividades agropecuárias e extrativistas da região (MARTINS, 1981).

No Centro-Oeste do Brasil, a migração de trabalhadores rurais também é impulsionada pelo agronegócio, com a região sendo uma das principais áreas produtoras de grãos e carne do país. A demanda por mão-de-obra no setor agropecuário tem atraído trabalhadores rurais de outras regiões do Brasil em busca de oportunidades de emprego na agricultura e na pecuária.

Na contemporaneidade, o pressuposto de que o êxodo rural é uma preocupação presente em muitos países, com a migração de jovens para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades de emprego e condições de vida, leva a crer que essa dinâmica tem relação direta com a educação. No entanto, alguns estudos e pesquisas questionam se essa migração é inevitável, se todos os jovens estão deixando o campo e investigam suas percepções, motivações e aspirações em relação à migração e à permanência no campo. Eles exploram, também, como os jovens rurais constroem sua identidade política e se envolvem em processos de mobilização e participação política e busca pelo bem-estar social, mesmo diante do cenário de evolução da desigualdade e diferença de renda entre o rural e o urbano (NERI, 2019).

As abordagens relativas aos processos migratórios e a formação dos jovens do campo são discutidas na obra “Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de ator político”, Castro e outros (2009). Nela, os autores procuram traçar um perfil da juventude do campo, analisar e entender as motivações que levam muitos jovens a abandonarem a vida campesina para se aventurar em busca de trabalho e formação nos centros urbanos, no sentido de procurar rever a condição de vulnerabilidade e como essa migração influencia a construção da identidade política dos jovens rurais. Segundo a autora, trata-se de jovens com força de vontade para reverter a sua realidade rural, além de ser um importante ator político em debates sobre questões ambientais, como o uso de agrotóxicos e a conservação dos recursos naturais (CASTRO; et al, 2009).

A migração de trabalhadores rurais de várias regiões do Brasil para o Vale do Pamplona é um processo que compõe o fluxo migratório das populações do campo para outras regiões em busca de trabalho, educação e melhores condições de vida, como a juventude do campo, por exemplo, que são constantemente vistos como desinteressados pelo rural (CASTRO, 2012). Esse movimento nos remete a pensar na mobilidade da humanidade ao longo dos anos.

Contextualmente, o fenômeno da migração está relacionado com os tipos de trabalho que se tem no Vale do Pamplona com a presença de grandes agroindústrias de commodities e outros produtos agrícolas, como o alho e o tomate (BRASIL, 2021). Os trabalhadores migram para áreas rurais durante esses períodos para trabalhar nas plantações e colheitas. Após a

conclusão da temporada, eles podem retornar às suas regiões de origem ou migrar para outras áreas rurais em busca de trabalho. Os municípios de Cristalina e Luziânia se destacam como polos hegemônicos do agronegócio, como aponta a CODEVASF (BRASIL, 2021):

Cristalina se destaca também na produção de tomate, feijão, batata, cebola, algodão, trigo, alho e café. A irrigação contribui também com a produção de alho, batata, cebola, cenoura, beterraba dentre outros. Além disso, há a indústria do setor de alimentos (atômados, milho doce e ervilha) que impulsionam a economia do município.

No Censo Agropecuário IBGE, 2017 há indicação de que as maiores produções de tomate industrial do Estado estão nos municípios de Cristalina, Silvânia, Palmeiras de Goiás, Morrinhos, Luziânia, Vianópolis, Orizona, Hidrolândia, Piracanjuba e Caldas Novas.

Os Municípios Produtores de mudas de Tomate em Goiás são: Hidrolândia, Cristalina, Morrinhos, Anápolis, Abadiânia de Goiás e Goianópolis. Os municípios produtores de sementes em Goiás são: Abadia de Goiás, Anápolis, Campo Alegre de Goiás, Goiânia, Jataí e Orizona.

As principais indústrias Processadoras de Tomate Industrial localizam-se em Goiânia (Cargil), Nerópolis (Heinz), Luziânia (Goiás Verde), Cristalina (Fugini), Cristalina (Sorgatto Alimentos), Orizons (Oderich), Morrinhos (Ole) e Morrinhos (10Alimentos), todas em operação (p. 46).

Outra forma de migração no campo é a migração permanente ou de longo prazo. Isso ocorre quando os trabalhadores rurais buscam oportunidades de emprego mais estáveis ou melhores condições de vida em outras áreas. Essa migração pode ser motivada por fatores como a falta de emprego no campo, a pobreza, a degradação ambiental, a falta de acesso a serviços básicos ou a busca por melhores oportunidades educacionais (BALSADI; DEL GROSSI, 2016; CASTRO, 2019).

Sendo assim, emerge como indispensável a análise das manifestações de disparidades sociais que permeiam o sistema agrário, a fim de depreender os mecanismos pelos quais a força laboral camponesa é despojada, ensejando, por conseguinte, a origem do antagonismo de classes, visto que existem projetos em disputa no campo (LIMA; SANTOS, 2022). Realidade essa que está presente também no estado de Goiás. De acordo com Calaça e Misnerovicz (2020), existem disputas, interesses e contradições que colocam, de um lado, trabalhadores rurais migrando por trabalho e sobrevivência e o capital agrário hegemônico na região representado pelo agronegócio e sua expansão nas últimas décadas. Segundo os autores:

A dinâmica territorial de Goiás expressa os processos de uso e ocupação do território goiano. As contradições da lógica de “modernização” são marcadas pela disputa da renda da terra e pelo controle do território. As disputas territoriais resultam da luta de classe e da opção do Estado pelo projeto da classe dominante. As ideias apresentadas estão fundamentadas em bases materiais quantificadas, dos novos elementos da questão agrária contemporânea no período analisado (2000 a 2018) (CALAÇA;

MISNEROVICZ, 2020, p. 167).

O estado de Goiás desperta atenção das grandes incorporadoras e atrai as agroindústrias para as regiões dos municípios de Cristalina e Luziânia. Segundo uma publicação da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás (SEAPA-GO), Goiás é um estado rico em recursos e possui vastas terras agricultáveis que, aliadas à tecnologia, têm capacidade de produzir uma ampla variedade de alimentos - desde grãos e sementes até frutas e florestas. O documento continua mostrando a capacidade de terras disponíveis para o agronegócio com áreas de pastagem, gado e diversos rebanhos. E finaliza focando na atração e cooptação de pessoas para a continuidade do avanço capital agrícola na região ao afirmar que conta também com pessoas talentosas e dedicadas, que se dedicam à criação, plantio, cultivo e colheita de alimentos para atender às necessidades de nosso povo, do país e até mesmo do mundo (BRASIL, 2021).

Apesar dos estudos até agora levantados mostrarem que processo migratório no Brasil é um fenômeno histórico multifacetado e diversificado, ele ainda continua em evidência na realidade rural brasileira. A migração de trabalhadores rurais é um aspecto importante do processo migratório no Brasil. A busca pelas melhores oportunidades de trabalho e condições de vida levou muitas pessoas que vivem em áreas rurais do país a migrarem para outras regiões em busca de emprego, renda e qualidade de vida. É o que percebemos com a ideia repassada pelo Estado e pelo capital agrícola de que Goiás é um estado de economia forte, agronegócio pujante gerador de riquezas, tem atraído pessoas em busca de emprego na região (GOIÁS, 2023).

O processo migratório no trabalho rural pode produzir impacto na educação de jovens do campo. A mudança do ambiente rural para o urbano pode acarretar em uma série de desafios e oportunidades educacionais para os jovens migrantes. Em termos de desafios, a migração pode resultar na interrupção da educação formal, especialmente quando os jovens são obrigados a abandonar a escola de suas comunidades de origem antes de concluírem seus estudos. A falta de acesso a escolas adequadas, a mudança de currículos e metodologias de ensino, e a barreira do idioma, quando migram para regiões com diferentes dialetos ou línguas, também podem representar dificuldades para a continuidade da educação formal (CASTRO, 2009).

Além disso, os jovens migrantes podem enfrentar problemas de adaptação social e cultural nas áreas urbanas, o que pode afetar sua participação e desempenho escolar. A falta de familiaridade com a nova realidade urbana, a convivência com diferentes culturas e valores, e o estigma associado aos migrantes rurais podem impactar a motivação, a motivação e o

engajamento dos jovens no ambiente educacional. Boa parte dos jovens do campo migram de uma região para outra em busca de oportunidades de trabalho e educação e terão que associar as duas atividades no seu cotidiano, como exigência de um mercado de trabalho explorador e excludente (CATINI, 2015).

No entanto, a migração também pode trazer oportunidades educacionais para os jovens do campo. A mudança para áreas urbanas pode fornecer acesso a uma variedade de escolas e instituições de ensino com infraestrutura e recursos educacionais mais qualificados. Os jovens migrantes também podem ter a oportunidade de expandir seus horizontes culturais e desenvolver novas habilidades e competências em ambientes urbanos mais diversificados. Além disso, a migração também pode estimular a busca por educação não formal, como cursos de capacitação profissional, treinamentos e programas de qualificação, que podem preparar os jovens para o mercado de trabalho e possibilitar melhores oportunidades de emprego (ÂNGELO; MEDEIROS; FONSECA, 2019, NERI, 2019).

É importante destacar que o impacto da migração na educação dos jovens do campo é complexo e multifacetado, variando de acordo com o contexto específico de cada migração e as políticas e programas disponíveis. É fundamental que as políticas públicas sejam integradas para garantir o acesso à educação de qualidade, a promoção da inclusão social e cultural, e o apoio integral ao processo educativo dos jovens migrantes do campo, visando sua formação integral e a construção de um futuro promissor, pois essa da vida é determinante para a transição à vida adulta emancipada e consciente de seu papel na sociedade ((ÂNGELO; MEDEIROS; FONSECA, 2019, NERI, 2019).

No capítulo V, traremos os dados e informações levantadas junto à comunidade de uma escola de Ensino Médio localizada no Vale do Pamplona, a qual atende os filhos dos trabalhadores rurais na região. Faremos a análise de 15 entrevistas realizadas com os estudantes do Ensino Médio, na qual coletamos os depoimentos orais sobre as suas realidades locais e sobre a realidade educacional, focando no processo de ensino e aprendizagem e no seu desempenho escolar diante das vivências nos processos migratórios de outros municípios goianos e de outras regiões brasileiras.

5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS ESTUDANTES NO VALE DO PAMPLONA

Diante dos dados levantados durante a fase exploratória da pesquisa e com os depoimentos orais levantados nas entrevistas, foi possível fazer uma análise dos principais pontos levantados. Foram 15 estudantes selecionados aleatoriamente para as entrevistas, com idade entre 15 e 19 anos, de turmas primeiro, segundo e terceiro anos do Ensino Médio,

oriundos de residências localizadas nas fazendas da região conhecida como Vale do Pamplona. No contado com os estudantes, professores e outros servidores da escola, foi possível perceber que se trata de realidade bastante diferente de outras escolas públicas da região. A partir daí, nos concentramos nas transcrições dos dados, tabulação e análises sobre a realidade dos jovens estudantes.

5.1 - A escolha do *locus* de pesquisa e o seu desenvolvimento

A Educação voltada para a formação de jovens no campo desperta a atenção de diversos estudiosos e pesquisadores da temática para investigar e conhecer suas problemáticas. Ao refletir sobre o processo histórico de consolidação dessa modalidade de ensino, percebemos que esses debates passaram a ter maiores evidências a partir do final da década de 1990, por ocasião da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, no município de Luziânia, estado de Goiás (CALDART, 2012).

Durante nossas visitas de trabalho às comunidades e escolas rurais situadas no Vale do Pamplona, observamos que muitos jovens enfrentam o desafio de conciliar o tempo entre a escola e o trabalho em fazendas leiteiras e monoculturais. Esses jovens se destacam como importantes atores sociais, que reafirmam sua identidade como trabalhadores rurais e agricultores familiares (CASTRO, 2009). Além disso, percebemos que uma parte dos jovens eram provenientes de outros municípios de Goiás ou migrantes de cidades de outros estados brasileiros e moravam com suas famílias em casas situadas no interior das fazendas, onde seus pais trabalham em diversas funções do agronegócio.

Naquele momento, narrativas informais de docentes revelavam que o abandono e o desempenho escolar poderiam ser influenciados pela situação de vulnerabilidades vividas em um processo migratório familiar, além daquelas produzidas pelas condições de trabalho ou pelos efeitos do uso de agrotóxicos em áreas de plantações próximas à escola ou às residências. Tais aspectos podem compor o quadro de vulnerabilidades que afetam os jovens do campo (PIGNATI; SOARES; LEÃO, 2021).

Diante dessas observações *in loco*, surgiu o interesse em investigar as questões que envolvem a educação dos jovens do campo e o mundo do trabalho. Assim, formulamos a seguinte pergunta de pesquisa: Como o movimento migratório dos jovens para a região do Vale do Pamplona pode impactar o seu processo educativo na escola? A partir deste que consideramos ser o principal questionamento, outros surgiram, tais como: De que forma a educação pode contribuir para mitigar os desafios vivenciados por jovens estudantes e trabalhadores? Por quais motivos os trabalhadores rurais e os estudantes migram de uma região

para outra? Existe relação entre o processo migratório e o rendimento escolar dos estudantes migrantes? É possível a substituição da abordagem de Educação Rural pela abordagem da Educação do Campo utilizada pela escola na região do Vale do Pamplona?

Essas inquietações foram o ponto de partida e atenção de nossa pesquisa e estudos desenvolvidos no campo, a fim de conhecer a realidade que orbitam em torno da vida de jovens trabalhadores no Vale do Pamplona, importante região de concentração de agroindústrias e fazendas produtoras de monoculturas e commodities.

Posto isso, é importante considerar a migração de trabalhadores como um problema que envolve questões sociais e educacionais, uma vez que a interação entre os indivíduos com o mundo do trabalho e da educação é fundamental para atender às crescentes necessidades humanas e garantir a sua sobrevivência.

Portanto, o interesse pelo tema desponta em uma abordagem holística, dada sua relevância para a contemporaneidade, visto que tais problemáticas suscitam estudos e pesquisas que abrangem a interseção entre a educação no campo e as políticas públicas, com reflexões sobre seu potencial impacto na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais e dos estudantes no campo (MOLINA, 2006).

5.2. Investimentos do agronegócio na escola pública

A avanço do agronegócio no Brasil, especialmente no estado de Goiás, passa pelo aumento da área dedicada aos cultivos comerciais e está intimamente ligado à estratégia de expansão dos investimentos de capital no setor agroindustrial. Esse avanço é impulsionado por meio de financiamentos fornecidos por bancos públicos, os quais oferecem juros subsidiados e prazos de pagamento estendidos (CALAÇA; MISNEROVICZ, 2020).

Para continuar expandindo, o agronegócio pensa na manutenção de sua hegemonia e busca fazer investimentos na formação da mão-de-obra qualificada. Por isso, os investimentos na educação dos jovens do campo têm sido uma estratégia utilizada pelo capital agrícola para o desenvolvimento do setor agropecuário e expansão de seus territórios de domínio, cooptando, treinando e “educando” a mão-de-obra necessária para os projetos. É o processo que Martins e Neves (2012) chamam de “pedagogia da hegemonia”, cuja ideia se refere às estratégias utilizadas pela classe dominante, ou burguesia, para obter o consentimento da população em relação ao seu projeto político dentro das diferentes formações sociais existentes ao longo do desenvolvimento do capitalismo.

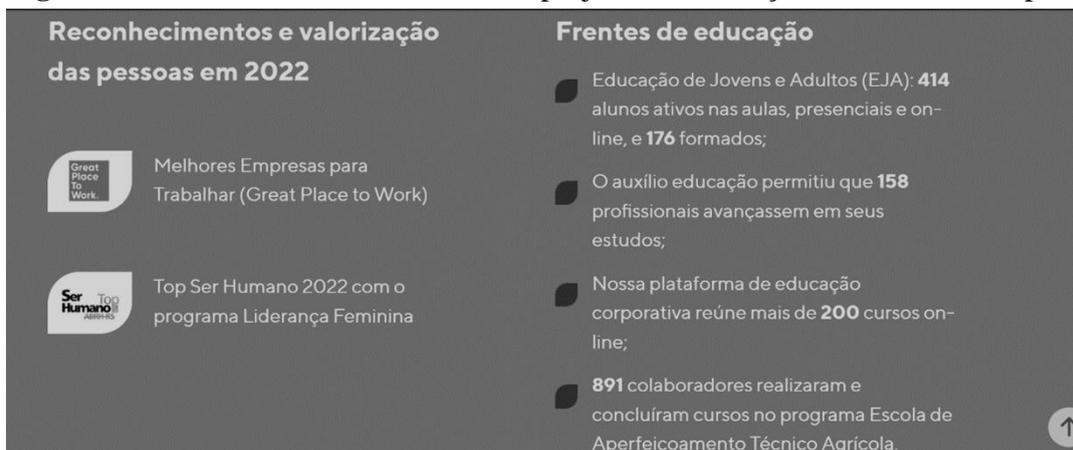
Essas estratégias de dominação podem ser variadas, incluindo a disseminação de ideias e valores que favorecem o sistema capitalista, a manipulação da informação e dos discursos, a

criação de consensos sociais e a legitimação das desigualdades e injustiças presentes na sociedade. Dessa forma, a pedagogia do capital busca moldar a consciência e o comportamento das pessoas, de modo a perpetuar as relações de poder existentes e a manter a dominação da classe burguesa. Esse conceito está relacionado às teorias críticas do marxismo e de outros pensadores que analisam as estruturas de poder e as relações sociais dentro do sistema capitalista. Ele destaca a importância da educação e da socialização como instrumentos utilizados pela classe dominante para garantir sua hegemonia e sustentar a ordem social vigente (MARTINS; NEVES, 2012).

O agronegócio no Vale do Pamplona investe na educação por meio de projetos que chama de “frentes de educação”, conforme informação disponível no site de uma das fazendas que compõe o conglomerado de fazendas da região. São feitos investimentos na educação de jovens e adultos, auxílio educação para funcionários das fazendas e agroindústria, manutenção de uma plataforma de educação profissional e um programa chamado Escola de Aperfeiçoamento Técnico Agrícola (SLC, 2023).

A seguir, a figura 6 mostra os projetos educacionais implementados como parte dos investimentos na educação dos trabalhadores e jovens migrantes para a região do Vale do Pamplona.

Figura 6: Números de investimentos em projetos de educação no Vale do Pamplona



Fonte: Site da fazenda SLC. Disponível em: <https://www.slcagricola.com.br/relatorio-integrado/>

Para se manter hegemônico, o agronegócio investe na educação rural visando a sustentabilidade e imagem institucional. Esse sistema comercial, em muitos casos, busca aprimorar sua imagem institucional e se posicionar como um setor comprometido com a sustentabilidade e responsabilidade social. Investir na educação dos jovens do campo, portanto,

pode ser uma forma de demonstrar sua preocupação com a formação de sua futura mão-de-obra qualificada dentro de suas diretrizes (MARTINS; NEVES, 2012).

Os interesses do agronegócio em investir na educação dos jovens do campo podem ser diversos, incluindo a mão de obra qualificada: O agronegócio necessita de mão de obra qualificada e capacitada para lidar com as máquinas e equipamentos modernos do setor agropecuário. Por isso, investir na educação dos jovens do campo pode ser uma estratégia para formar profissionais capacitados que possam atender às demandas do setor, desde o manejo das atividades agropecuárias até o uso de tecnologias e práticas de consumo (SILVA, 2001).

É importante questionar a longevidade dos programas de educação do agronegócio. Muitas vezes, os investimentos podem ser pontuais e temporários, o que pode comprometer a sustentabilidade e continuidade dos programas de formação dos jovens do campo. É fundamental garantir a continuidade dos programas de educação, por meio de parcerias duradouras, políticas públicas consistentes e envolvimento da sociedade civil, para que os jovens possam ter acesso a oportunidades de formação de forma contínua e consistente (SILVA, 2001).

D'Agostini e Vendramini (2014), discutem a educação dos trabalhadores rurais a partir da ótica de três setores da sociedade: o Estado, as organizações sociais e o setor empresarial. Segundo os autores, empresas privadas, instituições e movimentos sociais têm se unido nos últimos anos para promover a educação do campo, a educação ambiental e a educação para o desenvolvimento sustentável. Essas iniciativas, lideradas por institutos e fundações de empresas nacionais e multinacionais do setor agrícola, buscam impulsionar a responsabilidade social em questões sociais e ambientais.

Entre grandes incorporadoras que atuam no meio rural, os autores identificaram empresas que produzem desde o tabaco para a industrialização dos cigarros até uma multinacional dos Estados Unidos, atuante na indústria agroquímica e biotecnologia, líder global na produção do herbicida glifosato (Roundup). Estas e outras tantas que desenvolvem seus capitais agrícolas no campo, são empresas que também implementam iniciativas sociais, ambientais e educativas nos países em que operam (D'AGOSTINI; VENDRAMINI (2014).

Olhando para a realidade local no Vale do Pamplona, o agronegócio também faz investimentos na educação. Logo mais adiante, as figuras 4 e 5 trarão evidências dessa realidade. Durante o período da pandemia da COVID-19, uma associação de produtores rurais da região investiu na reforma do prédio que pertence à gestão municipal de Cristalina, mas que cede três salas de aula para a Secretaria de Educação do Estado de Goiás, que oferta o ensino médio para os jovens moradores das fazendas da região. O investimento foi no valor de R\$

252.644,80. A ação envolveu 20 fazendas produtora de monoculturas e contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Cristalina cedendo a mão-de-obra necessária para executar os serviços da obra.

Na figura 7, a seguir, observamos a imagem de uma escola pública municipal reformada com recursos das fazendas que se consideram investidoras na educação.

Figura 7: Escola pública reformada com recursos de fazendeiros



Fonte: Arquivo pessoal

A imagem da escola reformada com os recursos e parcerias com o agronegócio, demonstra que essa ação pode fazer parte de uma estratégia de relações públicas, buscando melhorar sua imagem perante a comunidade e fortalecer a percepção positiva do setor agrícola, demonstrando o envolvimento ativo dessas fazendas na melhoria da educação local. Isso pode fortalecer as relações com a comunidade e estabelecer laços positivos entre as partes envolvidas.

De acordo com D'Agostini e Vendramini (2014), algumas empresas que operam no setor agrícola buscam essas iniciativas de investimento social em resposta às condenações relacionadas à sua produção, comercialização, ações e políticas em vários países. Os autores ressaltam que essas empresas tem enfrentado críticas e processos legais relacionados a questões de saúde, meio ambiente, agricultura, soberania alimentar e condições de trabalho de seus trabalhadores.

No caso do Vale do Pamplona, percebe-se que os investimentos sociais sugerem uma estratégia para lidar com as críticas pelo alto poder de devastação ambiental em função do

trabalhadores estão sendo contratados e demitidos, como estão se alimentando com os produtos que eles mesmos ajudaram a produzir ou por quais motivos é importante a investir na escola pública (MARTINS; NEVES, 2012).

Ao compreender a existência da pedagogia da hegemonia, é possível questionar e problematizar as relações de poder e as ideologias presentes na educação e na formação das pessoas. Isso nos convida a refletir sobre a necessidade de uma educação crítica, emancipatória e voltada para a transformação social, capaz de contestar as estruturas de dominação e construir uma sociedade mais justa e igualitária (MUNARIM; LOCKS, 2012).

Esse tipo de educação, que pretende tornar os sujeitos do campo meros depósitos de instruções técnicas para servir o capitalismo agrícola, nos faz pensar em outra forma de construir o saber, a educação libertadora. Freire (1987) vai contramão de uma educação que chama de bancária, na qual “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (p. 37). O autor propõe que seja crítico e transformador da realidade em sua volta.

Freire (1996) também tratou da formação dos educadores e práticas pedagógicas que contribuam para a emancipação dos sujeitos. O autor defendeu uma educação libertadora que valoriza a participação ativa dos alunos, a partir do diálogo e da problematização das realidades sociais, visando à superação das opressões. Sua metodologia, baseada na leitura crítica do mundo e na conscientização, tem sido amplamente adotada e discutida em diferentes contextos educacionais.

Em suma, é imprescindível compreender e questionar essa dinâmica hegemônica na educação e na formação dos trabalhadores e dos jovens. Os investimentos do agronegócio na escola pública apontam para a existência da pedagogia do capital, como uma estratégia de dominação da classe trabalhadora, no sentido de qualifica-la para as demandas do capital agrícola e hegemônico, dominante no sistema capitalista.

5.3. Trabalhadores e estudantes migrantes: Questões de trabalho, currículo e gênero

Como vimos anteriormente, o Vale do Pamplona se destaca pela sua produtividade de monoculturas e cooptação de mão-de-obra cativa vinda do interior do estado de Goiás e de outras regiões brasileiras. Esses trabalhadores e estudantes migrantes são atraídos pelas oportunidades de emprego sazonal e pela possibilidade de ganhar um salário para sustentar a si mesmas e suas famílias (DISTRITO FEDERAL, 2021).

Uma das principais razões pelas quais os trabalhadores e estudantes migram em busca de trabalho no campo é a demanda sazonal por mão de obra agrícola. Nas épocas de plantio,

cultivo ou colheita, as agroindústrias precisam de um grande número de trabalhadores para realizar tarefas específicas, como plantar sementes, colher frutas ou cuidar do gado. Essas atividades requerem uma força de trabalho temporária, capaz de lidar com a carga de trabalho intensa durante um curto período de tempo (SANTOS; PALUDO, 2020).

No entanto, apesar dos desafios, muitos trabalhadores e estudantes migrantes veem a oportunidade de trabalhar no campo como uma maneira de ganhar dinheiro e adquirir experiência prática. Ao falar sobre as motivações da migração de seu pai para outra região agrícola, um dos estudantes entrevistado afirmou: “Quando ele era novo, moleque [meu pai], tinha uma vida muito sofrida. Como não tinha condição, então trabalhou desde quando era criança. Só nesse período, que ele trabalhava em padaria, o resto foi tudo em fazenda” (Estudante 1, grifos nossos).

Muitos deles têm aspirações de melhorar sua situação econômica e, possivelmente, estabelecer-se em áreas urbanas ou retornar às suas comunidades de origem com recursos suficientes para investir em seu futuro (SANTOS; PALUDO, 2020). Além disso, trabalhadores e estudantes migrantes também podem buscar oportunidades de trabalho no campo como forma de complementar sua educação.

Nesse sentido, a geração de emprego deve se pautar pela qualidade do posto de trabalho, coberto pela seguridade e respeitando normas técnicas de segurança, preservando a vida e a saúde do trabalhador, tendo como ponto de partida as especificidades e o perfil dos trabalhadores rurais brasileiros. As políticas públicas devem estar voltadas para os interesses dos trabalhadores, como instrumento essencial para a construção de uma sociedade igualitária, solidária e justa (DIEESE, 2014, p. 30).

Para lidar com os desafios enfrentados pelos trabalhadores e estudantes migrantes no campo, é necessário um maior apoio e proteção por parte dos governos e das autoridades responsáveis. Medidas como regulamentações trabalhistas adequadas, salários justos, condições de trabalho seguras e programas de assistência social podem ajudar a melhorar a situação desses migrantes. Além disso, é importante promover a conscientização sobre os direitos dos trabalhadores e combater a discriminação e o preconceito que possam enfrentar.

Nesta pesquisa, os relatos orais dos jovens estudantes entrevistados, foi possível constatar que os estudantes estão frequentemente envolvidos em processos migratórios com suas famílias é um dado significativo e que merece atenção. Essa realidade destaca os desafios enfrentados por esses estudantes, que muitas vezes têm que lidar com a instabilidade e as mudanças frequentes em diversos âmbitos da vida social e escolar. Um dos estudantes destacou o seguinte: “Mudei pra cá por motivo de trabalho dos meus pais. Meus pais trabalham na

fazenda. Meu pai é caseiro e minha mãe é empregada doméstica” (Estudante 1).

O relato deste estudante mostra que os pais não trabalham apenas na agricultura nas fazendas, mas também desenvolvem atividades de trabalhadores domésticos, cuidando da casa, de sua manutenção e de outras tarefas que envolvem o cuidado com o bem-estar dos patrões. Além disso, evidencia-se que a mulher trabalhadora do campo desempenha um papel essencial na sustentabilidade de sua família, contribuindo de maneira significativa, por meio de seu trabalho, para suprir as necessidades da família. Outro estudante corrobora dizendo: “Minha mãe é cozinheira, trabalha na cantina [da fazenda]. Meu pai trabalha à noite de vigilante” [na fazenda] (Estudante 4, grifos nossos).

A economia rural capitalista, por sua natureza estrutural, perpetua as desigualdades de gênero para garantir suas próprias condições de reprodução social. Isso significa que o sistema econômico capitalista, em suas dinâmicas e estruturas, contribui para manter as assimetrias de poder e privilégios entre homens e mulheres, beneficiando-se dessa desigualdade para perpetuar sua própria existência e funcionamento (SPECHT; NARCISO JUNIOR, 2021).

Dessa forma, a valorização do trabalho das mulheres rurais e o reconhecimento de seus direitos são fundamentais para promover a justiça social e a sustentabilidade nas comunidades rurais. É necessário implementar políticas e programas que garantam o acesso igualitário a recursos, capacitação, crédito e serviços de apoio. Além disso, é importante promover a participação ativa das mulheres rurais na tomada de decisões que afetam suas vidas e comunidades. As mulheres rurais em suas organizações e movimentos sociais reivindicam a construção da autonomia como forma de transformar as relações sociais (SPECHT; NARCISO JUNIOR, 2021).

Ao serem perguntados sobre suas origens migratórias para o Vale do Pamplona, os estudantes revelaram que têm origens diversas, provenientes de diferentes estados brasileiros, como Minas Gerais, Alagoas, Maranhão, Bahia e Paraná, além de outros municípios de Goiás. Isso evidencia que o Vale do Pamplona atrai trabalhadores de várias regiões, como das regiões Nordeste e Sudeste, possivelmente devido a oportunidades educacionais, emprego ou outros fatores.

Também indica que a diversidade de origens contribui para a formação de uma comunidade multicultural, onde o ambiente educacional com diferentes perspectivas e experiências não pode ser considerado um único meio de produção de conhecimento, ou seja, o currículo educacional deve levar em consideração estes diferentes aspectos socioculturais. Além disso, é fundamental reconhecer e valorizar a diversidade cultural e linguística trazida pelos estudantes migrantes. Ao criar ambientes educacionais inclusivos e currículos

humanísticos, nos quais as experiências e conhecimentos desses estudantes são respeitados e incorporados, é possível promover uma educação abrangente, integral e multicultural para todos os alunos (MATOS; ROCHA, 2020).

Além disso, os relatos também indicam que alguns estudantes migram mais de uma vez durante um ano e, dessa forma, alternam de escolas várias vezes, matriculam-se e pedem transferência para outra escola em outro município ou outra região. Nesse contexto, um dos estudantes entrevistados depõe: “Passei boa parte da minha vida aqui. Fiquei uns 4 anos ou 5. Depois mudei, para vários lugares, umas três vezes. Depois mudei pra fazenda de onde vim. Lá a gente ficou cinco anos” (Estudante 6).

Quando analisamos os indicadores educacionais relacionados aos jovens que vivem em áreas rurais, fica claro que ainda existem desafios significativos para promover uma distribuição mais igualitária de oportunidades e garantir condições equitativas de acesso à educação. Até os 17 anos de idade, a proporção de jovens frequentando a escola é semelhante tanto em áreas urbanas quanto rurais (BRASIL, 2016). Devido essa realidade, é essencial que as políticas educacionais e as escolas considerem essa realidade e adotem abordagens sensíveis e inclusivas para atender às necessidades específicas dos estudantes migrantes (D’AGOSTINI; VENDRAMINI, 2014).

Portanto, o currículo da educação para as populações do campo deve levar em consideração as realidades socioculturais dos trabalhadores migrantes e dos estudantes. Isso pode envolver a implementação de programas de apoio acadêmico e emocional, a disponibilização de recursos educacionais adequados, a promoção da integração social e o fortalecimento da colaboração entre escolas e famílias migrantes, além de projetos educacionais (MATOS; ROCHA, 2020).

A pesquisa que revela o envolvimento dos estudantes em processos migratórios com suas famílias destaca a importância de uma abordagem holística e empática para garantir que esses alunos tenham igualdade de oportunidades educacionais. Somente através de uma compreensão profunda das suas realidades e necessidades é possível promover uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Quando perguntamos sobre questões relacionadas ao trabalho no setor agrícola, os estudantes fizeram vários apontamentos. Entre eles, houve aqueles que declararam que trabalham e outros ajudam os pais nas tarefas da fazenda ou de outro trabalho dos pais em casa. Um estudante declarou: “a minha mãe trabalha como doméstica dentro de casa e faz algumas coisas para vender tipo pão de queijo porque tem um fazendeiro lá perto e ele encomenda os pães de queijo da minha mãe eu ajudo a minha mãe a fazer o pão de queijo” (Estudante 02).

Quanto aos seus pais, os estudantes afirmaram que eles podem desempenhar várias funções ao mesmo tempo, pois não lhes são oferecidas opções para escolher qual função poderão desempenhar. Isso resulta em alienação e exclusão de milhões de pessoas de uma vida digna ou da possibilidade de transformação radical dessa realidade. As maneiras pelas quais os trabalhadores tem que desempenhar diversas funções demonstra a forma como os trabalhadores são tratados pelo capital agrário. Também ressalta a importância contínua da luta histórica da classe trabalhadora para enfrentar essas questões estruturais e buscar uma sociedade mais justa e igualitária (FRIGOTTO, 2001).

Apesar de escassas oportunidades relacionadas a trabalho para jovens no campo, é importante destacar que eles também assumem responsabilidades na família e estão cada vez mais cedo entrando para o mercado de trabalho, quer seja formal ou informal. Dentre os jovens estudantes que entrevistamos, apenas afirmou que trabalha como “jovem aprendiz”, meio período, mas diz que, quando não tem aulas na escola, trabalha o dia inteiro pra poder ganhar mais. O estudante explica que passou maior parte da sua vida morando no campo e sempre teve afinidade pelo trabalho em lavoura: “Eu sempre morei em roça. Só três anos da minha vida morei em cidade. Aí me identifiquei com agronomia. Eu fiz curso técnico em agropecuária. Trabalho na fazenda, fichado como jovem aprendiz. Recebo meio salário, porque trabalho meio período” (Estudante 4).

A entrada no mercado de trabalho ocorre em fases diferentes para pessoas que vivem em áreas rurais e urbanas. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004 e 2014, os jovens que vivem no campo começam a trabalhar em idades mais jovens do que os jovens das áreas urbanas (BRASIL, 2016). Além disso, existem características específicas do trabalho no campo, como predominância de trabalho físico, exposição a condições climáticas adversas, baixa remuneração e alta informalidade, que podem contribuir para a exclusão educacional desses trabalhadores.

De acordo com Peregrino (2011), existe uma realidade preocupante em relação à transição para a vida adulta dos jovens. Enquanto alguns têm a oportunidade de explorar e escolher modelos de autonomia adulta em interação com seus pares, outros são forçados a ingressar rapidamente no mundo do trabalho, onde sua autonomia é constantemente submetida. Isso revela uma desigualdade estrutural que nega a esses jovens a possibilidade de uma transição mais ampla e a oportunidade de experimentar diferentes opções.

Além disso, menciona que as escolhas de autonomia adulta hoje oferecem menos garantias do que no passado, o que indica uma diminuição das oportunidades e proteções para os jovens. Essa desigualdade no processo de transição para a vida adulta destaca a necessidade

de abordar questões estruturais e promover condições mais igualitárias para todos os jovens, garantindo-lhes oportunidades e proteções adequadas para construir suas vidas de forma autônoma e digna (PEREGRINO, 2011).

O agronegócio investe cada vez mais na modernização da agricultura. Por isso, tem interesse em absorver mão-de-obra qualificada que possa operar suas máquinas e equipamentos, como os drones que calculam a área de plantio, por exemplo. Por isso, investe em formação de jovens para ter a mão-de-obra esperada disponível para atuar em suas demandas produtivas. Essa dependência muitas vezes criada em relação às empresas do agronegócio. Muitos desses programas de educação são patrocinados por empresas do setor, o que pode gerar uma relação de dependência econômica e influência sobre a formação dos jovens. É importante garantir a independência e imparcialidade dos programas educacionais, evitando que interesses comerciais se sobreponham aos interesses dos jovens e da sociedade como um todo (D'AGOSTINI; VENDRAMINI, 2014).

5.4 – Mediação tecnológica educacional: metodologias aliadas do processo de ensino e aprendizagem ou excludentes?

No tópico anterior vimos que os trabalhadores e os jovens estudantes do campo enfrentam diversos desafios relacionados à educação e ao trabalho diante do processo hegemônico do capital agrário, entre eles, os que estão relacionados à construção de um currículo educacional que levem em consideração as peculiaridades locais e às oportunidades de trabalho humanizado. Entretanto, outro ponto crítico da educação dos jovens no campo é a exclusão digital, que já é consequência de processo histórico de diferenciação em função da classe dominante. “Esta diferenciação só contribui para o aumento da pobreza e exclusão social em consequência da concentração fundiária, da escravidão e da invasão das terras dos índios” (VIERO; MEDEIROS, 2018, p. 15).

Mesmo tendo conhecimento disse entrave amplamente discutido e divulgado, o governo do estado de Goiás, implantou o programa Goiás Tec. Vamos explicar: O programa Goiás Tec é uma iniciativa da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC-GO) que foi lançada em 2020, como parte do Plano de Governo do Estado de Goiás (GOIÁS, 2020a).

De acordo com a SEDUC-GO, o programa surgiu em resposta à crescente demanda por formação tecnológica e capacitação de educadores e estudantes, visando prepará-los para os desafios da sociedade digital e do mercado de trabalho. O programa tem como proposta expandir o atendimento no Ensino Médio por meio de aulas transmitidas em tempo real via satélite, utilizando uma metodologia inovadora. A ideia é que as aulas sejam ministradas em

estúdios com tecnologia avançada, de forma ampla no sistema público de ensino, como parte dos esforços do Governo de Goiás para fortalecer e expandir o Ensino Médio para todos no estado (GOIÁS, 2019).

De acordo com o Decreto nº 9.619, que cria o programa Goiás Tec, o ensino médio poderá ser ofertado por meio dessa tecnologia digital na modalidade, conforme descreve o artigo 1º, parágrafo único dessa norma governamental:

Art. 1º Fica a Secretaria de Estado da Educação autorizada a instituir a modalidade de Ensino Médio regular mediado por tecnologia, denominado Goiás Tec - Ensino Médio ao Alcance de Todos, com o objetivo de implantar o Ensino Médio por mediação tecnológica em distritos, zonas rurais e regiões de difícil acesso ou que possuam carência de professores habilitados por área de conhecimento.

Parágrafo único. A modalidade de Ensino Médio regular mediado por tecnologia poderá ofertar:

I - o Ensino Médio com o uso de ferramentas tecnológicas;

II - aulas ministradas em estúdio, por professores habilitados em várias áreas do conhecimento;

III - interação dos estudantes em sala de aula na sua comunidade; e

IV - acompanhamento e orientação, em cada sala, por um professor mediador, que garanta a comunicação e a integração dos participantes do processo de ensino-aprendizagem.

O Decreto supracitado não dá detalhes de como será o processo de ensino e aprendizagem com o uso da tecnologia de ensino a distância. Apenas diz que o ensino será realizado a partir de aulas produzidas em tempo real em estúdio e que, de outro lado, haverá um(a) mediador(a) – substituto dos professores presenciais – e os estudantes que apreciarão as aulas e farão as atividades (GOIÁS, 2020a).

A partir da Lei estadual nº 20.802, de 08 de julho de 2020, o programa Goiás Tec passa a ser instituído no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, sendo concebido como uma estratégia de educação tecnológica que busca promover a integração das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na educação básica, visando aprimorar a qualidade do ensino e estimular a inovação pedagógica nas escolas goianas (GOIÁS, 2020b).

A SEDUC-GO afirma que o programa é resultado de um processo de planejamento e desenvolvimento que envolveu a identificação de demandas, a análise de tendências educacionais e tecnológicas, a consulta a especialistas e a participação de diferentes setores da sociedade. Foram realizadas parcerias com instituições educacionais, empresas de tecnologia e organizações da sociedade civil para contribuir na concepção e implementação do programa (GOIÁS, 2019).

Acerca do processo formativa para mediadores e estudantes, a SEDUC-GO assegura

também que, desde o seu lançamento, o Goiás Tec tem oferecido uma série de ações, como formações, cursos, workshops e recursos educacionais, voltados para mediadores e estudantes da rede estadual de ensino. O objetivo do programa é contribuir para o desenvolvimento de competências digitais, criatividade, pensamento crítico e protagonismo dos estudantes, preparando-os para o mundo digital e para o mercado de trabalho do século XXI. Para a SEDUC-GO, o estudante do Goiás Tec representa um esforço do governo do Estado de Goiás em promover a educação tecnológica e a inovação pedagógica nas escolas goianas, visando preparar os educadores e alunos para os desafios do mundo contemporâneo, impulsionando a transformação digital na educação básica do estado (GOIÁS, 2019).

As políticas que implementaram o Goiás Tec dão uma nova nomenclatura para os professores que atuarão em sala de aula com a utilização da tecnologia. Eles passam a ser considerados “mediadores”. A metodologia do Goiás Tec é baseada na formação continuada dos mediadores, por meio de cursos de capacitação presenciais e a distância, oficinas, workshops e outros eventos formativos. O programa oferece ainda o acesso a uma plataforma online de recursos educacionais, com conteúdos digitais alinhados às demandas e currículos das escolas goianas. Além disso, o Goiás Tec promove a integração da tecnologia de forma transversal nas diversas disciplinas e níveis de ensino, estimulando a criação de projetos interdisciplinares e práticas pedagógicas inovadoras (GOIÁS, 2020a, 2020b).

Sabe-se que essa abordagem pode trazer benefícios potenciais, como a possibilidade de alcançar áreas remotas e carentes de infraestrutura educacional adequada, proporcionando acesso a conteúdo educacional de qualidade. Além disso, a utilização de metodologias ativas pode permitir a adoção de métodos pedagógicos mais dinâmicos e interativos, potencialmente aumentando o engajamento dos alunos. Ademais, elas, também, “podem criar um ambiente desafiador que desperte maior interesse dos alunos” (CRESTANI; MACHADO, 2023, p. 3).

No entanto, é necessário analisar alguns aspectos críticos dessa proposta. Primeiramente, é importante garantir que a infraestrutura de transmissão via satélite seja confiável e esteja disponível em todas as regiões, para evitar interrupções no acesso às aulas. Além disso, é fundamental assegurar que os professores estejam adequadamente preparados para ministrar aulas por meio desse formato, utilizando a tecnologia de forma efetiva para engajar os alunos e promover uma aprendizagem significativa (CRESTANI; MACHADO, 2023, p. 3).

Além disso, é preciso ter cautela quanto ao uso excessivo da tecnologia no ambiente educacional. Embora a inovação seja importante, é fundamental que o ensino não se restrinja apenas à transmissão de aulas, mas também valorize a participação ativa dos estudantes, a

interação entre pares e a realização de atividades práticas, que são fundamentais para uma aprendizagem efetiva. A educação tecnológica é um conceito que abrange o uso e a integração das tecnologias da informação e comunicação (TIC) no contexto educacional, visando promover a formação de indivíduos capazes de compreender, utilizar e criar tecnologias de formação crítica, ética e responsável. É uma abordagem pedagógica que busca preparar os estudantes para o mundo digital, desenvolvendo suas competências digitais, criatividade, pensamento crítico e capacidade de resolver problemas complexos (CRESTANI; MACHADO, 2023).

Embora o programa apresente potencial para ampliar o acesso e promover a inovação no Ensino Médio, é necessário um acompanhamento cuidadoso para garantir que os desafios técnicos e pedagógicos sejam superados, e que o ensino transmitido por meio dessa metodologia seja de qualidade e proporcione uma experiência educacional enriquecedora para todos os estudantes. Durante nosso levantamento de referências bibliográficas e observações empíricas, debruçamo-nos sobre a tentativa de compreender como se efetiva, de fato, o programa “Goiás Tec no chão da escola”. Assim sendo, destacamos as seguintes inquietações: o que pensam os estudantes do ensino médio no Vale do Pamplona sobre o programa Goiás Tec? Como esse programa foi implantado na escola observada nesta pesquisa? Que avaliação os estudantes fazem sobre o processo de ensino e aprendizagem?

Nas entrevistas realizadas com os estudantes selecionados, pode-se perceber que o programa enfrenta diversos desafios ante a realidade local e a formação dos jovens para ser protagonista das transformações sociais vividas. Entre outras questões, as respostas apontaram para a necessidade de melhorar as estruturas tecnológicas, fortalecimento da formação e disponibilidade de professores presenciais, democratização do acesso ao programa, atualização e sustentabilidade do programa e de seus recursos e interação entre os estudantes, mediadores e professores e suporte aos estudantes e professores.

Infraestrutura tecnológica: Um dos desafios enfrentados pelo programa Goiás Tec é a disponibilidade e qualidade da infraestrutura tecnológica nas escolas goianas. Nem todas as instituições de ensino possuem acesso adequado à internet, equipamentos tecnológicos atualizados e recursos tecnológicos avançados. Isso pode limitar a efetividade e o alcance do programa, dificultando o pleno aproveitamento das capacitações e recursos oferecidos.

No geral, os estudantes não apresentam uma boa avaliação do programa Goiás Tec. Segundo eles, o programa não lhes proporciona a aprendizagem inovadora e produção de conhecimento que lhes garanta a formação omnilateral. Embora tenha algumas vantagens e objetivos a serem alcançados, os estudantes também indicaram que é importante considerar

alguns desafios associados a ele. No quadro 5, logo abaixo, estão alguns pontos que podem ser considerados como aspectos críticos relacionados a metodologia de ensino em geral do programa de ensino médio Goiás Tec presentes nos depoimentos dos estudantes entrevistados:

Quadro 5: Percepção dos estudantes do ensino médio quanto à metodologia do programa Goiás Tec

ASPECTO OBSERVADO	DEPOIMENTO/ESTUDANTE/IDADE
METODOLOGIA	Sobre o Goiás Tec por um lado é bom e por outro lado não tem pontos negativos que precisam dar uma melhorada e outros tá tranquilo para mim (Estudante A, 16 anos).
	Sobre o Goiás Tec é assim uma questão da gente é acostumar com ele se colocar uma criança para ele se acostumando desde pequena ela ia ter um desenvolvimento mais rápido de aprendizagem. Nós tivemos uma surpresa foi muito de repente o Goiás Tec na dependência que nós não conseguimos nos adaptar muito bem (Estudante b, 16 anos)
	Não gosto muito [Goiás Tec]. Eu preferia estudar antigamente com os outros professores (Estudante c, 19 anos).
	O Goiás Tec complica mais ainda. Mas se tiver foco e paciência... (Estudante D, 17 anos)
	Não muito [Gosto do Goiás Tec], porque não tem um professor explicando. Vídeo (Estudante E, 18 Anos).
	Na verdade, não. Se você perguntar pra qualquer pessoa da nossa sala, a gente não fica feliz em estudar pelo Goiás Tec. A gente preferia o modo antigo anos com professores presenciais (Estudante F, 17 anos).
	Não é a melhor opção o [Goiás Tec] (Estudante G, 17 anos).
	Goiás Tec, não [não gosta]. Eu preferia antigamente. Goiás Tec não desenvolve. A escola, antigamente, quando a gente copiava, a gente estava lá sempre ativo. Sempre prestando atenção. Com o Goiás Tec você não consegue prestar atenção. É uma tela... como se você não tivesse fazendo nada. Só assistindo normal. Não agrega em nada na sua vida (Estudante H, 17 anos).
	[O Goiás Tec] tem seus pontos positivos e negativos. Os pontos positivos, por mais que a gente esteja longe, tem professores para todas as matérias, que não costumava ter, pois era longe (Estudante I, 16 anos).
	Voltei em 2021, com aulas presenciais, com aula no quadro mesmo. Comecei a ter Goiás Tec no ano passado. É bom. Às vezes tenho [dificuldades] em algumas atividades (Estudante J, 16 anos).
	Olha, gostar, eu não gosto muito não [do Goiás Tec]. É uma diferença muito grande. Eu prefiro que os professores estejam em sala de aula e tirem nossas dúvidas (Estudante K, 15 anos).
	Eu acho que o Goiás Tec é um método de aprendizagem um pouco diferente. Não é o mesmo que ter um professor na sala, que tire nossas dúvidas (Estudante L, 15 anos).
	Eu não curto muito não assistir às aulas pela TV. Eu preferia como era antes, mas eu tô me adaptando ainda. Tudo é muito novo para mim nesse programa Goiás Tec (Estudante M, anos).
	Eu gosto de estudar no Goiás Tec, porém seria melhor se os professores estivesse pessoalmente (Estudante N, 15 anos).

	[Goiás Tec] Televisão. Eu acho interessante estudar no Goiás Tec. É que se você gosta desse tipo de metodologia, você consegue (Estudante O, 15 anos).
--	--

Fonte: Elaboração própria

Capacitação e formação continuada: Embora o programa ofereça cursos de capacitação e formação continuada aos educadores, pode haver desafios relacionados à adesão e participação efetiva dos professores. Questões como falta de tempo, sobrecarga de trabalho e resistência à adoção de novas práticas pedagógicas podem afetar a implementação bem-sucedida do programa, prejudicando a disseminação das metodologias inovadoras propostas pelo Goiás Tec.

Os estudantes teceram comentários sobre a atuação dos mediadores e disseram que eles tentam implementar o maior esforço possível para ajudar no desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes.

O quadro 6 traz a percepção dos estudantes quanto a mediação entre o ensino proporcionado pelo programa Goiás Tec e os estudantes, ou seja, a tarefa que é realizada pelos/as mediadores/as.

Quadro 6: Percepção dos estudantes quanto a mediação do programa Goiás Tec

ASPECTO OBSERVADO	DEPOIMENTO/ESTUDANTE/IDADE
MEDIAÇÃO	Geralmente, quando eu tenho as dúvidas, que são de matérias que a mediadora tem o domínio, eu tiro com ela. A nossa mediadora é formada em matemática. E aí, o que é daquilo que ela conhece, ela explica de uma forma que a gente consegue aprender (Estudante B, 16 anos).
	A professora até tira, umas de matemática, que ela é experiente nisso. Agora nas outras, tipo agora, que tá passando projeto de vida, não tem como tirar dúvida (Estudante I, 16 anos).
	Dúvidas pergunto para a mediadora. Ela deixa a gente pesquisar também (Estudante J, 16 anos).
	Temos uma mediadora que ajuda bastante a gente (Estudante 11, 15 anos).
	Ela dá aula de Inglês, Física, Matemática. As outras eu não lembro. Ela também tira dúvida de outras disciplinas, tipo, de geografia e história (Estudante N, 15 anos).

Fonte: Elaboração própria

Outro ponto negativo a ser considerado é a garantia de acesso equitativo a todos os estudantes, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica. É fundamental assegurar que todos os alunos tenham igualdade de acesso aos recursos tecnológicos e oportunidades de formação oferecidos pelo programa, a fim de evitar a

ampliação de desigualdades educacionais.

A rápida evolução das tecnologias pode representar um desafio para o programa Goiás Tec em termos de atualização constante dos recursos oferecidos e sustentabilidade a longo prazo. É necessário garantir a continuidade do programa e sua adequação às mudanças tecnológicas e educacionais, bem como viabilizar recursos financeiros e parcerias duradouras para sua manutenção e expansão.

Outro ponto a ser considerado é a interação e o suporte aos estudantes, uma vez que a proposta do programa é para que as aulas sejam transmitidas em tempo real. Entretanto, podem limitar as oportunidades de interação direta entre os alunos e os professores, o que pode impactar negativamente o processo de aprendizagem e a resolução de dúvidas. É essencial que sejam adotadas medidas para garantir que os alunos recebam o apoio pedagógico necessário, seja por meio de sessões de dúvidas online, tutorias ou outras formas de acompanhamento pedagógico.

De acordo com os depoimentos orais coletados dos estudantes participantes da pesquisa, o programa Goiás Tec não oferece um técnico e de apoio pedagógico para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, conforme apresenta o quadro 7 a seguir.

Quadro 7: Percepção dos estudantes quanto ao suporte aos estudantes do Goiás Tec

ASPECTO OBSERVADO	DEPOIMENTO/ESTUDANTE/IDADE
SUPORTE	Quando eu quero tirar uma dúvida eu passo para o professor mediador e o professor mediador envia pergunta para lá e às vezes se consegue resolver (Estudante A, 16 anos)
	Agora com os professores de estúdio eles têm dificuldade já no estúdio eles têm uma fé é uma não facilidade de explicar algumas matérias E aí fica alguns espaços a gente não consegue aprender (Estudante B, 16 anos).
	O complicado é em termo de você tirar dúvidas. Se você tiver um mediador dentro da gente, o nosso é de matemática. Se tiver que tirar dúvidas de linguagens, português, aí já complica (Estudante D, 17 anos)..
	Você não pode procurar o professor. Sem o professor presente é mais difícil de entender as aulas (Estudante E, 17 anos).
	Só que os horários são os horários padrões que eles colocaram. E na nossa escola não funciona. A primeira aula, por exemplo, começa às 7h e pouco. A gente chega na escola às 07h40. A gente acaba perdendo as aulas online. A gente não tem a possibilidade de entrar no chat porque a aula ao vivo já acabou. Muita gente faz pergunta. [Respondem] Só umas duas ou três, no fim da aula, sendo que é para todo o estado de Goiás (Estudante F, 17 anos).
	Só se você mandar no número dele. Até ele responder... (Estudante G, 17 anos).
	Não tem como tirar dúvida (Estudante H, 17 anos).
	[As dúvidas] mandam para os professores, eles passam Instagram ou alguma forma de mandar pergunta para eles. Aí, no caso, com os mediadores (Estudante I, 16 anos).

	Eu tiro minhas dúvidas com a mediadora (Estudante K, 15 anos).
	...Ou com quem dá aula lá no vídeo. A gente envia as perguntas através de um chat (Estudante L, 15 anos).
	Não tenho acesso a ele e as minhas dúvidas eu tiro com a mediadora (Estudante M, 16 anos).
	Quando tem alguma pergunta para fazer, eu pergunto para a mediadora e ela tira a minha dúvida (estudante N, 15 anos).
	Eu mesmo nunca consegui entrar em contato ou fazer uma pergunta para eles que estão dando aula na televisão (Estudante O, 15 anos).

Fonte: Elaboração própria

Os depoimentos orais mostram que os desafios para a efetiva implantação da metodologia de ensino do Programa Goiás Tec ainda precisam ser superados. Os estudantes apontam para a falta de suporte e apoio no processo de ensino e aprendizagem a distância para um curso de ensino médio, sobretudo porque eles não recebem o retorno de suas questões e dúvidas que surgem durante o desenvolvimento das aulas. Há uma imensa barreira que separa os professores que estão dentro de um estúdio e ao vivo ministrando a aula e os estudantes. Os estudantes não conseguem interagir com os professores.

O programa se justifica dizendo que não se trata de um programa de educação a distância, e sim de um programa de educação mediada por tecnologia, com aulas cem por cento presenciais. No caso do Goiás Tec, a ausência dos professores em sala de aula têm sido a maior dificuldade para os estudantes desenvolverem uma aprendizagem significativa.

Outro ponto que chama bastante a atenção nos depoimentos dos estudantes, é o fato do programa não respeitar as especificidades atinentes ao deslocamento das fazendas até a escola. O tempo gasto nas viagens nos transportes escolares não lhes permite a chegada à escola em tempo hábil para assistir a primeira aula. O horário de aulas do programa não está ajustado à realidade local.

Em resumo, embora o programa Goiás Tec tenha como objetivo promover a formação tecnológica estudantes e de seus educadores e em Goiás, também enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, capacitação, acesso equitativo e sustentabilidade. É importante abordar esses pontos negativos de forma estratégica, visando superá-los e maximizar os benefícios do programa para a educação no estado de Goiás.

5.5 – Políticas públicas para a educação dos jovens do campo

As políticas públicas para a educação dos jovens no campo podem passar pela luta contínua e conquista dos movimentos sociais, como no caso da Educação do Campo, por exemplo. Apesar disso, é necessário analisá-las cuidadosamente para identificar possíveis

contradições entre os objetivos do Estado e a perspectiva dos movimentos sociais populares do campo. A política pública de Educação do Campo refere-se a iniciativas e programas voltados para o desenvolvimento da educação em áreas rurais, buscando atender às necessidades específicas das comunidades agrícolas. Essa política é resultado de reivindicações e lutas dos movimentos sociais que representam os interesses dos agricultores e trabalhadores rurais (SANTOS; PALUDO, 2020)

Sendo assim, discutir os aspectos teóricos e conceituais sobre as políticas públicas e sua interação com a educação, especificamente com a educação dos jovens no campo, é condição necessária para o entendimento do papel do estado enquanto agente organizador do espaço rural, ante a demanda das populações do campo, sobretudo para dar atenção àquelas que se encontram em condição de vulnerabilidade social. Ademais, é importante refletir também sobre os aspectos elementares da formação de cidadãos e cidadãs trabalhadores, que, por motivações alheias, migram para outras regiões do país a procura de trabalho como alternativa de construção de uma nova condição social (ENTRENA-DURÁN, 1998).

Sob essa perspectiva, a questão da juventude no contexto rural brasileiro tem sido amplamente afetada por restrições no acesso a bens e serviços, em um espaço marcado por desigualdades sociais. Essas desigualdades são exacerbadas pela expansão das monoculturas ligadas ao agronegócio, pelo fenômeno do êxodo rural e pela concentração fundiária. Assim sendo, “os sujeitos jovens que permanecem no campo são obrigados a silenciar e a venderem sua força de trabalho como mensalistas ou diaristas por míseros salários para os donos dos latifúndios” (BERTONCELLO; SILVA; SILVA, 2020, p. 16).

O processo histórico das políticas educacionais para áreas rurais tem sido marcado por lutas, desafios e transformações ao longo do tempo. Por um lado, o acesso à educação nessas regiões era frequentemente limitado, devido a fatores como a distância geográfica, falta de infraestrutura adequada e recursos limitados. Por outro lado, no entanto, havia puro esquecimento do estado para o campo, enfraquecendo a sustentabilidade e as condições de sobrevivência com o aumento da miséria e da fome ao longo dos anos (SILVÉRIO; ISOBRE, 2020).

Nos anos 30 houve um reconhecimento crescente da importância de fornecer oportunidades educacionais equitativas para todas as comunidades, independentemente de sua localização geográfica, com a finalidade de manter as populações rurais em suas localidades, como demonstrado por Santos e Paludo (2020):

últimas décadas no Brasil. Já em 1930, a formação dos trabalhadores do campo constituía uma das preocupações por parte do Estado. O projeto nacional desenvolvimentista que emergia na época, considerava fundamental uma formação que promovesse a adaptação e fixação dos sujeitos ao campo. A educação rural ou ruralismo pedagógico, como ficou conhecida a formação destinada aos trabalhadores do campo nesse período, era vista como um meio eficaz para isso (p. 5).

Ao longo da história, portanto, esses aspectos têm gerado impactos negativos na vida dos jovens do campo, limitando suas oportunidades educacionais, econômicas e sociais. A falta de acesso a infraestrutura básica, como escolas adequadas e serviços de saúde, aliada à concentração de terras nas mãos de poucos, tem perpetuado um ciclo de exclusão e marginalização. A necessidade de uma abordagem crítica se faz evidente para confrontar esses problemas estruturais e fortalecer o debate acerca da luta por uma transformação que promova a equidade e a justiça social no contexto rural brasileiro (BARCELLOS, 2017).

Ainda de acordo com Barcellos (2017), nas últimas duas décadas, houve um crescente reconhecimento por parte dos formuladores de políticas públicas no Brasil em relação à importância de abordar a diversidade de grupos sociais presentes no meio rural. Essa preocupação tem sido evidente nas políticas implementadas, que buscam atender às necessidades de agricultores familiares, populações quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e outros grupos. Além disso, foram desenvolvidos programas específicos para abordar questões de gênero e promover o desenvolvimento dos jovens rurais.

Desse modo, o processo migratório pode ter impactos profundos na vida acadêmica e social dos estudantes. Eles podem enfrentar interrupções em sua educação, dificuldades de adaptação a novos ambientes escolares, perda de conexões com colegas e professores, além de ter que lidar com a pressão emocional e as incertezas associadas à migração (CASTRO, 2009). Sobre isso, os estudantes comentam:

Morei em Goiás, em Posse, na divisa da Bahia com Goiás. Também já morei no Sul, no Paraná. Fiquei dois anos lá. Ajudava meu pai (Estudante B, 16 anos).

A gente chegou lá em 2008, 14 anos já. Unai, MG. Meu pai é da Bahia. Aí meu pai foi pra Unai. Onde conheceu minha mãe, que veio do Paraná pra Unai. Aí de Minas nós viemos pra Goiás. Aí eu vim de lá eu tinha 3 anos e estamos até hoje (Estudante 4).

É importante destacar que nem sempre os investimentos em educação são acessíveis a todos os jovens do campo. Muitas vezes, os programas de capacitação e treinamento oferecidos pelos governos ou pelo setor privado são voltados para jovens que já possuem certo nível de escolaridade ou acesso a recursos financeiros, superando aqueles que enfrentam dificuldades

socioeconômicas e educacionais. Isso pode gerar desigualdades e limitar o acesso de jovens mais obtiveram oportunidades de formação profissional, perpetuando a exclusão social no campo. Por isso, é preciso ter em mente que se trata de “uma população que tem demandado novos enfoques da educação e qualificação profissional, não acessíveis aos jovens de famílias pobres” (CASTRO; ABRAMOWAY, 2002, p. 150).

Além disso, é importante questionar a abordagem das políticas públicas de educação rural em relação à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente: a agroecologia é uma pauta dessa modalidade de ensino? A importância agricultura familiar é contemplada em suas discussões? Nem sempre esses programas federais enfatizam a importância das questões ambientais, da proteção dos recursos naturais e do uso responsável de insumos agrícolas. A formação dos jovens do campo deve incluir uma compreensão holística e crítica dos impactos ambientais do agronegócio e promover práticas que garantam a preservação do meio ambiente para as futuras gerações nos currículos e programas do governo. Conforme Frigotto (2001), os processos educativos, tanto formais como informais, são práticas sociais que desempenham um papel central na sociedade. No entanto, eles são moldados por um sistema que coloca o trabalho, os recursos naturais, a ciência e a tecnologia como propriedade privada, regidos por valores de troca.

Outra questão crítica é a abordagem muitas vezes voltada apenas para o desenvolvimento técnico, deixando de lado a formação humanística e social dos jovens do campo. A educação no campo deve ir além das habilidades técnicas e incluir também a formação cidadã, o estímulo ao pensamento crítico, a promoção da igualdade de gênero e o respeito à diversidade cultural e social. É fundamental que os programas de educação para os jovens do campo abordem questões sociais, políticas e culturais, preparando os jovens para serem cidadãos engajados e conscientes de seu papel na sociedade. O trabalho e a pesquisa no ensino médio integrado à educação profissional devem contemplar uma nova perspectiva de desenvolvimento rural, outras possibilidades (SOBRINHO; SOUSA, 2020). Acerca desse assunto, os jovens dizem que:

Para ser sincero, não [estou sendo bem preparado pro Enem]. Agronomia. Meu sonho mesmo era ser jogador de futebol, mas chegou a idade que para mim não fazia mais sentido. Mas sempre gostei de lavoura, sempre morei em roça, Só três anos da minha vida morei em cidade. Aí sempre me identifiquei com agronomia (Estudante 4, grifos nossos).

Não [estou sendo bem preparada pro Enem]. Só com a escola e com o estudo que tenho diretamente da escola, não. Tão tanto que para as provas da escola, eu estudo sozinha. Eu diria que eu aprendo mais sozinha do que com eles. Pessoalmente, no primeiro bimestre eu não tirei notas vermelhas, mas eu acho que eu

poderia melhorar. Não aprendi muito nesse primeiro bimestre. Eu aprendi pouco o conteúdo trabalhado. Foi uma revisão do nono ano e isso não me ajudou bastante nas outras disciplinas. Eu não aprendi muito, deixando a desejar. Comecei a estudar aqui ano passado, no nono ano.

No decorrer do processo desta pesquisa, observamos que os jovens do campo almejam por políticas públicas de educação que contemplem suas necessidades e realidades locais. Que promova o desenvolvimento de uma educação abrangente, ou seja, que leve em consideração as diversas dimensões da vida dos jovens (PEREIRA, 2015).

Portanto, construir e implementar políticas públicas de educação para os jovens do campo filhos de trabalhadores rurais é importante para promover a igualdade de oportunidades de acesso à educação, compreender seus desafios específicos, promover o desenvolvimento rural sustentável, fortalecer as comunidades rurais e valorizar a diversidade cultural. Essas ações são essenciais para construir sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

A seguir, o quadro 8 mostra trechos de depoimentos orais coletados junto aos jovens estudantes do campo, nos quais tecem comentários sobre suas relações com trabalho e sobre as atividades laborais desempenhada por seus pais.

Quadro 8: Trechos de depoimentos de estudantes acerca do trabalho

ESTUDANTE/ IDADE	DEPOIMENTO ORAL
Estudante A, 16 anos	Meus pais trabalham na fazenda meu pai é caseiro e minha mãe é empregada doméstica. minha mãe trabalha na casa dos donos da fazenda. eu só estudo porque eu quero me formar em medicina.
Estudante B, 16 anos	Meu pai trabalha numa fazenda que fica um pouquinho distante de lá fica mais ou menos uns 14 km de lá. ele trabalha mexendo com cerca com máquinas no momento ele não tá trabalhando porque teve que fazer uma cirurgia e ele tá se recuperando para poder voltar a trabalhar eu não trabalho lá onde eu moro não tem muita oportunidade emprego porque as fazendas ficam muito longe uma da outra e eles não tem abertura de trabalho para jovem aprendiz a minha mãe trabalha como doméstica dentro de casa e faz algumas coisas para vender tipo pão de queijo porque tem um fazendeiro lá perto e ele encomenda os pães de queijo da minha mãe eu ajudo a minha mãe a fazer o pão de queijo.
Estudante C, 19 anos	Ajudava meu pai. Meu pai trabalhava em uma padaria de fazer cuca, que era uma empresa do meu tio. Ele ficou alternando. Mas a vida inteira, desde de novo, ele trabalhava em fazenda. Quando ele era novo, moleque, tinha uma vida muito sofrida, como não tinha condição, então trabalhou desde quando era criança. Só nesse período que ele trabalhava em padaria, o resto foi tudo em fazenda.
Estudante D, 17 anos	Minha mãe é cozinheira, trabalha na cantina. Meu pai trabalha à noite de vigilante. A cantina é da fazenda. Tem as cozinheiras, que acho que são três, e auxiliares. Mas é fichado na fazenda mesmo. Trabalho na fazenda, fichado como jovem aprendiz. Recebo meio salário, porque trabalho meio período.
Estudante E, 18 anos	[Fui morar com] minha mãe. Ela não trabalhava, aí ela arrumou um serviço pra trabalhar [na fazenda].

Estudante F, 17 anos	Minha mãe era cantineira, e não estava vendo um lado bom disso. Eram muitos gastos, pq as coisas aumentaram muito. Aí ela recebia só 14 reais por marmita. Aí tinha muitos gastos com as contas do mês. Como lá em casa somos 6 pessoas, já gasta muito. Sempre comprando mais coisas pra marmita
Estudante G, 17 anos	Essa casa que moro é da fazenda. Moro com meu pai, minha mãe, minha tia e meu irmão. Eles trabalham na fazenda. Meu pai é gerente agrícola. Minha mãe não trabalha exatamente, ela só limpa a casa do patrão e é paga por isso. Minha tia era cantineira, mas deu um tempo. Ajuda na criação de animais, dar comida e tudo. E dentro de casa. Ajuda de tarde geralmente, quando vai dar comida para os porcos ou pra galinhas.
Estudante H, 17 anos	Ele trabalhava como vaqueiro. Hoje ele também é vaqueiro. O vaqueiro cuida das vacas no geral. Ele medica, alimenta e transporta elas. Eu estou pensando em ser psicólogo.
Estudante I, 16 anos	[Pretendo me formar em] medicina veterinária. Desde de pequena sempre tive esse amor por essa profissão. Sempre gostei dos animais, gostei muito dessa área. Sempre foi a que me interessou.
Estudante J, 16 anos	Ele trabalhava como operador de máquina. Aqui é operador ainda. Sei operar máquina. Trabalho lá também, com colheitadeira, trator, plantio, essas coisas. (Este estudante tem 16 anos e já trabalha dirigindo máquinas pesadas na fazenda). Demorei a pegar as manhas, mas agora tá indo. Pretendo me formar em técnico agrícola. Ele [meu pai] trabalha na roça mesmo, com produtos, venenos, pulverização, semente, adubo...
Estudante K, 15 anos	Mudamos porque meu pai mexe com colheitadeiras e surgiu essa oportunidade. O proprietário pediu para que nós morássemos na fazenda por ser mais perto do local de trabalho.
Estudante L, 15 anos	Ela [minha mãe] trabalhava, porém, atualmente, minha mãe não está trabalhando, apenas o meu padrasto e o meu irmão mais velho. Nós moramos em uma casa da fazenda. Eu não trabalho, apenas o meu padrasto meu padrasto e o meu irmão que conseguem sustentar a família.
Estudante M, 16 anos	Meu pai é operador de máquina e minha mãe é auxiliar de cantina. Eu não trabalho na fazenda apenas estudo.
Estudante N, 15 anos	Desde que eu nasci, eu morava lá com os meus pais. Eles trabalham nessa fazenda ainda. Eu quero fazer medicina veterinária ou agronomia porque são as duas coisas que mais chamam a minha atenção acho que eu mais gosto.
Estudante O, 15 anos	Meu pai é maquinista geral. Ele trabalha em tudo lá: Dirige trator, faz tudo. Minha mãe não trabalha porque eles não ainda não contratam mulheres lá

Fonte: Elaboração própria

5.6 – O impacto da migração na educação dos jovens no Vale do Pamplona

A migração de jovens do campo pode ter impacto em seu processo educativo, pois as mudanças do ambiente rural para outras regiões rurais ou para o centro urbano pode acarretar em uma série de desafios e oportunidades educacionais para os jovens migrantes.

Em termos de desafios, a migração pode resultar na interrupção da educação formal, especialmente quando os jovens são obrigados a abandonar a escola de suas comunidades de origem antes de concluírem seus estudos. A falta de acesso a escolas adequadas, a mudança de currículos e metodologias de ensino, além cumprimento dos dias letivos do calendário escolar anual, também podem representar dificuldades para a continuidade da educação formal.

Acerca das constantes mudanças escolares por motivo de migração da família para outra região, um estudante comenta sobre as possíveis interferências que esse processo resultou no

seu desenvolvimento escolar:

Teve interferência [as mudanças escolares]. Quando eu fui pra cidade interferiu nas minhas notas, porque eu cheguei na época de provas. Aqui não “tava” na época de prova e lá já “tava”. Eu não sabia muito o conteúdo. Minhas notas ficaram vermelhas algumas, mas eu consegui recuperar (Estudante 5).

O relato desse estudante indica nitidamente que, o fato de migrar para outra região no meio do ano letivo, causou-lhe prejuízo educacional. A transferência para outra escola inferiu no seu processo de ensino e aprendizagem, visto que não obteve acesso ao conteúdo curricular ministrado na escola de destino. Segundo esse relato, percebe-se que não houve adequação curricular para a acolhida escolar, de forma a assegurar o pleno direito de aprendizagem do estudante. Além disso, o sistema educacional não estava preparado para lidar com as necessidades específicas dos jovens migrantes. Neste caso, eles podem enfrentar discriminação e estigmatização devido à sua origem étnica ou cultural – e até nacional para o caso de estudantes de migram de outros país para trabalhar em áreas rurais brasileiras –, o que prejudica seu bem-estar psicológico e sua motivação para aprender.

A falta de apoio emocional e social pode levar à marginalização desses estudantes, resultando em desempenho acadêmico inferior e altas taxas de evasão escolar. Além disso, os jovens migrantes podem enfrentar problemas de adaptação social e cultural nas áreas para onde se destinam, o que pode afetar sua participação e desempenho escolar. A falta de familiaridade com a nova realidade rural ou urbana, a convivência com diferentes culturas e valores, e o estigma associado aos migrantes rurais podem impactar a motivação, a adaptação e o engajamento dos jovens no ambiente educacional, conforme mencionou um dos estudantes:

Nos primeiros dois bimestres, que foi com o Goiás Tec, não foram muito bons, porque eu ainda não tinha o costume, mas depois eu fui melhorando e esse ano eu consigo aprender. Eu senti um pouco de diferença na minha mudança porque o colégio que eu estudava antes era um pouco avançado. Aqui, no início, foi um pouco perturbador, mas depois eu fui me acostumando (Estudante A, 16 anos).

No entanto, as migrações forçadas pela busca de trabalho e sobrevivência levam os jovens a ter que buscar novas possibilidades distante de sua realidade anterior. Existe a possibilidade de a migração também trazer oportunidades educacionais para os jovens do campo. Apesar de não ser o foco da discussão neste trabalho, alguns autores destacam que a mudança para áreas urbanas pode fornecer acesso a uma variedade de escolas e instituições de ensino com infraestrutura e recursos educacionais diferenciados. Os jovens migrantes também

podem ter a oportunidade de expandir seus horizontes culturais e desenvolver novas habilidades e competências em ambientes urbanos mais diversificados, pois existem interesses do capital agrário na mão-de-obra qualificada. Um deles refere-se à oferta de treinamento, formação e oportunidades empreendedoras visando a permanência dos agricultores no campo, particularmente dos jovens” (D’AGOSTINI; VENDRAMINI, 2014, p. 305).

Além disso, a migração também pode estimular a busca por educação não formal, como cursos de capacitação profissional, treinamentos e programas de qualificação, que podem preparar os jovens para o mercado de trabalho e possibilitar melhores oportunidades de emprego. Entretanto, em regiões onde o agronegócio é dominante, as entressafras atraem os trabalhadores temporários mesmo sem ter qualificação e pode ocorrer que alguns tenham que abandonar a escola para trabalhar. Um dos estudantes explica como se dá o trabalho na colheita de tomates:

Na época da colheita do tomate eu também ajudo e ganho em diárias. A fazenda precisa de pessoas para fazerem a colheita manual dos tomates. Existe dois tipos de colheita do tomate. Um é feito pela colheitadeira, que pega aqueles que vão para as agroindústrias daqui da região que fazem o extrato de tomate. Esses não têm problema se amassarem. O outro tem que ser feito de forma manual porque são aqueles que vão para os mercados. [As aulas] eu falto. Depois pego o conteúdo com os colegas [risos].

É importante observar que o trabalho temporário no modo de produção capitalista do agronegócio também afeta os trabalhadores com a falta de estabilidade no emprego, a falta de proteção social e as condições de trabalho difíceis. Embora seja uma realidade inerente às atividades rurais, os trabalhadores muitas vezes enfrentam longos períodos de desemprego durante os momentos de entressafra, o que pode levar a dificuldades financeiras e insegurança econômica. A incerteza em relação à disponibilidade de trabalho regular torna difícil para esses trabalhadores planejarem suas vidas, investirem em sua educação ou estabelecerem um futuro sustentável para si e para suas famílias. Por isso, tendem a migrar para outras regiões em busca de trabalho (PEREIRA, 2012).

Nesse contexto, o impacto da migração na educação dos jovens do campo é complexo e multifacetado, variando de acordo com o contexto específico de cada migração e as políticas e programas disponíveis. É fundamental que as políticas públicas sejam integradas para garantir o acesso à educação de qualidade, a promoção da inclusão social e cultural, e o apoio integral ao processo educativo dos jovens migrantes do campo, visando sua formação integral e a construção de um futuro promissor. As políticas públicas para a formação dos jovens no campo devem ser implementadas com a ampla participação da comunidade, principalmente daqueles

que serão diretamente afetados por eles, neste caso, os jovens (PEREIRA, 2015). Sobre esse assunto, os estudantes entrevistados denunciam:

O que pega é o Goiás Tec no ensino médio. Antes era bom, em 2021, com professor presencial. Ano passado que mudou, foi uma coisa nova, que você tem que se adaptar (Estudante D, 17 anos).

[Se considera o Goiás Tec uma boa estratégia de ensino] Na verdade, não. Se você perguntar pra qualquer pessoa da nossa sala, vai saber que a gente não fica feliz em estudar pelo Goiás Tec. A gente preferia o modo antigo, com professores presenciais. Seria bem mais fácil pra gente. Só que, como a gente já questionou a volta, e eles disseram: ou a gente aceita o Goiás Tec ou a gente ficaria sem a escola. Como a escola já se desloca de Luziânia pra cá... aqui não tem ensino médio. Então, a gente teria que se deslocar pra terminar o ensino médio na cidade. Então, a gente não tem escolha. A gente vive com o que a gente tem. A gente se adapta. Não é fácil! (Estudante F, 17 anos).

Teria [que melhorar]. Às vezes tem péssimas aulas, o professor não sabe explicar direito (Estudante G, 17 anos).

A instabilidade associada à migração pode levar a uma frequência escolar irregular. As famílias migrantes muitas vezes enfrentam desafios financeiros, sociais e logísticos, o que pode levar a mudanças frequentes de moradia e dificuldades em manter uma rotina educacional consistente. Essa interrupção constante na educação pode prejudicar o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos jovens migrantes, dificultando sua integração e sucesso acadêmico.

Sobre os desafios enfrentados no processo de migração, dois dos estudantes entrevistados destacam:

Já estudei em outras escolas. Cheguei aqui no segundo ano, aí eu sai, no quinto ano, eu acho, eu fui embora (Estudante E, 18 anos).

Os desafios observamos na realidade educacional dos jovens da região do Vale do Pamplona não devem ser vistos como uma inevitabilidade, mas sim como problemas que podem ser abordados com políticas e práticas educacionais adequadas, emancipadoras e levem consideração a formação em todas as dimensões humanas, não apenas como formação de meros trabalhadores para suprir as demandas do agronegócio na região. É necessário investir em programas de acolhimento e apoio aos jovens migrantes, incluindo serviços de apoio psicossocial e medidas de inclusão que valorizem a diversidade cultural.

Além disso, é fundamental promover a cooperação entre os sistemas educacionais de diferentes países para facilitar o reconhecimento mútuo de qualificações e promover uma transição mais suave para os jovens migrantes. Os governos, as instituições educacionais e a

sociedade em geral têm a responsabilidade de garantir que todos os jovens tenham igualdade de acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem ou status migratório.

Em suma, a migração pode ter um impacto negativo na educação dos jovens, apresentando desafios significativos em termos de acesso, adaptação e aproveitamento acadêmico. No entanto, em vez de simplesmente criticar a situação, é fundamental buscar soluções que promovam a inclusão, a igualdade de oportunidades e o reconhecimento do potencial dos jovens migrantes. Somente assim poderemos construir sociedades mais justas, equitativas e acolhedoras para todos.

Portanto, embora a sazonalidade seja uma realidade inerente às atividades agrícolas, é importante reconhecer e abordar as consequências negativas que ela traz. É necessário buscar alternativas para garantir maior estabilidade no emprego, condições de trabalho justas e uma abordagem mais sustentável para o desenvolvimento rural. Isso envolve investimentos em tecnologias agrícolas avançadas, diversificação das atividades econômicas nas áreas rurais e políticas públicas que promovam o emprego digno e a proteção dos direitos dos trabalhadores rurais. Somente assim poderemos superar os desafios e promover uma agricultura mais justa e sustentável.

É importante observar que o trabalho temporário no modo de produção capitalista do agronegócio também afeta os trabalhadores com a falta de estabilidade no emprego, a falta de proteção social e as condições de trabalho difíceis. Embora seja uma realidade inerente às atividades rurais, os trabalhadores muitas vezes enfrentam longos períodos de desemprego durante os momentos de entressafra, o que pode levar a dificuldades financeiras e insegurança econômica. A incerteza em relação à disponibilidade de trabalho regular torna difícil para esses trabalhadores planejarem suas vidas, investirem em sua educação ou estabelecerem um futuro sustentável para si e para suas famílias. Por isso, tendem a migrar para outras regiões em busca de trabalho (PEREIRA, 2012).

5.7 – A proposta de retomada e fortalecimento da Educação do Campo

Nestas últimas décadas, um movimento de educação contra-hegemônico passou a ganhar evidência: a Educação do Campo. A luta dos trabalhadores rurais por políticas públicas para o campo se reflete na resistência contra as mazelas produzidas pelo avanço das agriculturas dominantes monoculturais. As famílias camponesas passaram a construir meios de se organizar em torno das questões educacionais, sociais, culturais e políticas que pudessem mudar as formas de relações trabalhistas, de meios de produção, do uso da terra e do meio

ambiente, dando origem ao movimento de Educação do Campo, como nos mostram Molina e Freitas (2011):

A Educação do Campo originou-se no processo de luta dos movimentos sociais camponeses e, por isso, traz de forma clara sua intencionalidade maior: a construção de uma sociedade sem desigualdades, com justiça social. Ela se configura como uma reação organizada dos camponeses ao processo de expropriação de suas terras e de seu trabalho pelo avanço do modelo agrícola hegemônico na sociedade brasileira, estruturado a partir do agronegócio (p. 11).

A Educação do Campo, assim, é marcada pelas características intrínsecas das populações do campo - agricultores, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, dentre outros – que são, na realidade, os verdadeiros protagonistas das lutas, de forma organizada, pelos direitos sociais para o campo, onde desenvolvem suas práticas e vivências de acordo com a sua realidade local, pois os camponeses possuem um projeto de país e de sociedade que valorize e respeite os modos de vida e as peculiaridades de cada território. Sendo assim, “a Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações” (CALDART, 2012, p. 257).

Nessa mesma direção, a Educação do Campo vai muito além da luta em busca da educação pública e de qualidade para os camponeses. Ela se materializa como reflexo do pensamento camponês sobre as contradições do campo e encadeia com outras lutas sociais como movimentos práticos em prol dos direitos desses sujeitos, os quais lhes foram por muito tempo negados (CALDART, 2021).

Uma categoria que compõe o conjunto de atores sociais do campo são os jovens. De acordo com Castro (2009), essa categoria não desperta a atenção da sociedade, visto que são tratados como sujeitos que não possuem experiência e devem ser submissos aos mais velhos (pais, outros familiares e membros da comunidade na qual estão inseridos).

Nesse contexto, os jovens do campo estão intimamente ligados a todas as questões que envolvem a sua comunidade. Também são protagonistas de ações que lhes permita a sobrevivência e permanência no campo (SANTOS, 2019). Muitos desempenham atividades individuais ou ajudam na produção de alimentos que serão consumidos pela família ou comercializados. Além dessas atividades, ainda precisam dividir o tempo entre trabalhar e estudar nas escolas da rede pública de ensino, o que perpassando o caráter complexo da diversidade em suas rotinas no campo.

Levando em consideração que os jovens do campo são importantes protagonistas das

mudanças sociais em suas comunidades, buscamos atentar para os seus depoimentos orais que destacam os problemas e desafios enfrentados pelas escolas no campo.

O quadro 9 apresenta a associação dos depoimentos dos estudantes sobre temáticas relacionadas a educação e os desafios a serem superados pela retomada e pelo fortalecimento da Educação do Campo discutidos pela literatura brasileira.

Quadro 9: Trechos de depoimentos de estudantes e os desafios da Educação do Campo

DEPOIMENTO ORAL	DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO
<p>Eu vim de Unaí, Minas Gerais, e lá eu morava em outra fazenda. Eu moro numa casa que pertence a fazenda com os meus pais. Nessa casa eles são trabalhadores da fazenda. Meu pai é operador de máquina e minha mãe é auxiliar de cantina. Eu não trabalho na fazenda apenas estudo (Estudante M, 16 anos).</p>	<p>As escolas rurais que atendem os jovens estudantes trabalhadores apresentam falhas no cumprimento de sua função educativa no que diz respeito às vulnerabilidades socioambientais vividas no campo, deixando de formular, pautar e implementar estratégias pedagógicas participativas, motivadoras e eficazes em seus documentos oficiais, ou seja, no Projeto Político Pedagógico e no currículo da Educação Básica no Campo, motivando-os a permanecer residindo, estudando e trabalhando no campo (HAGE, 2011).</p>
<p>Minha mãe não trabalha, é dona de casa. Eu moro com meu padrasto e com minha mãe. Meu padrasto faz um pouco de tudo, mas ele passa veneno, mexe de com máquina e lavoura. Só estudo. Há um ano [moro na fazenda]. Na verdade, a gente mudou de volta. Eu morei no mesmo lugar, na mesma casa, quando era menor. Passei boa parte da minha vida aqui. Fiquei uns 4 anos ou 5. Depois mudei, para vários lugares, umas três vezes (Estudante F, 17 anos).</p>	<p>Pela falta de políticas que viabilizem práticas pedagógicas que associem tempo escola, os estudantes que abandonam a escola o fazem por se sentirem desmotivados diante das metodologias de ensino utilizadas, falta de professores e profissionais específicos e equipamentos educacionais que lhes ofereçam o suporte na rotina escolar. Isso também contribui para a redução do baixo rendimento educacional e, conseqüentemente, aumento das taxas de evasão escolar entre jovens trabalhadores (RODRIGUES, 2014).</p>
<p>Mudei de estado, de Minas para Goiás. Morava em Paracatu. Ele [meu pai] trabalhava como operador de máquina. Aqui é operador ainda. Sei operar máquina. Trabalho lá também, com colheitadeira, trator, plantio, essas coisas. Demorei a pegar as manhas, mas agora tá indo. Pretendo me formar em técnico agrícola. Ele? [seu pai] na roça mesmo, com produtos, venenos, pulverização, semente, adubo... (Estudante J, 16 anos).</p>	<p>Diversos indicadores registraram melhorias na última década, as quais podem estar associadas a políticas de obrigatoriedade da educação básica; a ações específicas, como ampliação do transporte escolar; e/ou à condicionalidade educacional dos programas de transferência de renda, entre outras. Entretanto ainda subsistem variados desafios às políticas públicas para avanço das condições educacionais e usufruto dos direitos por parte dos moradores das áreas rurais, tais como elevar a escolaridade média, diminuir taxas de evasão, ampliar a frequência escolar, reduzir índices de analfabetismo, estruturar escolas, qualificar professores e garantir acesso a todos os níveis de ensino, entre outros (SANTOS, 2017, p. 597).</p>
<p>Comecei a estudar aqui nessa escola no município, no sétimo ano, as aulas ainda eram por meio do telefone, devido a pandemia de Covid-19. Depois, eu passei a estudar de forma presencial, no oitavo ano. Em 2020, vim do Maranhão para cá apenas com minha mãe. O meu pai, até o momento, ainda mora lá. Minha mãe veio para cá em busca de trabalho. Ela trabalhava, porém, atualmente, minha</p>	<p>Os jovens não concluem os estudos de ensino médio nas escolas onde são matriculados inicialmente ou os abandonam para se dedicarem ao trabalho em fazendas produtoras de leite e/ou outros alimentos ou devido a migração de suas famílias para outros estados ou regiões do país em busca de trabalho em um novo ciclo produtivo (CASTRO, 2009).</p>

mãe não está trabalhando, apenas o meu padrasto e o meu irmão mais velho. Nós moramos em uma casa da fazenda. Eu não trabalho, apenas o meu padrasto meu padrasto e o meu irmão que conseguem sustentar a família (Estudante L, 15 anos).	
---	--

Fonte: Elaboração própria

De acordo com Arroyo (2012), a Educação do Campo deve considerar a diversidade em seus processos, uma vez que esta requer o alinhamento entre o currículo, as práticas pedagógicas e a avaliação. Trata-se de um projeto de educação que considera os sujeitos históricos e sociais que vivem no campo. Se esses processos não funcionarem como uma engrenagem e não reconhecem a diversidade como um de seus elementos, estão propensos a não alcançarem os seus objetivos traçados.

Entre outras diversidades apontadas por Arroyo (2012), encontra-se a diversidade dos padrões de trabalho. Para o autor, o padrão de trabalho dominante é possui caráter sexista e racista, condicionando às formas de exploração que vão além das condições de igualdade dos trabalhadores, os quais entre eles estão os jovens estudantes do campo.

Além disso, não se deve deixar de considerar a realidade dos estudantes, pois é marcada por situações que podem ser adversas ao processo educativo. Essas situações podem contribuir para o baixo rendimento pedagógico e para o aumento da taxa de evasão escolar, uma vez que a exaustão física que o trabalho pode proporcionar tende a interferir na rotina escolar e no desempenho mental dos estudantes.

É a educação que abre as portas para os jovens concretizarem seus anseios formação educacional e profissional, porém não deve ser considerada a parte de dos diversos problemas enfrentados por eles no campo. A forma como a agricultura familiar vem sendo tratada ao longo da história brasileira, abriu as portas para o surgimento de diversas mazelas a serem enfrentadas pelas populações do campo e que, de forma direta, causam impactos negativos na vida dos jovens e na sociedade em geral. Castro (2009) traz afirmações que corroboram o contexto vulnerável dos jovens do campo ao dizer que “há certo consenso nas pesquisas quanto às dificuldades enfrentadas pelos *jovens* no campo” (p. 189), pois elas apontam para os entraves para a permanência da juventude no campo, visto que “os problemas enfrentados pelos jovens são antes de tudo problemas enfrentados pela pequena produção familiar, e suas muitas formas de reprodução, como as difíceis condições de vida e produção” (p. 190).

O uso exagerado e desequilibrado de agrotóxicos pelo agronegócio afeta diretamente aqueles que possuem contato com esses produtos, pois as práticas de produzir alimentos por

pequenos agricultores e suas famílias foram sendo substituídas pela agroindústria, com a introdução dos agrotóxicos e de grandes maquinários que visavam, entre outros objetivos, a substituição do trabalho manual, o aumento da produtividade e preparação da terra em maiores dimensões para o cultivo de grandes commodities, causando um estrago ambiental sem precedentes (CARNEIRO, 2007) .

Assim, a Educação do Campo se apresenta-lhes como uma importante ferramenta para o enfrentamento dos problemas socioambientais vividas no campo, uma vez que ela desempenha um importante papel de transformação social por meio de suas ações educativas, ou seja, produz a reflexão crítica sobre a realidade camponesa além de seus limites do espaço escolar (MOLINA; SÁ, 2012).

Portanto, a escola do campo leva em consideração que o processo educativo voltado para os camponeses deve pressupor uma lógica processual de construção do conhecimento, realizada por meio de procedimentos metodológicos específicos para atender as necessidades de cada sujeito, que tenha a leitura da realidade concreta como base e, ainda, que atente para a inclusão dos saberes tradicionais e culturais e práticas sociais em suas práticas pedagógicas, ou seja, que associa esses saberes ao saberes científicos para enfrentar os problemas socioambientais que lhes são impostos (CUNHA, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa do processo migratório de trabalhadores rurais e estudantes para o Vale do Pamplona é intrigante e nos faz refletir sobre as dificuldades enfrentadas pela juventude rural. Além disso, aponta que a escassez de oferta de ensino médio e ensino superior nas áreas rurais é um dos principais fatores que impede os jovens do campo de prosperarem na vida escolar e acadêmica. Essa realidade limita suas oportunidades de acesso a empregos especializados e os coloca em desvantagem em relação aos jovens que vivem nas cidades.

Podemos dizer que este trabalho traz uma contribuição para o debate acerca das questões que envolvem a situação dos jovens estudantes. Nesta dissertação, apresentamos um estudo que investigou a relação entre educação, trabalho e migração no contexto do agronegócio no Vale do Pamplona e preenche uma lacuna sobre a questão do processo migratório de trabalhadores e estudantes para a região.

Ao preencher essa lacuna, poderemos obter reflexões valiosos sobre como promover uma educação inclusiva e de qualidade para os jovens migrantes, fornecendo-lhes oportunidades igualitárias de desenvolvimento educacional e social. Além disso, a compreensão mais aprofundada dessa relação pode contribuir para a formulação de políticas

públicas mais efetivas e programas de apoio que considerem os desafios educacionais específicos enfrentados pelos trabalhadores rurais migrantes e suas famílias.

Quando escrevemos sobre as abordagens teóricas sobre educação, trabalho e migração de trabalhadores rurais, sentimos a necessidade de trabalhos científicos e acadêmicos que tratassem das especificidades rurais e sociais do Vale do Pamplona. A falta de consideração desses aspectos na literatura científica sobre a migração dos trabalhadores rurais e de estudantes limita nossa compreensão dos impactos completos desse fenômeno. Nossa intenção foi compreender como a migração afeta a educação é crucial para desenvolver estratégias e políticas mais eficazes de suporte aos jovens migrantes, bem como para mitigar possíveis desvantagens educacionais que possam enfrentar.

Assim, para abordar a relação entre a migração dos trabalhadores rurais e a educação envolveu um longo período de pesquisas exploratórias sobre os desafios enfrentados pelos jovens migrantes em relação à educação e identificamos uma escola pública que atende os filhos dos trabalhadores rurais da região. Além disso, acompanhamos o processo de implementação do programa de educação mediada Goiás Tec, executado pela Secretaria de Estado de Educação de Goiás.

Após meses de observação, conversas informais com a comunidade escolar e com gestores municipais e estaduais, entrevistamos os estudantes do ensino médio, completando um conjunto de dados físicos e socioambientais. Os estudantes forneceram informações contundentes e importantes que ajudaram consideravelmente na discussão de seus desafios na relação educação e trabalho no campo. Falaram sobre a relação entre educação, migração e trabalho.

Sobre a questão da migração, as respostas das entrevistas com os estudantes revelaram que eles sempre estão num processo migratório com sua família, motivados, geralmente, pela procura por trabalho e melhores condições de vida. Percebemos que eles não residem em casas próprias e sim em casas da fazenda com a justificativa de estar mais próximos do trabalho. Sobre suas origens migratórias, os jovens se deslocaram com suas famílias de estados como: Minas Gerais, Alagoas, Maranhão, Paraná e municípios do interior do estado de Goiás. Alguns migram de forma separada, ou seja, primeiro um responsável da família e depois o outro. Uma parte desses estudantes mudam mais de uma vez durante um ano e trocam de escolas várias vezes.

A pesquisa também revelou que alguns estudantes trabalham e outros ajudam os pais nas tarefas da fazenda ou de outro trabalho dos pais em casa. Todavia, sabe-se que o trabalho formal e o trabalho doméstico são categorias analíticas do trabalho. A pesquisa mostrou que

alguns trabalhadores não desempenham apenas uma função, mas várias. Um dos estudantes entrevistado afirmou que trabalha como menor aprendiz, meio período, mas diz que, quando não tem aulas na escola, trabalha o dia inteiro pra poder ganhar mais. Já sobre os trabalhadores pais dos estudantes, a pesquisa identificou que algumas mães trabalham como domésticas nas fazendas. Já outras fazendas não contratam o trabalho de mulheres em seus quadros funcionais.

Nossa pesquisa também tratou dos impactos dos movimentos migratórios no processo educacional dos estudantes e identificou que alguns que migraram no meio ano foram prejudicados por não acompanharem os conteúdos na nova escola. Também demonstraram preocupação com o desenvolvimento do programa Goiás Tec. Eles foram unânimes em dizer que não aprovam a forma como o programa foi implementando e como ele se efetiva no cotidiano educacional e sentem que não estão aprendendo, visto que seu desempenho escolar não é bom. Eles avaliam que seria melhor se os professores estivessem presencialmente, pois não conseguem tirar dúvidas dos conteúdos com professores que transmitem as videoaulas. Os estudantes que cursam o 3º ano do ensino médio disseram não se sentir preparados para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Assim sendo, os jovens não se consideram aptos do ponto de vista da aprendizagem dos conteúdos abordados no currículo do Ensino Médio, pois as metodologias implementadas não são capazes de promover uma educação emancipatória e de qualidade, impondo-lhes a exclusão da participação escolar e à condição de meros espectadores de videoaulas, sem acesso aos suportes de recursos didáticos adequados e professores qualificados que lhes assegurem o ensino e o apoio pedagógico necessários para a promoção de uma aprendizagem significativa.

Sobre as mediadoras (professoras) e os mediadores (professores) do programa, os estudantes dizem que eles só conseguem explicar os conteúdos de sua área de formação. As demais, deixam a desejar. A mesma mediadora ou o mesmo mediador que dá aula de Inglês, dá aulas também de Física e Matemática. Ela também tira dúvida de outras disciplinas, como, por exemplo, de Geografia e História. Os estudantes afirmaram que não conseguem se concentrar na ministração da aula porque não participam, visto que os professores não são presenciais (só assistem) e se sentiram ameaçados ao questionarem a presença dos professores e a volta do formato antigo. Caso não aceitassem o programa, ficariam sem escola de Ensino Médio. Portanto, foi possível perceber que o programa Goiás Tec não atende efetivamente as demandas de aprendizagem dos jovens estudantes do ensino na escola investigada, bem como as especificidades da região do Vale do Pamplona.

Por considerar que a Educação do Campo é um campo fértil para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, onde as comunidades rurais possam se desenvolver em

harmonia com o meio ambiente, trouxe a proposta de retomada e valorização desse que é uma das políticas mais importantes para as populações do campo. Dessa forma, promover a valorização da Educação do Campo em diferentes contextos, compartilhando experiências e promovendo a formação de educadores comprometidos com essa causa é um dever do estado. Por isso, acreditamos que, juntos, podemos transformar a realidade das comunidades rurais, garantindo o acesso a uma educação de qualidade que respeite e valorize sua cultura, conhecimentos e modo de vida.

É alarmante pensar que a falta de acesso à educação de qualidade pode ser um dos principais motivadores da migração dos jovens do campo para a cidade. Essa questão impacta não apenas a vida desses jovens, mas também suas famílias e comunidades. Afinal, a juventude rural possui um papel fundamental na construção do futuro das áreas rurais, contribuindo para a sustentabilidade e desenvolvimento dessas regiões.

Diante desse cenário, é urgente a necessidade de investimentos em educação do campo, que ofereçam oportunidades educacionais de qualidade para os jovens rurais, possibilitando a continuidade de seus estudos e a formação em níveis mais elevados de ensino. É preciso reconhecer o potencial e talento desses jovens, valorizando suas raízes e conhecimentos locais, e oferecendo-lhes caminhos para um futuro promissor.

Como educadores, gestores, e sociedade em geral, devemos estar atentos a essa realidade e engajar-se na promoção de políticas públicas que garantam o acesso à educação de qualidade no campo. É hora de construir um futuro mais inclusivo e justo para a juventude rural, oferecendo-lhes oportunidades reais de prosperar em suas comunidades de origem, sem a necessidade de migrar para as cidades em busca de melhores condições de vida. Vamos unir esforços para garantir um futuro brilhante para a juventude rural e para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais do nosso país.

É fundamental reconhecer o potencial e a importância dos jovens rurais para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais do Brasil. Investir em educação do campo, com oferta de ensino médio e ensino superior de qualidade, é urgente e necessário para garantir que esses jovens tenham acesso a oportunidades educacionais que os preparem para o mercado de trabalho especializado e contribuam para o crescimento de suas comunidades de origem.

Mudar essa realidade e promover políticas públicas que valorizem e priorizem a educação da juventude rural é condição *sine qua non* para promover a formação integral dos jovens. É necessário unir esforços de educadores, gestores e da sociedade como um todo para garantir um futuro mais promissor e inclusivo para os jovens do campo, possibilitando

que eles construam uma trajetória de sucesso em suas comunidades, sem a necessidade de migrar para as cidades em busca de melhores oportunidades. Afinal, é dever do Estado assegurar que a juventude rural tenha acesso a uma educação de qualidade e seja reconhecida como um ator político e social fundamental na construção de um futuro mais justo e sustentável.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

ALENTEJANO, Paulo. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.

_____. Trabalho no campo. In: CALDART, Roseli Salete; et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular. 2012.

ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia. FFCLRP – USP**, Ribeirão Preto, 2, Fev/Jul, 1992.

ANTUNES, Davi José Nardy. **Capitalismo e desigualdade**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas – SP: [s.n.], 2011.

BALSADI, Otávio Valentim; DEL GROSSI, M. E. Trabalho e emprego na agricultura brasileira: um olhar para o período 2004-2014. **Revista de Política Agrícola**, v. XXV, p. 82-96, 2016.

BARCELLOS, Sérgio Botton. As políticas públicas para a juventude rural: O PRONAF jovem em debate. **Planejamento e Políticas Públicas**, (48). Brasília, 2017. p. 149 – 173. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/714](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/714). Acesso em: 1 jun. 2023.

BAUER, Martin W.; GASAKELL, Georg; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASAKELL, Georg (Ed). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 17-36.

BAUER, Martin W. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASAKELL, Georg (Ed). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 64-89.

BECKER, K. Berta; STENNER, Claudio. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina

BERTONCELLO, Jucieli; SILVA, Michelle Tatiane Jaber da; SILVA, Regina Aparecida da. Juventudes Camponesas das Comunidades Zé Alves e Laranjal no Município de Poconé-MT: dilemas entre ficar e sair do campo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 5, Tocantinópolis, 2020.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro 1998**. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp94.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

_____. Casa Civil da Presidência da República. **Lei Complementar nº 163, de 14 de**

junho 2018. Dá nova redação ao § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp163.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

_____. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Caderno de Caracterização Estado de Goiás**. Brasília: Codevasf, 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. **Censo agropecuário 2017: Resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em 22 jun. 2022.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014- 2016**. – Brasília, DF: Inep, 2016. Disponível em: https://download.inep.gov.br/outras_acoes/estudos_pne/2016/relatorio_pne_2014_a_2016.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.

CABRAL, Lídia, PANDEY, Poonam e XU, Xiuli. Epic narratives of the Green Revolution in Brazil, China, and India. **Agriculture and Human Values**. 2021. Disponível: <https://doi.org/10.1007/s10460-021-10241-x>.

CALAÇA, Manoel; MISNEROVICZ, José Valdir. Agronegócio, campesinato e as especificidades da territorialização do capital em Goiás. **Ateliê Geográfico - Goiânia-GO**, v. 14, n. 2, ago/2020, p. 163 – 188.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do movimento sem terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. Educação do Campo. In: CALDART *et al* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão popular, 2012 (p. 257 - 265).

CAMPELLO, Tereza. **Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás**. Brasília: Clacso, Flacso e Agenda Igualdade, 2017.

CARNEIRO, Fernando. F. et al. (orgs.). **Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude do campo. In: CALDART, Roseli Salette; et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular. 2012.

_____. Juventude rural no Brasil: Processos de exclusão e construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais**. Vol. 7, no. 1: p. 179-208, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131106010832/art.ElisaGuarana.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

CASTRO, Elisa Guaraná de; et al. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOWAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, julho/ 2002. Cadernos de

Pesquisa, n. 116, p. 143-176, julho/2002.

CASTRO, Franciléia Paula de; FREITAS, Lucinéia Miranda de. A agroecologia como prática emancipatória do território: lutas de resistência para a transição agroecológica em Mato Grosso. In: PIGNATI, Wanderley Antonio *et al.* **Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2021 (p. 288 – 304).

CATINI, Carolina Roig. Força de trabalho, sujeito do direito e educação: notas introdutórias. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 262-285, jan./abr. 2016.

_____. Notas sobre educação e simplificação do trabalho. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 172. Setembro/2015.

CAVADAS, Divo Augusto. **História do ruralismo e combate à escravidão nas normas constitucionais brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2021.

CRESTANI, Carlos Eduardo; MACHADO, Márcio Bender. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, 2023.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Tecnologias sociais. In: DIAS, Alexandre Pessoa; et al. (Orgs). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 342 – 348. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em 22 out. 2021.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan; MIRANDA, Antonio de; TONÁ, Nilciney. A experiência dos cursos formais de Agroecologia no Estado do Paraná: a contribuição do Ceagro no desafio de construção de um novo modelo produtivo para a agricultura. In: MOLINA, Mônica Molina; et al. **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

CRUVINEL, Evelyn de Castro; MARINHO, Fernanda V. da Mota.; SATEL, Clecia Ivânia R. **Índice de desenvolvimento dos municípios goianos – 2020/2021**. Goiânia: Instituto Mauro Borges: 2021. Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2273:índice-de-desempenho-dos-municipios-2020-2021&catid=31&Itemid=177. Acesso em 10 jun. 2022.

CRUZ, José Anderson Santos; et al. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. **Rev. Int. de Form. de Professores (RIFP)**, Itapetininga, v. 3, n.1, p. 99-108, jan./mar., 2018.

D'AGOSTINI, Adriana; VENDRAMINI, Célia Regina. Educação do campo ou educação da classe trabalhadora? A perspectiva do empresariado, do estado e dos movimentos sociais organizados. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.299-322, jul./dez.2014.

DANNA, Marilda Fernandes; MATOS, Maria Amélia. **Aprendendo a observar**. 2. ed. – São Paulo: Edicon, 2011.

DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em debate**. v.1, n.2, p.111-125, janeiro–abril e maio–agosto 2010.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. **A inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho** – Boletim especial 8 de março Dia da Mulher. São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheresRurais2023.html>. Acesso em: 1 jun. 2023.

_____. **Previdência rural e reforma: impactos da PEC 06/2019 – Nota técnica número 209** - junho 2019. São Paulo: DIEESE, 2019.

DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa metropolitana por amostra de domicílios - PMAD - 2017/2018 - Cristalina**. Brasília: Codeplan, 2021. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/PMAD_2017-2018-Cristalina.pdf. Acesso em 12 mar. 2023.

_____. **Pesquisa metropolitana por amostra de domicílios - PMAD - 2017/2018 - Luziânia**. Brasília: Codeplan, 2021. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/PMAD_2018-Luziania.pdf. Acesso em 12 mar. 2023.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

ENTRENA DURÁN, Francisco. **Cambios en la construcción social de lo rural: De la autarquía a la globalización**. Madrid: Tecnos, 1998.

ESCHER, Fabiano; SCHNEIDER, Sérgio. Capitalismo, agricultura e desenvolvimento no Brasil: uma contribuição para o debate atual. In: SAUER, Sérgio (Org.). **Desenvolvimento e transformações agrárias: BRICS, competição no sul global**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

ESTADO DE GOIÁS. **Comissão apoia parceria para evitar danos ambientais**. Assembleia Legislativa de Goiás – ALEGO, 2008. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1GIUKpqCd8SlqxxYcl7siDfTCOo3djCjl/edit>. Acesso em: 11 mai. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese (Livre-docência) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade Ciências e Tecnologia. São Paulo, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GASKELL, Georg. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASAKELL, Georg (Ed). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 17-36.

GHEZZI, Piero. **Políticas de desarrollo productivo para la transición a la formalidad en**

la economía rural de América Latina y el Caribe – Nota Técnica Regional. Lima: OIT, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_760659.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOVANNI, Geraldo Di. (2009). **As estruturas elementares das políticas públicas.** Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=105472>.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009

GIRARDI, Geovana. **Gastos com ações de gestão ambiental caem no governo Bolsonaro.** Estadão, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/6wM2t>. Acesso em: 24 jun. 2020.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Casa Civil. **Decreto Nº 9.619, de 20 de fevereiro de 2020.** Autoriza a Secretaria de Estado da Educação a instituir a modalidade de Ensino Médio mediado por tecnologia. Goiânia: Casa Civil da Governadoria, 2020.

_____. Secretaria de Estado da Casa Civil. **Lei nº 20.802, de 08 de julho de 2020 –** Institui, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, o Programa GOIÁS TEC – Ensino Médio ao Alcance de Todos. Goiânia: Casa Civil da Governadoria, 2020. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/103262/pdf#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2020.802%2C%20DE%2008,M%C3%A9dio%20ao%20Alcance%20de%20Tods>. Acesso em: 02 jun. 2023.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Goiás Tec reúne secretária da Educação e equipes do Ensino Médio e de Tecnologia.** Goiânia: SEDUC, 2019. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/sala-de-imprensa/noticias3/1346-projeto-goias-tec-reune-secretaria-da-educacao-e-equipes-do-ensino-medio-e-de-tecnologia.html>. Acesso em: 12 jun. 2023.

_____. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Painéis municipais – Cristalina. 2016.** Goiânia: IMB, 2016.

_____. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Painéis municipais – Luziânia. 2016.** Goiânia: IMB, 2016.

_____. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Goiás: Radiografia do agro e produção agropecuária.** Goiânia: SEAPA, 2023.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** 14. ed. – São Paulo: Contexto. 2006.

JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. As múltiplas inteligibilidades na produção dos conhecimentos, práticas sociais e estratégias de inclusão e participação dos movimentos sociais e sindicais do campo. In: _____. **Educação do Campo e Pesquisa: questões**

para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

LEITE, MEDEIROS, 2012. In: LEITE, S. P.; BRUNO, R. (orgs.). **O Rural Brasileiro na Perspectiva do Século XXI.** Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019.

LIMA, Eli Napoleão de. Um olhar sobre a “Marcha para o Oeste”: Amazônia. In: LEITE, S. P.; BRUNO, R. (org.). **O Rural Brasileiro na Perspectiva do Século XXI.** Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019.

LIMA, Railson Borges; SANTOS, Antonio Marcos Pantoja dos. Agroecologia e educação do campo como ferramentas de enfrentamento aos processos de cooptação e colonização mental no sul do Piauí. **Anais do 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER.** Natal–RN, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Ago. 2022.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Pedagogia do capital. In: CALDART *et al* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão popular, 2012 (p. 540 - 547).

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político.** Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MATOS, Cleide Carvalho; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. O currículo da Educação do Campo no contexto das legislações nacionais. **Revista Brasileira de Educação do Campo.** V. 5. Tocantinópolis, 2020.

MENDES, Rosana Maria; MUSKULLIN, Rosana Giaretta Sguerra. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa,** v.47, n.165, p.1044-1066, jul./set. 2017.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931).** São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. Estado e poder: Elites, classes e hegemonia. In: REIS, Thiago Siqueira; et al (Orgs.). **Coleção história do tempo presente,** v. 3. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

MINAYO, Cecília de Souza; et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. – Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MOLINA, Mônica Castagna. Análises de práticas conta-hegemônicas na formação de educadores: Reflexões a partir do curso de licenciatura em Educação do Campo. In: CUNHA, C; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (Orgs.). **O método dialético da pesquisa em educação.** Campinas/SP: Autores Associados: Brasília: Autores Associados/FE-UnB, 2014. p. 263-290.

_____. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, H. C. A. Avanços e desafios na construção da educação do campo. **Em Aberto,** Brasília, v. 24, nº 85, p. 17-31, abr. 2011.

MONARCHA, Carlos. Marcha territorial. In: **A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros (Brasil – séculos XIX e XX)** [online]. Uberlândia: EDUFU, 2019, pp. 279-297.

MORALES, Angélica Góis. **A formação do profissional educador ambiental**: reflexões, possibilidades e constatações. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009.

MOURA, Adriana Maria Magalhães. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In: MOURA, Adriana Maria Magalhães (Org.). **Governança das políticas ambientais no Brasil: desafios à construção de um sistema integrado de avaliação**. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1904). Disponível em: <<https://bit.ly/2CDPhIF>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MUNARIM, Antonio; LOCKS, Geraldo Augusto. Educação do campo: contexto e desafios desta política pública. **Olhar de Professor**, vol. 15, núm. 1, 2012, pp. 83-95, Ponta Grossa, PR, 2012.

NEVES, Estela Maria Sousa Costa. **Política ambiental, municípios e cooperação intergovernamental no Brasil**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 137-150, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2Nouc7d>. Acesso em: 23 jun 2020.

NEVES, Maelison Silva; PIGNATI, Wanderley Antonio. Agronegócio e capital-imperialismo: Expropriações, alienação e os desafios à produção de conhecimento em saúde coletiva. In: PIGNATI, Wanderley Antonio *et al.* **Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2021 (p. 95 – 111).

ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Conheça Sérgio Vieira de Mello e sua trajetória no trabalho humanitário**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/04/16/conheca-sergio-vieira-de-mello-e-sua-trajetoria-no-trabalho-humanitario/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Proteger os trabalhadores e trabalhadoras migrantes durante a pandemia da COVID-19**. Brasília: OIT, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_760227.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.

PAMPLONA ALIMENTOS S.A. **Relatório de sustentabilidade**. Disponível em: https://www.pamplona.com.br/fmanager/pamplona/transparencia/arquivo25_1.pdf. Acesso em: 11 mai 2023.

PEREIRA, Kelci Anne. **Educação do campo e rede de movimentos no sudeste do Pará: agroecologia e cooperativismo na relação entre trabalho e educação**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo – São Paulo, 2015.

PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. **Trabalho e educação uma perspectiva histórica** [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2012.

PIGNATI, Wanderley Antonio; SOARES, Maria Rosa; LEÃO, Luis Henrique da Costa. Trabalho escravo, conflitos socioambientais e epidemiologia popular no contexto do agronegócio mato-grossense. In: PIGNATI, Wanderley Antonio *et al.* **Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2021 (p. 95 – 111).

_____. A cadeia produtiva do agronegócio, danos ambientais, acidentes de trabalho,

agrotóxicos, doenças e pandemias: um resumo. In: PIGNATI, Wanderley Antonio *et al.* **Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2021 (p. 95 – 111)

PINTON, Leandro de Godoi; CUNHA, Cenira Maria Lupinacci. Cubatão. In: CUNHA, Cenira Maria Lupinacci; OLIVEIRA, Regina Célia (orgs.). **Baixada Santista: uma contribuição à análise geoambiental** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 137-158.

PORTILHO, Fátima; FERREIRA, Isis Leite. Redes agroalimentares alternativas no Brasil. In: LEITE, S. P.; BRUNO, R. (org.). **O Rural Brasileiro na Perspectiva do Século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019.

RAMOS, 1996.

PRODALOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

RIBEIRO NETO, Caio Pompeia. **Formação política do agronegócio**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Campinas, SP, 2018.

RIBEIRO, Marilene. Educação rural. In: CALDART, Roseli Salete; et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular. 2012.

RIBEIRO, Thomaz Ademar Nascimento; BRINGHENTI, Mariana Verardi; LEÃO, Luís Henrique da Costa. Trabalho escravo, conflitos socioambientais e a epidemiologia popular no contexto do agronegócio mato-grossense. In: PIGNATI, Wanderley Antonio *et al.* **Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2021 (p. 179 – 193).

RODRIGUES, Flávio Quental. O Pronera no Estado do Acre: da Reforma Agrária dos seringueiros à formação técnica em Agroecologia. In:

ROMANO, Jorge O.; VEGA, Gerardo Cerdas. Desafios para os BRICS: multipolaridade, nova arquitetura econômica internacional e sustentabilidade ambiental. In: LEITE, S. P.; BRUNO, R. (org.). **O Rural Brasileiro na Perspectiva do Século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019.

RUMMERT, Sônia Maria. **Educação de jovens e adultos trabalhadores: história, luta e direito em risco**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. Disponível em: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_completo_sonia-min

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2017.

SATO, Michèle; SANTOS, Déborah; SENRA, Ronaldo. Uma luz clandestina no crepúsculo da terra contra a peleja do Agronegócio. In: PIGNATI, Wanderley Antonio *et al.* **Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2021.

SAUER, Sérgio; SILVA, Andréa Leme; DUARTE, Laura Maria Goulart (Orgs.). **Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural**. Brasília – DF: Editora Universidade de Brasília, 2021.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. [livro eletrônico] 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Maria A. Moraes. Reestruturação produtiva e os impactos sobre os migrantes. In: GIARRACA, Norma **¿Una nueva ruralidad en américa latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 239 – 305.

SLC AGRÍCOLA. **Histórico, projetos e pesquisa**. Disponível em: <https://www.slccagricola.com.br/nossas-fazendas/fazenda-pamplona/>. Acesso em: 11 mai. 2023.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SPECHT, Analine Almeida; NARCISO JUNIOR, Newton Gomes. Mulheres rurais: diálogos entre economia feminista e autonomia crítica. In: SAUER, Sérgio; SILVA, Andréa Leme; DUARTE, Laura Maria Goulart (Orgs.). **Reflexões sobre meio ambiente e desenvolvimento rural**. Brasília – DF: Editora Universidade de Brasília, 2021.

TALAMONI, Ana Carolina B.; *et al.* Histórico da educação ambiental e sua relevância à preservação dos manguezais brasileiros, Cap. 2: p. 57-73. In: PINHEIRO, Marcelo Antonio Amaro; TALAMONI, Ana Carolina Biscalquini. (Orgs.). **Educação Ambiental sobre manguezais**. São Vicente: UNESP, Instituto de Biociências, Campus do Litoral Paulista, 2018, 165 p.

TESSARI, Claudia Alessandra. A escassez sazonal de mão de obra na agricultura e o trabalhador nacional. Nem vadio, nem escasso, nem instável (Oeste paulista, 1890-1915). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

THOMAZ JUNIOR; Antonio. Movimiento territorial del trabajo en el campo y de la clase trabajadora. In: FLOR, Francisco Hidalgo; HOUTART, Francois; ARANIBAR, Claudia Pilar Lizárraga. **Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos** — 1ed.—. Quito: Editorial IAEN, 2014.

VIERO; Janisse; MEDEIROS, Liziany Müller. **Princípios e concepções da educação do campo** [recurso eletrônico] – 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.

VIGNA, E. A bancada ruralista: um grupo de interesse. **Argumentos**, Brasília, n.8, Inesc, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, outubro 2000: 87-145.

APÊNDICES:**APÊNDICE 1 – Aceite institucional**

**FACULDADE UNB PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL –
PPGMADER**



**PROJETO DE PESQUISA:
EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DOS ESTUDANTES NO VALE DO PAMPLONA, EM GOIÁS**

ACEITE INSTITUCIONAL

A Sra. nome completo do/da responsável pela instituição, diretora do Colégio Estadual Cônego Ramiro, está de acordo com a realização da pesquisa “EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DOS ESTUDANTES NO VALE DO PAMPLONA, EM GOIÁS”, de responsabilidade do/da pesquisador Antonio Marcos Pantoja dos Santos, estudante de mestrado na Faculdade Planaltina – Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília, realizada sob orientação do Dr. Jörg Nowak, após revisão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília - UnB.

O estudo envolve a realização de observações do cotidiano escolar e práticas pedagógicas, coletas de depoimentos orais e aplicação de questionários semiestruturados com estudantes do Ensino Médio. A pesquisa terá a duração de dois meses, com previsão de início em novembro de 2022 e término em dezembro de 2022.

Eu, nome completo do/da responsável pela instituição, diretora do Colégio Estadual Cônego Ramiro – Secretaria de Estado de Educação de Goiás – SEDUC – GO, declaro conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Luziânia – GO, 26 de outubro de 2022.

Nome do/da responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do/da responsável pela instituição

APÊNDICE 2 - Termo de Consentimento

FACULDADE UNB PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL –
PPGMADER

PROJETO DE PESQUISA:
EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DOS ESTUDANTES NO VALE DO PAMPLONA, EM GOIÁS

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL E IMAGENS

Pelo presente documento, eu _____,
 Portador da Cédula de Identidade número _____, CPF número
 _____, domiciliado e residente em _____,
 declaro ceder ao Projeto de Pesquisa “EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES
 RURAIS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DOS ESTUDANTES NO VALE DO
 PAMPLONA, EM GOIÁS”, a plena propriedade e os direitos autorais de imagens e do
 depoimento de caráter histórico e documental que prestei, no dia ____ de _____
 de 2022, na cidade de _____.

A Coordenação do Projeto fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins da pesquisa, o mencionado depoimento e/ou imagens no todo ou em parte, editado ou não, com a ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor/a.

Essa autorização inclui (x)/não inclui () a revelação da identidade do/a cedente ou de dados que possam vir a identificá-lo/a.

Local: _____ Data: ____/____/____.

Assinatura do entrevistado: _____

Assinatura do responsável (em caso de menores de idade): _____

APÊNDICE 3: Roteiro de depoimento oral



FACULDADE UNB PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL –
PPGMADER



PROJETO DE PESQUISA:
EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DOS ESTUDANTES NO VALE DO PAMPLONA, EM GOIÁS

ROTEIRO PARA DEPOIMENTO ORAL

1 – DADOS PESSOAIS:

Nome:	Idade:
Onde mora?	Casa própria? Alugada? Cedida? Que tipo?
Estado civil:	Tem filhos? Quantos?
Com quem mora?	Quantas pessoas moram com você?
Recebe benefícios sociais?	Quais?

2 – SOBRE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA:

Escola? Série/Ano:
 Qual o seu objetivo de formação?
 Que conteúdos/disciplinas mais gosta de estudar?
 O que você mais gosta na escola?
 A escola leva para realizar visitas de campo?
 Quantos professores/professoras você tem?
 Você acha que o quantitativo de professores/professoras é suficiente?
 Seu/sua professor/professora consegue explicar satisfatoriamente os conteúdos das disciplinas?
 Usa transporte escolar?
 Quanto tempo leva pra chegar na escola?
 Você se alimenta na escola? Gosta do lanche que é distribuído na escola?
 Você sempre se alimenta antes de vir à escola ou deixa para se alimentar na escola?
 O que você acha da educação mediada por tecnologias (Goiás Tec)
 Sua escola tem internet disponível e funcionando?
 Você tem acesso à internet da própria escola?
 Já ficou sem aula por falta de internet?
 Na sua casa tem internet?
 Se a escola pede para assistir aulas ou fazer atividades online, como você faz?
 Já parou de estudar? Por quê?
 Consegue aprender satisfatoriamente os conteúdos aplicados na escola?
 Sua escola tem projetos de educação ambiental?
 Tem concentração suficiente para estudar?

3 – TRABALHO E IMIGRAÇÃO:

Você sempre morou aqui ou veio de outra região?

Quantas pessoas na sua família trabalham? Onde?

Quanto você calcula que seja a renda familiar?

Você trabalha? Onde?

O que faz?

Quantas horas semanais? Quanto recebe?

Já teve algum acidente de trabalho?

Qual a sua participação na renda familiar? (Principal responsável? Contribui? Não contribui)

Já deixou de ir à escola por conta do trabalho?

Acha que seu salário é justo para pagar aquilo que faz?

Sempre consegue comprar o que precisa com seu salário?

Desde que idade trabalha?

Com quem trabalha?

Usa equipamentos de segurança?

Já ficou doente durante estar trabalhando?

Quais providências foram tomadas?

A família costuma ir para outra região em busca de trabalho?

Acompanha a família para trabalhar em outra região?